UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE – PRODEMA

EM BUSCA DE SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS: REFLEXÕES SOBRE INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL, A PARTIR DO ESTUDO DO CASO DO PARQUE NACIONAL MARINHO DOS ABROLHOS/BA

GUSTAVO UCHÔA DE MELLO AFFONSO

2022
Natal – RN
Brasil

Gustavo Uchôa de Mello Affonso

EM BUSCA DE SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS: REFLEXÕES SOBRE INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL, A PARTIR DO ESTUDO DO CASO DO PARQUE NACIONAL MARINHO DOS ABROLHOS/BA

Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PRODEMA/UFRN), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

Orientador: **Prof. Dr. Daniel Durante Pereira Alves**

Coorientadora: **Profa. Dra. Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto**

2022

Natal – RN

Brasil

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial Prof. Leopoldo Nelson - -Centro de Biociências - CB

Mello Affonso, Gustavo Uchoa de.
Em busca de sociedades sustentáveis: reflexões sobre interpretação ambiental em unidades de conservação de proteção integral, a partir do estudo do caso do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos/ BA / Gustavo Uchoa de Mello Affonso. - 2022.
114 f.: il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Biociências, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA). Natal/RN, 2022.
Orientador: Prof. Dr. Daniel Durante Pereira Alves.
Coorientadora: Profa. Dra. Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto.

1. Ecoturismo - Dissertação. 2. PI - Plano interpretativo - Dissertação. 3. Educação Ambiental "crítica" - PARNAS (Parques Nacionais) - Dissertação. 4. Unidades de Conservação - Dissertação. 5. Sociedades Sustentáveis - Dissertação. I. Alves, Daniel Durante Pereira. II. Costa-Pinto, Alessandra Buonavoglia. III. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. IV. Título.

RN/UF/BSCB CDU 338.48-6:502/504

Elaborado por KATIA REJANE DA SILVA - CRB-15/351

GUSTAVO UCHÔA DE MELLO AFFONSO

Dissertação submetida ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PRODEMA/UFRN), como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Daniel Durante Pereira Alves (Orientador)

Professor titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PRODEMA/UFRN)

Prof(a). Dr(a). Rebecca Luna Lucena

Professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PRODEMA/UFRN)

Prof(a). Dr(a). Laura Sinay

Pós-Doutorado em Sustentabilidade pela Universidade da Sunshine Coast (Austrália)

AGRADECIMENTOS

À rede PRODEMA, em especial ao PRODEMA da UFRN e todos os seus docentes. Apesar de desafiador, se comprometer com o trabalho em rede e estimular a multidisciplinaridade são um propósito científico exemplar. As dificuldades em administrar um curso de mestrado de forma remota, por causa das restrições causadas pela pandemia do COVID-19, foram inúmeras para todas as partes. Contudo, acredito que houve muita doação e todos fizeram seu melhor. Tenho certeza que não faltou dedicação dos docentes, e isso refletiu em muito empenho da minha parte para aproveitar ao máximo o que poderia a partir de cada uma das disciplinas.

À UFRN, pois pude ter um dos sentimentos mais felizes ao ser selecionado pelo PRODEMA, e realizar o sonho de ter uma vida acadêmica em uma Universidade Pública nordestina ao longo dos dois anos que estariam por vir. Era um sonho viver dentro de uma Universidade Pública e usufruir todos os espaços que ela tem a oferecer, desde debates até espaços de lazer. Cheguei a pensar em morar na Universidade para poder utilizar ao máximo toda a estrutura e crescer como pessoa e como profissional. Novamente, a pandemia da COVID-19 acabou por influenciar por completo este plano e pouco voltei à Universidade após a minha seleção; tivemos apenas uma aula presencial por completo. Não imaginava que ficaria longe da UFRN ao longo de todo esse processo e, sem dúvidas, isso foi uma grande perda. Entretanto, guardarei no fundo do meu coração e em memória ativa um enorme carinho e orgulho de fazer um mestrado nessa incrível Universidade nordestina.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que foi fundamental para minha permanência no curso até a conclusão. Em tempos de descrédito científico, reforçar, valorizar e fortalecer o apoio científico de todos os tipos é de extrema importância para que possamos trilhar um caminho como sociedade, com pilares sólidos de conhecimento, e pautados na ciência. A pandemia da COVID-19 nos mostrou o quanto a ciência é necessária na busca por soluções para os problemas que enfrentamos como sociedade. No entanto, apesar de reconhecer o benefício econômico e entender que fui um dos privilegiados com essa bolsa, tendo a certeza que milhares de cientistas Brasil afora deixaram seus estudos por não receber incentivo financeiro e terem que se dedicar a outras atividades remuneradas, não posso deixar de expressar meu descontentamento com os valores atuais da bolsa: o valor da bolsa de estudos não é reajustado desde 2013, há quase uma década. Isso gera incertezas e descrédito profissional para pesquisadores. Acredito que haveria um estímulo maior com um reajuste financeiro condizente com a importância que a ciência tem para nossa sociedade.

Ao Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação Ambiental, o NUPEEA, da UFSB e todos os membros, que colaboraram de forma muito sutil, mas extremamente eficaz para que eu pudesse compreender um pouco mais sobre as temáticas relacionadas a educação ambiental crítica, sustentabilidades e sobre como ter uma visão mais ampla e integrada dos seres humanos e da natureza.

Ao prof. Daniel Durante Pereira Alves, meu orientador. Professor da melhor qualidade, entendedor profundo sobre ciência e responsável por me guiar com maestria nessa longa jornada que foi o mestrado. Auxiliou-me diversas vezes em alterações e adaptações do tema da pesquisa, sem promover discórdia e preocupação. Pelo contrário, sempre muito paciente, íntegro e transmitindo confiança no processo, como exige a realidade de um mestrando e suas cobranças. Agradecer a Daniel é pouco, me sinto um privilegiado dentre todos os alunos em tê-lo por perto e me auxiliar nas complexidades que o tema da pesquisa nos exigiu. Além disso, tive a sorte de tê-lo como coautor de um artigo já publicado, que contempla o capítulo 1 do trabalho, sendo ele um pilar científico dentro deste trabalho como um todo.

À profa. Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto, minha coorientadora, dedico todo o meu entendimento sobre a educação ambiental crítica, conceito-tema transversal em minha pesquisa, como tinha que ser. Encontrá-la foi uma mistura de sorte e competência, mas foi tarefa fundamental para que eu pudesse alcançar os objetivos críticos que buscava no meu trabalho. Forte conhecedora sobre a educação ambiental crítica, construtora de novas mentes questionadoras sobre os problemas mundanos, Alessandra também me instruiu em sua disciplina na UFSB (PPCTA) – Educação Ambiental e Conservação da Biodiversidade – sobre a temática que me ajudou a entender melhor, e de forma aprofundada, sobre o que foi um dos pilares centrais do debate do meu trabalho. Alessandra também foi coautora do artigo do primeiro capítulo da dissertação, sendo fundamental para que esse trabalho tivesse um caráter revolucionário, como tinha que ser.

À minha companheira, Bruna. Costumo dizer que Bruna deveria ter um certificado desse mestrado, nem que fosse de participação, pois, de alguma forma, participou de praticamente todas as disciplinas, mesmo que indiretamente. Por ser bióloga de formação, educadora ambiental, minha sócia, e se interessar por temas parecidos, frequentemente conversávamos e debatíamos sobre leituras, seminários, ideias e dúvidas que surgiam durante o curso. Bruna merece esse reconhecimento, pois também ajudou muito e sempre esteve junto quando precisei.

A todos os entrevistados desta pesquisa, um destaque especial. O engajamento à causa socioambiental, o amor por Caravelas e pelo Parque dos Abrolhos, e a vontade de contribuir dessas pessoas me chamou a atenção, bem como o quanto são motivadas e preparadas para participar das políticas públicas que envolvem UCs. Elas foram essenciais para a pesquisa e

nem haveria motivo para este trabalho sem elas. O trabalho e o envolvimento dos servidores do ICMBIO entrevistados também é digno de respeito e reconhecimento. É impressionante como esses profissionais trabalham duro e por amor a causa, mesmo em tempos de enfraquecimento das instituições ambientais e governamentais. Esse tipo de pesquisa é para todas essas pessoas, e para todas que lutam igualmente para a conservação da sociobiodiversidade e fortalecimentos das UCs.

À todas as pessoas que participaram no processo de observação assistemática da pesquisa, durante meu período de moradia, desde que me mudei para a cidade de Caravelas. Pude observar que a comunidade local, apesar de haver diversos perfis, como pescadores, pesquisadores, cientistas, empresários, entre outros, são pessoas que têm em comum um relacionamento muito forte e um carinho pela cidade e pela cultura de Caravelas. Nem todos vivem intensamente o PARNAMAR dos Abrolhos, mas há uma singularidade, simplicidade e conectividade com a natureza local que enchem os olhos. Todas essas pessoas e vivências foram enriquecedoras para mim; como profissional e como pessoa, me sinto acolhido pela comunidade caravelense.

Aos meus colegas de turma do PRODEMA-UFRN. Passamos por momentos muito complicados juntos, mesmo que separados. Juntos porque a tecnologia nos possibilitou estarmos conectados em momento da pandemia da COVID-19, mas separados porque, fisicamente, tivemos pouquíssimos encontros. Entretanto, não faltou apoio e engajamento da turma e a ajuda coletiva foi essencial para o desenrolar do curso.

Por último, e talvez mais importante, agradeço à minha família: meu pai Antonio Carlos, minha mãe Eliana Maria e minha irmã Joana. Apesar de longe, estamos sempre juntos. O apoio, o amor, o carinho e a proteção que sinto, vindo do acolhimento de “casa”, é base fundamental para todos os passos que dou em minha vida. Tenho certeza que eles também estão orgulhosos por mais esta etapa na minha carreira profissional e sentirão mais orgulho ainda ao lerem o trabalho. Dedico esta obra a eles!

RESUMO

A grave crise socioambiental que vivemos exige transformações estruturais na relação entre sociedade e natureza. Este trabalho busca aprimorar o entendimento de uma ferramenta com grande potencial para contribuir para estas transformações: a Interpretação Ambiental (IA) aplicada ao ecoturismo em Unidades de Conservação (UCs) brasileiras de proteção integral. Com o objetivo geral de refletir sobre a pertinência dos planos de IA nas UCs de proteção integral no Brasil, foi analisado o Plano Interpretativo (PI) do Parque Nacional Marinho (PARNAMAR) dos Abrolhos, Brasil, tendo em vista a transição para Sociedades Sustentáveis. Para isso, este estudo foi dividido em dois capítulos, na forma de artigos científicos. No primeiro, o objetivo foi investigar a importância da IA enquanto instrumento da educação ambiental (EA) crítica no ecoturismo em UCs, destacando o papel da elaboração de PIs, no intuito de definir os critérios para analisar o PI do PARNAMAR dos Abrolhos. Através de uma análise qualitativa de dados, realizou-se uma revisão de literatura, buscando o diálogo interdisciplinar entre diversas perspectivas discursivas para compreender o paradigma da IA e EA no âmbito do ecoturismo em UCs. Como resultado, percebe-se que, para os PIs potencializarem o ecoturismo como uma atividade de impacto socioambiental positivo e transformador, eles precisam estar alinhados a princípios educadores ambientalistas, ou seja, à EA crítica. No segundo capítulo, o objetivo foi fazer um diagnóstico qualitativo do caráter participativo do processo de elaboração do PI do PARNAMAR dos Abrolhos, elaborado entre 2017 e 2018. Para tanto, foram utilizadas três fontes de evidência para análise: documentação, observação assistemática, e entrevistas semiestruturadas, realizadas no mês de abril de 2022. Dentre os entrevistados, estão servidores do ICMBio e colaboradores locais representantes das treze instituições participantes da elaboração do PI. Os resultados mostram que: apesar dos participantes terem sido ouvidos, faltou melhor compreensão sobre IA; a quantidade de atividades foi pontual e insuficiente; e faltou também maior envolvimento das pessoas da comunidade no processo tempo. Além disso, constatou-se que a sensibilização obtida como resultado do processo foi pontual e efêmera. Portanto, nosso principal diagnóstico do caso é que, ao não vincular o PI a um caráter educativo mais profundo, conforme os princípios da EA crítica, perde-se oportunidade de estimular os participantes a questionar mais direta e profundamente certos valores e princípios da sociedade. Isso para contribuir para um esclarecimento e engajamento maior dos sujeitos em transformações estruturais exigidas pela busca de soluções de problemas ambientais atuais, na perspectiva da transição para sociedades sustentáveis.

PALAVRAS-CHAVE: Ecoturismo; PI - Plano interpretativo; Educação Ambiental “crítica” – PARNAS (Parques Nacionais); Unidades de Conservação; Sociedades Sustentáveis.

ABSTRACT

The serious socio-environmental crisis we are experiencing requires structural changes in the relationship between society and nature. This work seeks to improve the understanding of a tool with great potential to contribute to these transformations: Environmental Interpretation (EI) applied to ecotourism in Brazilian Fully Protected Conservation Units (CUs). With the general aim of reflecting on the relevance of EI plans in Fully Protected CUs in Brazil, the Interpretative Plan (IP) of the Abrolhos Marine National Park, Brazil, was analyzed, with a view on the transition to Sustainable Societies. For it, this study was divided into two chapters, in the form of scientific papers. In the first one, the objective was to investigate the importance of EI as a tool of critical environmental education (EE) in ecotourism in CUs, highlighting the role of IP elaboration. This in order to define the criteria to analyze the IP of the Abrolhos Marine National Park. Through a qualitative analysis of data, a literature review was carried out, seeking an interdisciplinary dialogue between different discursive perspectives to understand the paradigm of EI and EE in the scope of ecotourism in CUs. As a result, it can be seen that, for IPs to enhance ecotourism as an activity with a positive socio-environmental impact, reflecting contributions to deep sociocultural transformations, they need to be aligned with environmental education principles, that is, critical EE. In the second chapter, the aim was to make a qualitative diagnosis of the participatory nature of the elaboration process of the IP of Abrolhos Marine National Park, prepared between 2017 and 2018. For that, three sources of evidence were used for analysis: documentation, unsystematic observation, and open semi-structured interviews, carried out in April 2022. Among the interviewees, there are ICMBio employees and local collaborators representing the thirteen participating institutions. The results show that: although the participants were heard, there was a lack of a better understanding of EI; the amount of activities was punctual and insufficient; and there was also a lack of greater involvement of people from the community in the time process. In addition, it was found that the awareness obtained as a result of the process was punctual and ephemeral. Therefore, our main diagnosis of the case is that, by not linking the IP to a deeper educational character, according to the principles of critical EE, an opportunity is lost to encourage participants to question more directly and deeply certain values and principles of society. This in order to contribute to a greater clarification and engagement of the people in the structural transformations required by the search of solutions to current environmental problems, in the perspective of the transition to sustainable societies.

KEYWORDS: Ecotourism; Interpretative plan; “Critical” Environmental Education (National Parks); Conservation Units; Sustainable Societies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa das Unidades de Conservação Marinhas do Sul da Bahia, contendo o PARNAMAR dos Abrolhos e a RESEX do Cassurubá 30
Figura 2. Salto de uma baleia jubarte (*Megaptera novaeangliae*) no Parque Nacional Marinho dos Abrolhos 32
Figura 3. Adulto (frente) e juvenil (fundo) de Atobás *(Sula dactylatra)* na ilha da Siriba, com ilha Redonda ao fundo 32
Figura 4. Tartaruga Verde (*Chelonia mydas*) no Parque Nacional Marinho dos Abrolhos 32
Figura 5. Arraia-chita (*Aetobatus narinari*) 33
Figura 6. Farol da ilha de Santa Bárbara, uma das cinco ilhas do Arquipélago dos Abrolhos e que está sob jurisdição da Marinha do Brasil 34
Figura 7. Centro de Visitante (CV) do Parque Nacional marinho dos Abrolhos, localizado na praia do Kitongo, Caravelas-BA. 34
Figura 8. Turistas em caminhada monitorada na Ilha da Siriba, com ilha Redonda ao fundo 35
Figura 9. Mergulho livre no portinho sul, com Farol da ilha de Santa Bárbara atrás. 36
Figura 10. Visitante observa uma baleia Jubarte (*Megaptera novaeangliae*) no Parque Nacional Marinho dos Abrolhos 36
Figura 11. Procedimentos Metodológicos - Capítulo 1.....41
Figura 12. Participantes da elaboração do Plano Interpretativo do Parque dos Abrolhos.....42
Figura 13. Organização das entrevistas.....43
Figura 14. Contexto histórico da IA no Brasil.....78
Figura 15. Organograma representando a interdependencia das atividades e conceitos do trabalho para auxiliarem na construção de Sociedades Sustentáveis.....103

LISTA DE SIGLAS

AP	Área Natural Protegida
ATD	Análise Textual Discursiva
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CI	Conservação Internacional
COVID	*Corona vírus disease*
CV	Centro de Visitantes
DRP	Diagnóstico Rural Participativo
EA	Educação Ambiental
FMI	Fundo Monetário Internacional
IA	Interpretação Ambiental
IBJ	Instituto Baleia Jubarte
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTUR	Ministério do Turismo
NAI	*National Association of Interpretation*
NPS	*National Park Service*
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PARNAMAR	Parque Nacional Marinho
PI	Plano Interpretativo
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PRODEMA	Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
ProNEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
RESEX	Reserva Extrativista
RevBEA	Revista Brasileira de Educação Ambiental
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TIES	*The Internacional Ecotourism Society*
TRATADO	Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis
UC	Unidade de Conservação
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO GERAL 13
Áreas Protegidas – Unidades de Conservação 15
Ecoturismo 16
Interpretação Ambiental e Educação Ambiental 19
Interpretação Ambiental e o Plano Interpretativo do PARNAMAR dos Abrolhos 25
OBJETIVOS E APRESENTAÇÃO DA DIVISÃO DO TRABALHO 28
CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ÁREA DE ESTUDO 30
METODOLOGIA GERAL 38
Metodologia do Capítulo 1 (artigo 1) 40
Metodologia do Capítulo 2 (artigo 2) 41
CAPÍTULO 1 – INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA: DEFININDO CRITÉRIOS PARA ANALISAR O PLANO INTERPRETATIVO DO PARQUE NACIONAL MARINHO DOS ABROLHOS 44
CAPÍTULO 2 – INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA: O CASO DO PLANO INTERPRETATIVO DO PARQUE NACIONAL MARINHO DOS ABROLHOS 67
CONSIDERAÇÕES FINAIS 97
REFERÊNCIAS GERAIS 104
ANEXO A – COMPROVANTE DE ACEITE DO ARTIGO REFERENTE AO CAPÍTULO 1 109
ANEXO B – QUESTIONÁRIO APLICADO NAS ESTREVISTAS 110
ANEXO C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP 114

INTRODUÇÃO GERAL

Vivemos em uma época de exacerbada crise ecológica e social, com forte acirramento das tensões sociais e incessante degradação do meio ambiente. Nesse contexto, uma reflexão em relação aos desafios ambientais contemporâneos necessariamente passa por um olhar crítico ao processo desenvolvimentista. De forma geral, tal ideia se pauta na utilização da natureza para fins de exploração e de produção de riqueza para a humanidade, como demonstrado por Gonçalves (1989). Portanto, um debate acerca das reais causas dessa crise necessita de uma perspectiva holística e interdisciplinar, rompendo com a "tradicional" fragmentação e especialização do saber.

Para Santos (2005), a crise ambiental atual é uma consequência do desenvolvimento das diferentes ciências particulares. Ao longo do último século, isso contribuiu para avanços científicos e tecnológicos; contudo, essa extrema especialização do saber pode afetar o entendimento do mundo ao fragmentar conhecimentos totalizantes, por exemplo. Para este autor, é preciso oferecer reflexão crítica à questão do meio ambiente, contribuindo para o enfoque interdisciplinar e multidimensional.

A crise a que nos referimos é uma crise cultural da sociedade ocidental. Gonçalves (1989), aponta que houve, já no berço das civilizações, os primeiros momentos de desconexão e dominação do ser humano em relação à natureza, sendo essa a raiz principal dessa separação em um pensamento filosófico ocidental, que se constitui contra outras formas de pensar. Isto é, o que se entende por natureza é reflexo de uma herança cultural que separou humano e natureza. Diante disso, utiliza-se o conhecimento para benefício único e exclusivo do ser humano, desconsiderando outras vidas e serviços ecossistêmicos. Mesmo assim, é imprescindível lembrar que esse conhecimento não beneficia todos os seres humanos igualmente. Pelo contrário, vivemos uma luta intensa de classes e uma enorme desigualdade social, onde poucos são beneficiados e muitos desfavorecidos.

O texto de Lima (1997) possibilita enxergar, de forma ampla, a crise da modernidade causada por um sistema de mercado que se baseia em atender os desejos dos consumidores, e prioriza o lucro dos produtores ao invés de existir para satisfazer as necessidades de todas as pessoas. O autor ainda indica as falácias da ideologia dos idealistas do desenvolvimento econômico, quando estes defendem que todos os cidadãos têm capacidade de ter um padrão de vida igual a um indivíduo rico; uma trapaça da meritocracia. Assim como ela também é equivocada do ponto de vista ecológico, pois desconsidera que os recursos naturais são finitos.

No mesmo sentido, no filme de Tendler (ENCONTRO, 2006), *O Mundo Global visto do lado de cá*, Milton Santos se coloca contra o modelo globalizante vigente no mundo, ao analisar as contradições e paradoxos desse modelo econômico cultural. Ao responder perguntas do tipo 'o que é o desenvolvimento?', 'para que serve e serve à quem?' e 'há necessidades de

haver uma padronização no processo de desenvolvimento das sociedades de forma global?', ele propõe que pensemos uma maneira própria (local) de desenvolvimento, baseada nas características e riquezas culturais e naturais dos povos do sul. Isso corrobora com o pressuposto de um sistema colapsado, e afirma que as desigualdades nunca foram tão grandes entre norte e sul, o que determina o chamado "terceiro-mundismo".

Sendo assim, cabe aos indivíduos, instituições e a todos que buscam respostas à crise sociocultural, uma urgência para soluções. Acreditamos que este movimento tem que ser trabalhado numa perspectiva estrutural, que visa à quebra de paradigmas. Como apontado por Diegues (1992, p. 27), a proposta de desenvolvimento sustentável, apesar de fortemente defendida por grandes corporações e pelo próprio mercado capitalista, tem duras críticas e falhas: a crença nas forças do mercado para solucionar as questões ambientais; a concepção de desenvolvimento como estratégia e instrumento pra se chegar a uma melhoria da qualidade de vida da população; e a não ênfase nas condições internacionais, ignorando as relações de forças internacionais e de interesse dos países industrializados.

Indo ao encontro desta concepção de Diegues, Foladori (2002, p. 112) afirma que, apesar de importantes avanços, o desenvolvimento sustentável permanece atrelado às regras do jogo do sistema mercadológico capitalista. Ele não atinge, nem questiona, as relações de propriedade e apropriação capitalistas, causadoras das injustiças e desigualdades; apenas rearranja o modelo econômico vigente. É necessário, portanto, encontrar outras formas de se pensar e agir como sociedade e processos, para que encontremos soluções reais e transformadoras.

Acosta (2019) também aponta para as falácias do discurso do progresso e das inúmeras facetas do desenvolvimento, que, em sua totalidade, buscam atender um mercado apoiado na extração de recursos naturais sem nenhuma responsabilidade ambiental, gerando desigualdade social e uma sociedade com valores consumistas. Nesse sentido, baseado nos Direitos da Natureza e nos Direitos Humanos, e com ideias advindas de grupos marginalizados, excluídos, explorados e dizimados, Acosta (2019), ao buscar soluções para o mundo em colapso, aponta para o Bem Viver, se opondo ao desenvolvimento e se colocando como uma frente para a construção de sociedades sustentáveis. O Bem Viver é uma utopia em movimento a resgatar velhos valores pautados em trabalho em comunidade.

Esclarecidos estes pressupostos mais básicos, o próximo passo para entender esta pesquisa é o esclarecimento dos diversos conceitos que a compõem, a saber: unidades de conservação, ecoturismo, interpretação ambiental, educação ambiental, plano interpretativo e o estudo do caso do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. É o que será feito nas próximas seções desta introdução geral.

Áreas Protegidas – Unidades de Conservação

A perspectiva de dominação da natureza através do avanço das técnicas, e a pretensão humana de que os recursos naturais servem aos humanos, reduz drasticamente a biodiversidade e gera degradação socioambiental. Pensar em estratégias para salvaguardar as funcionalidades ecológicas, os aspectos socioculturais e a inclusão social, bem como ferramentas para contribuir com a construção de uma consciência crítica das pessoas, é extremamente importante para fortalecer novas maneiras de se pensar a nossa relação com a natureza e novos modelos de sociedade. Assim, havendo impactos sociobiodiversos positivos na relação entre todos os seres.

A partir desta reflexão, subentende-se que essa herança cultural nos direciona para crença de que a criação e a manutenção de áreas naturais protegidas[1] (APs) são uma estratégia fundamental para salvaguardar a diversidade étnica-cultural e ecológica. Afinal, grande parte dos fragmentos florestais e ecossistêmicos restantes está protegida dentro desses territórios. As APs "basicamente existem porque há uma grande pressão e ameaça à conservação da biodiversidade e dos recursos naturais e culturais no planeta" (PADUA; CHIARAVALLOTI, 2012, p. 142), se tornando o principal instrumento para a conservação da biodiversidade (BENSUSAN, 2006, p. 12). Ademais, "destaca-se, ainda, sua importância para combater e reduzir os efeitos causados pelas mudanças climáticas globais" (YOUNG; MEDEIROS, 2018, p. 14).

Ao apontar os inúmeros benefícios aos seres humanos, provenientes das APs, Hassler (2005, p. 87) aponta que os mesmos vão além daqueles oriundos da conservação da biodiversidade: conservação dos recursos hídricos e das belezas cênicas; a proteção de sítios históricos e/ou culturais; a manutenção da fauna silvestre e da qualidade do ar e da água; e a ordenação do crescimento econômico regional. Hassler (2005, p. 87) também enfatiza os objetivos econômicos desses territórios, se respeitados os princípios do uso ordenado e a capacidade de suporte dos ambientes, e menciona a atividade de turismo como uma das atividades típicas de aproveitamento econômico para as APs.

No Brasil, as APs, conhecidas como Unidades de Conservação[2] (UCs), foram instauradas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). O SNUC é um conjunto de normas e procedimentos oficiais que possibilitam às esferas governamentais, bem como à iniciativa privada, criar, implementar e gerir no país as UCs. Atualmente, este é o meio nacional mais eficaz para a conservação da natureza, e prevê 12 categorias complementares de UCs, organizando-as de acordo com seus objetivos de manejo e tipos de uso em dois grandes grupos. O primeiro são as Unidades de Proteção Integral, cujo objetivo básico é a preservação da natureza, sendo admitido o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos

[1] Internacionalmente tratadas como "áreas naturais protegidas", no Brasil são conhecidas como Unidades de Conservação

[2] O conjunto de Unidades de Conservação (UC) compõe o Sistema Nacional de Unidades de Conseervação (SNUC - LEI 9.985/2000).

previstos na Lei do SNUC. Já o segundo são as Unidades de Uso Sustentável, que visam compatibilizar a conservação da natureza com o uso direto de parcela dos seus recursos naturais; ou seja, é aquele que permite a exploração do ambiente, porém mantendo a biodiversidade do local e os seus recursos renováveis (BRASIL, 2000).

Creado e Ferreira (2011) demonstram que o SNUC resultou de um acordo entre o posicionamento de duas bases ideológicas conservacionistas: (1) as centradas na manutenção da biodiversidade, seja no enfoque sobre espécies e/ou sobre ecossistemas; e (2) as centradas na defesa dos direitos de grupos sociais ou povos, afetados direta ou indiretamente pelas UCs; sobretudo, os categorizados como populações tradicionais. Contudo, defende-se também uma nova postura da sociedade em relação ao meio ambiente, não se restringindo às áreas protegidas. Afinal, "os parques são importantes nesse momento de crise ambiental, mas uma atitude requer que pensemos sobre como podemos utilizá-los na formulação de uma nova ética social para a conservação" (PIMENTEL, 2008, p. 96).

Segundo Pimentel (2008, p. 97), é claro um novo e importante papel social dos Parques, via influência na formação de cidadãos e cidadãs ecologicamente conscientes e com novas práticas em relação a questões socioambientais. Por isso, as UCs aparecem como territórios com papel ecológico e social importantíssimo, com potencial para desenvolver mecanismos sensibilizadores dos visitantes e capazes de estimular processos educativos com comunidades do entorno. Podem ainda construir valores e conhecimentos com a sociedade, sendo espaços estratégicos para ações que visam, além de lazer, bem-estar, pesquisa científica, e a promoção de impactos socioambientais positivos. Isto por meio da ampliação da sensibilização das pessoas, podendo oportunizar a construção de uma consciência crítica, possibilitando transformações sociais mais profundas e estruturantes.

Ecoturismo

Comum em alguns desses territórios, o ecoturismo possibilita que visitantes experienciem o despertar de uma consciência ecológica, sendo um setor do turismo que "utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações" (BRASIL, 2010, p. 17). Antes de prosseguir a discussão sobre o ecoturismo, é preciso problematizar o significado do termo "sustentabilidade". Por se tratar de um termo polissêmico, que vem sendo utilizado por diferentes interesses, estratégias e setores, tentaremos clarificar a perspectiva deste trabalho.

Nesse sentido, Foladori (2002) faz uma reflexão crítica em cima da sustentabilidade social, demonstrando que o conceito e a materialização da sustentabilidade, em sua maioria, se dão através de projetos e ações que visam a sustentabilidade ambiental, mesmo que a premissa seja a parte social. Isto é, ao tratar a sustentabilidade social, argumenta-se que órgãos

internacionais, como ONU, FMI etc., buscam alternativas para trazer mais equilíbrio social e menos pobreza. Então, eles visão a sustentabilidade ambiental, não objetivando a sustentabilidade social por si só. Então, o autor conclui que, embora se tenha se avançado no que diz respeito à sustentabilidade social, tanto nas políticas de desenvolvimento quanto na discussão acadêmica, existem certas barreiras. Estas seriam colocadas pela própria lógica do funcionamento do sistema capitalista, que limitam a viabilidade da sustentabilidade social. Entretanto, as bases fundamentais do ecoturismo que enxergamos estão atreladas a uma perspectiva holística educativa, e com práticas voltadas para a sustentabilidade ecológica, ambiental e social, como veremos mais adiante.

Voltando a abordagem sobre o ecoturismo, é através do setor de uso público[3] das UCs que essa atividade se associa ao processo de visitação, e se manifesta por meio de atividades educativas, esportivas, científicas, e recreativas de lazer e de interpretação ambiental (IA). Isso possibilita ao visitante conhecer, entender e valorizar os recursos naturais e culturais existentes (BRASIL, 2005a, p. 3). Nesse sentido, Vallejo (2013, p. 19) aponta diversos benefícios possíveis do uso público desses territórios, como o econômico, individual, coletivo e conservacionista, podendo se tornar estratégias para a conservação.

Segundo Powell e Ham (2008, p. 468), o ecoturismo engloba quatro elementos fundamentais: o papel educativo, a indução na conservação ambiental, a equidade social e os benefícios econômicos, indicando o potencial socioambiental dessa atividade e os benefícios à conservação da sociobiodiversidade. Apesar de imprescindíveis, estas características nem sempre estão presentes na atividade. O ecoturismo, mesmo com potencial para beneficiar pessoas desfavorecidas na sociedade, para fortalecer as APs e para formar uma consciência ecológica nas pessoas, não tem um entendimento popular claro. Cada um dos atores o utiliza da maneira como lhe é mais conveniente, pois também é um termo polissêmico, gerando conflitos. Esse fato desestrutura a atividade e a enfraquece diante de políticas públicas e ações que buscam melhorias socioambientais.

Em sua essência, o ecoturismo, por ser uma atividade que busca sensibilizar as pessoas através de outro olhar, um olhar mais profundo sobre as coisas, precisa estar sustentado por um forte componente educativo no processo. Esse fator tem que estimular uma maior preocupação e o envolvimento dos participantes sobre as causas ambientais, bem como a aceitação e a admiração das diversidades sociais, culturais, de gênero; todas sem distinção. É a partir dessa outra perspectiva que se trabalha o aprendizado; valorizar essa diferença é fundamental. Além disso, envolver as comunidades locais e gerar renda para as essas pessoas é um dos itens mais importantes do ecoturismo. Isto deve ser um pretexto para incluir socialmente as pessoas e gerar renda extra para as famílias.

Dos Pires (1998, p. 75) conclui que:

---

[3] O setor de uso público proporciona ao visitante conhecer e valorizar os recursos culturais e naturais deste espaço.

> [...] o ecoturismo ao voltar-se para ambientes naturais e culturas autóctones deve comprometer-se com a sustentabilidade ambiental, social, cultural e econômica de todos os segmentos sociais envolvidos, deve proporcionar educação ambiental e despertar a consciência ecológica além de contemplar a participação ativa das comunidades locais, critérios estes que uma vez não perseguidos na prática subtraem a dimensão ecológica do ecoturismo tornando-o apenas turismo na natureza.

Conforme Fennel (2014, p. 23), o ecoturismo envolve cinco critérios principais: (1) a ênfase nas atrações baseadas na natureza; (2) a dimensão da sustentabilidade do ecoturismo da perspectiva da conservação; (3) a dimensão humana de sustentabilidade na forma de participação das pessoas locais e benefícios sociais; (4) as oportunidades de aprendizagem e de educação como parte da experiência do ecoturismo; (5) e a questão ética. Essa é uma visão bem ampla e condiz com o tipo de sustentabilidade que abordamos neste trabalho, pois também considera a dimensão social, a educação e a questão ética.

No mesmo sentido, para Fennell e Weaver (2005, p. 374), o ecoturismo é primeiramente baseado na natureza, em termos de suas atrações e produtos, com influências culturais associadas – contemporâneas, históricas e arqueológico – e constituindo um componente auxiliar significativo. Os produtos dessa atividade podem variar em escopo, por meio de uma perspectiva mais ampla e de uma ênfase holística em um ecossistema inteiro (com suas influências culturais associadas), a um foco “elementar”. Por exemplo, uma megafauna carismática específica, como as baleias jubarte vistas no PARNAMAR dos Abrolhos, ou megaflora, como o Pau-Brasil; ou mesmo megalitos, como cavernas ou montanhas, que são amplamente impulsionados pela imagem e demanda popular do consumidor.

Em segundo lugar, o ecoturismo promove oportunidades de aprendizagem, em parte por meio do fornecimento de IA formal do produto, mas também pela manutenção de condições que facilitam as interações pessoais informais e a apreciação dos ambientes naturais e influências culturais associadas (FENNELL; WEAVER, 2005, p. 374). Inclusive, em um nível mais profundo, a IA eficaz pode ter um efeito 'transformador', ou seja, pode induzir uma compreensão mais profunda da atração e uma adesão a um *ethos*[4] mais ético e ambientalista, seja na atitude e/ou estilo de vida dos participantes (FENNELL, 1999; 2002; ORAMS, 1997 *apud* FENNELL; WEAVER, 2005, p. 375).

Finalmente, o ecoturismo deve ser administrado de forma que conduza à sustentabilidade. Contudo, é extremamente difícil, senão impossível, saber se esse objetivo de sustentabilidade foi alcançado. As dificuldades inerentes a qualquer destino ou negócio incluem a seleção e a ponderação de indicadores; a identificação de limites e de referências de indicadores apropriados; e a implementação de procedimentos de monitoramento eficazes (FENNELL; WEAVER, 2005, p. 375). Para resolver essas dificuldades, Weaver (2001 *apud*

[4] Conjunto dos costumes e hábitos fundamentais no âmbito do comportamento e da cultura (valores, ideias ou crenças).

FENNELL; WEAVER, 2005, p. 375) argumenta que uma prova decisiva para um produto de ecoturismo genuíno não é a ausência de qualquer impacto negativo resultante, e sim a intenção contínua dos gestores em buscar resultados de sustentabilidade. Isto em conjunto com precedentes de melhores práticas, de preferência por meio de um protocolo de reconhecimento, e objetivando lidar de forma rápida e eficaz com quaisquer impactos negativos que surgem de atividades essenciais, como observação da vida selvagem ou operação de instalações.

Intepretação Ambiental e Educação Ambiental

Logo, duas das principais atividades em UCs, e que estão diretamente relacionadas ao ecoturismo, são a IA e a educação ambiental (EA). Essas alternativas são fundamentais para a promoção de processos e estratégias que caminhem na direção da sensibilização das pessoas sobre as causas socioambientais. É precio esclarecer que a IA pode ter diversas finalidades. Uma delas se torna ferramenta importante para comunicar os visitantes dessas áreas naturais com mensagens, informações e dados de inúmeras maneiras. Contudo, de antemão, este trabalho não tem como foco a eficiência e interferência que ela tem neses visitantes.

A IA e a IA também devem promover maior envolvimentodas comunidades locais com órgãos públicos ambientais, por meio de processos participativos e políticas públicas democráticas. Um fato que pode impulsionar esse movimento é que, quantomaior o número de pessoas em contato com estes territórios, maior a reafirmação do potencial de transformação social que essas áreas têm. Nesse contexto, as UCs estão sendo afetadas por todas essas tendências.

Em relação a IA e a EA, parte dos teóricos acredita que elas estão dissociadas, como aponta Kohl (2008, p. 127) ao indicar que a IA é uma estratégia mais apropriada para conectar o ecoturismo com conservação em APs do que a EA. É importante frisar que, mesmo com diversos autores (BAPTISTA; MOREIRA, 2020; COLMAN; JUNIOR, 2016; LÜCK, 2003; ROMAGNOLI, 2009; XIMENES, 2015) trabalhando na perspectiva da IA como uma ferramenta da EA, há certa divergência de entendimento, visões e intencionalidades dos estudiosos e das instituições frente à temática. Isto pode estar atrelado às diferentes visões de mundo e de entendimento sobre a real necessidade de mudanças profundas na sociedade, ou mesmo à certa limitação de entendimento da atividade. O que queremos dizer é que a visão sobre a potencialidade e a aplicabilidade da IA pode variar de acordo com a cultura, local de fala, entendimento sobre os problemas mundanos, entre outros.

O MMA[5], por exemplo, estabeleceu uma definição nacional para IA sem mencionar um processo educativo propriamente dito: “uma maneira de representar a linguagem da natureza, os processos naturais, a inter-relação entre o homem e a natureza, de maneira que os visitantes

[5] Ministério do Meio Ambiente.

possam compreender e valorizar o ambiente e a cultura local" (MMA, 2006, p.10). Entretanto, é possível que as atividades estejam diretamente conectadas, uma vez que a IA seja entendida como uma ferramenta da EA, e assim possua um propósito mais amplo de revelação, como apontado pelo precursor da atividade, Freeman Tilden. Ele foi uma das primeiras pessoas a estabelecer os princípios e teorias da IA, como "uma atividade educacional que visa revelar significados e relações por meio do uso de objetos originais, ao invés de simplesmente comunicar fatos" (TILDEN, 2007, p. 8).

Apesar de essa definição ser antiga, da década de 50 do século passado, e elaborada por uma pessoa com origem em contexto diferente daquele de países periféricos, ela ainda é bastante utilizada dentro da academia e por quem trabalha com o tema, sendo uma das mais abordadas. Nessa definição, apesar de não ficar claro que a IA visa quebrar paradigmas e atuarde forma estruturante, enxergamos que, por ser uma atividade educacional por si só, ela já nos permite trabalhar com aspectos educativos, sendo pautada em valores de transformação pessoal. Além do exposto, a caracteristica sobre IA na perspectiva de Tilden (2007, p.8), ao "revelar significados e relações", indica possibildiades de ir além das coisas óbvias e materiais que enxergamos. Concede-nos pensar a atividade como um meio de desvendar fatos, de modo que seja um novo despertar para a consciência pessoal. Diante disso, essa definição é importantepara este trabalho, pois, partindo do que foi apontado, será possível alcançarmos o potencial da atividade através de seu caráter educacional, como mencionado anteriormente. Por tratarmos diretamente sobre aspectos educativos no trabalho, daremos ênfase neste quesito nas linhasadiante, no intuito de apresentar e facilitar o entendimento do porquê a EA crítica é essencial para lidarmos com os problemas apontados aqui, e retornaremos com as dicussões sobre a IA
no capítulo 1.

Dessa forma, em relação à questão educativa, é preciso entendermos que há, mesmo dentro da EA, distintas correntes e concepções, formando categorias específicas. Percebe-se que essas categorizações partem de uma concepção mais ligada aos aspectos naturais e chegam a uma concepção relacionada a uma visão mais integrada do meio ambiente, incluindo questões sociais, culturais, políticas, históricas, entre outras (SILVA, 2007, p. 2). Trataremos mais sobre as distintas categorizações da EA no capítulo 1; contudo, pode-se adiantar que apenas a vertente da EA crítica tem reais condições de transformar a crise socioambiental e cultural que passamos. Isso porque ela tem a finalidade maior na promoção de uma consciência ecológica que envolva o questionamento das reais causas da degradação socioambiental, indo além de se contentar com a preocupação reducionista da proteção ecológica ou ecossistêmica.

Por isso, trabalharemos na perspectiva da EA crítica, que, por sua vez, é entendida como "um processo educativo eminentemente político, que visa ao desenvolvimento nos educandos de uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores sociais geradores de riscos e

respectivos conflitos socioambientais" (LAYRARGUES, 2002, p. 189). Ela “surge como uma nova forma de educar com profundo senso crítico e conteúdo questionador da sociedade e seus valores dominantes” (MEZA-AGUILAR, 1992, p. 1), e, assim, como uma das possibilidades estratégicas de enfrentamento da crise civilizacional de ordem cultural e social.

Um dos seus objetivos, segundo Meza-Aguilar (1992, p. 6), é que as pessoas compreendam a natureza complexa do ambiente natural e o ambiente criado pelo ser humano, resultado da interação de seus aspectos biológicos, físicos, social, econômico e cultural. Além de adquirir valores, conhecimentos, comportamentos e habilidades para praticar a prevenção e solução de problemas ambientais, bem como a gestão da qualidade do meio ambiente. “Sua perspectiva crítica e emancipatória visa à deflagração de processos nos quais a busca individual e coletiva por mudanças culturais e sociais estão dialeticamente indissociadas” (SORRENTINO *et al*., 2005, p. 285).

Nesse sentido, é importante ter conhecimento que este conceito está balizado nos princípios do *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global* (BRASIL, 2012), documento elaborado por diversos atores ligados a movimentos socioambientais de diferentes países do mundo todo, de diversas culturas, durante o fórum paralelo da Rio-92. A expressão “sociedades sustentáveis” abre sentidos para a pluralidade e diversidade, buscando oposição e não apoiando a manutenção do *status quo,* sendo uma alternativa as críticas ao desenvolvimento, conforme tratado na 1ª parte do trabalho (GONÇALVES, 1989; SANTOS, 2005; LIMA, 1997; ENCONTRO, 2006; DIEGUES, 1992; FOLADORI, 2002; ACOSTA, 2019). O Tratado considera que a grave crise socioambiental planetária é oriunda do modelo de civilização dominante.

Ou seja, o Tratado concorda com as críticas ao modelo de desenvolvimento hegemônico padronizado. Este seria baseado na superprodução e superconsumo, gerando muita miséria para a maioria das pessoas. Logo, considera-se que a EA "deve gerar, com urgência, mudanças na qualidade de vida e maior consciência de conduta pessoal, assim como harmonia entre os seres humanos e destes com outras formas de vida” (BRASIL, 2012, p. 1). Dessa forma, o Tratado tornou-se referência para a EA e traz a ideia de sociedades sustentáveis e equitativas, com respeito a todas as formas de vida.

Considerando que trabalharemos na perspectiva da EA crítica, e que ela se baliza nas concepções do Tratado, entender os dezesseis princípios que a direcionam (p. 2) é de suma importância:

> 1. A educação é um direito de todos; somos todos aprendizes e educadores;
> 2. A educação ambiental deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formal, não-formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade;
> 3. A educação ambiental é individual e coletiva. Tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações;

> 4. A educação ambiental não é neutra, mas ideológica. É um ato político;
>
> 5. A educação ambiental deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar;
>
> 6. A educação ambiental deve estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e da interação entre as culturas.
> 7. A educação ambiental deve tratar as questões globais críticas, suas causas e inter-relações em uma perspectiva sistêmica, em seu contexto social e histórico. Aspectos primordiais relacionados ao desenvolvimento e ao meio ambiente, tais como população, saúde, paz, direitos humanos, democracia, fome, degradação da flora e fauna, devem ser abordados dessa maneira;
> 8. A educação ambiental deve facilitar a cooperação mútua e eqüitativa nos processos de decisão, em todos os níveis e etapas;
> 9. A educação ambiental deve recuperar, reconhecer, respeitar, refletir e utilizar a história indígena e culturas locais, assim como promover a diversidade cultural, lingüística e ecológica. Isto implica uma visão da história dos povos nativos para modificar os enfoques etnocêntricos, além de estimular a educação bilíngue;
> 10. A educação ambiental deve estimular e potencializar o poder das diversas populações, promovendo oportunidades para as mudanças democráticas de base que estimulem os setores populares da sociedade. Isto implica que as comunidades devem retomar a condução de seus próprios destinos;
> 11. A educação ambiental valoriza as diferentes formas de conhecimento. Este é diversificado, acumulado e produzido socialmente, não devendo ser patenteado ou monopolizado;
> 12. A educação ambiental deve ser planejada para capacitar as pessoas a trabalharem conflitos de maneira justa e humana;
> 13. A educação ambiental deve promover a cooperação e do diálogo entre indivíduos e instituições, com a finalidade de criar novos modo de vida, baseados em atender às necessidades básicas de todos, sem distinções étnicas, físicas, de gênero, idade, religião ou classe;
> 14. A educação ambiental requer a democratização dos meios de comunicação de massa e seu comprometimento com os interesses de todos os setores da sociedade. A comunicação é um direito inalienável e os meios de comunicação de massa devem ser transformados em um canal privilegiado de educação, não somente disseminado informações em bases igualitárias, mas também promovendo intercâmbio de experiências, métodos e valores;
> 15. A educação ambiental deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações. Deve converter cada oportunidade em experiências educativas de sociedades sustentáveis;
> 16. A educação ambiental deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos (BRASIL, 2012, p. 2).

Além disso, o Tratado determina um plano de ação que as organizações participantes se propõem a implementar através de 22 diretrizes. Dentre elas, é de interesse deste trabalho se apoiar em:

> - Trabalhar os princípios do Tratado a partir das realidades locais, estabelecendo as devidas conexões com a realidade planetária, objetivando a conscientização para a transformação;
> - Incentivar a produção de conhecimentos, políticas, metodologias e práticas de educação ambiental em todos os espaços de educação formal, informal e não-formal, para todas as faixas etárias;

> - Promover e apoiar a capacitação de recursos humanos para preservar, conservar e gerenciar o ambiente, como parte do exercício da cidadania local e planetária;
> - Estimular posturas individuais e coletivas, bem como políticas institucionais que revisem permanentemente a coerência entre o que se diz e o que se faz, os valores de nossas culturas, tradições história;
> - Fazer circular informações sobre o saber e a memória populares; e sobre iniciativas e tecnologias apropriadas ao uso dos recursos naturais;
> - Sensibilizar as populações para que constituam Conselhos populares de Ação Ecológica e Gestão do Ambiente visando investigar, informar, debater e decidir sobre problemas e políticas ambientais;
> - Garantir que os meios de comunicação se transformem em instrumentos educacionais para preservação e conservação de recursos naturais, apresentando a pluralidade de versões com fidedignidade e contextualizando as informações. Estimular transmissões de programas gerados por comunidades locais;
> - Fortalecer as organizações movimentos sociais como espaços privilegiados para o exercício da cidadania e melhoria da qualidade de vida e do ambiente;
> - Assegurar que os grupos de ecologistas popularizem suas atividades e que as comunidades incorporem em seu cotidiano a questão ecológica (BRASIL, 2012, p. 3).

Para além das motivações transformadoras do Tratado, entende-se que ele se torna referência ao ser dirigido para uma variedade de grupos, dentre eles (e de maior interesse para este trabalho): cientistas com postura ética, e governos locais e nacionais capazes de atuar em sintonia/parceria com o Tratado. É interessante considerar, inclusive, que ele orienta e subsidia o Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA (BRASIL, 2005b), coordenado pelo órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério da Educação (MEC).

Os desafios de implementação da PNEA se ampliam e se alteram constantemente diante dos novos cenários sociais, econômicos, culturais e ambientais, decorrentes do atual modelo de desenvolvimento. Diante disso, é necessária a atualização de instrumentos que permitam a sua execução, como na mais nova edição do ProNEA (BRASIL, 2018), construída com contribuições de educadores ambientais, da sociedade organizada e de outros segmentos sociais, que refletiram sobre o papel da EA diante das problemáticas atuais e fazer novas propostas (BRASIL, 2018, p. 26).

Sua missão é:

> [...] promover educação que contribua para um projeto de sociedade que integre os saberes nas dimensões ambiental, ética, cultural, espiritual, social, política e econômica, impulsionando a dignidade, o cuidado, o bem viver e a valoração de toda forma de vida no planeta. O ProNEA tem como eixo orientador a perspectiva da sustentabilidade com base no Tratado. Suas ações estão destinadas a assegurar, no âmbito educativo, a interação e a integração equilibradas das múltiplas dimensões da sustentabilidade buscando envolvimento e a participação social na proteção, recuperação e melhoria das

> condições ambientais e de qualidade de vida de todos os seres vivos. (BRASIL, 2018, p. 23).

Posto isso, assumem-se as seguintes diretrizes: (1) Transversalidade, transdisciplinaridade e complexidade; (2) Descentralização e articulação espacial e institucional, com base na perspectiva territorial; (3) Sustentabilidade socioambiental; (4) Democracia, mobilização e participação social; (5) Aperfeiçoamento e fortalecimento dos Sistemas de Educação (formal, não formal e informal), Meio Ambiente e outros que tenham interface com a educação ambiental; e (6) Planejamento e atuação integrada entre os diversos atores no território.

Importante notar que os processos educativos dentro de UCs, como os discutidos neste trabalho, são considerados de caráter não formal. Um dos fatores do ProNEA que agrega e fortalece as bases deste trabalho é que a EA deve estar presente no processo educativo, em caráter formal e também não formal (BRASIL, 2018, p. 43). Trabalhar a EA não formal é de interesse deste trabalho para: a sensibilização da sociedade sobre a importância das Unidades de Conservação; a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação; e o ecoturismo (BRASIL, 2018, p. 46). Sobre este, o ProNEA ainda visa inserir a EA no planejamento e nas práticas de turismo, com atenção especial ao ecoturismo de base comunitária e ao turismo sustentável, “visando garantir a sustentabilidade social, ecológica e econômica das comunidades receptoras e proporcionando uma interação adequada dos turistas com os ecossistemas e populações locais” (BRASIL, 2018, p. 32). Essa ligação do ProNEA e da EA não formal com as UC e o ecoturismo é um dos argumentos favoráveis para o direcionamento desta pesquisa.

De forma geral, é oportuno perceber o caráter crítico e a perspectiva holística da EA, bem como o intuito da formação de cidadãos com consciência local e global, o cunho político-ideológico, além da importância das questões históricas culturais locais. Ademais, deve-se promover processos democráticos e o diálogo entre indivíduos e instituições; utilizar a comunicação como estratégia de disseminação de informações e promoção de troca de experiências, métodos e valores; e converter todas as oportunidades em experiências educativas de sociedades sustentáveis, promovendo uma consciência ética pelos seres humanos.

Intepretação Ambiental e o Plano Interpretativo do PARNAMAR dos Abrolhos

O PARNAMAR dos Abrolhos foi criado no ano de 1983; porém, seu Plano de Manejo [6](PM), cujo propósito geral é de "preservar ambientes naturais e os recursos genéticos" e ao mesmo tempo facilitar pesquisa científica, a EA e proporcionar recreação, foi concluído em 1991 (IBAMA, 1991, p. 53). Nesse PM, houve aparição da IA, que culminou quase duas décadas depois no desenvolvimento do PI do Parque dos Abrolhos, objeto deste estudo. Apesar de longa, esta escala temporal tem um contexto institucional que envolve a IA nos anseios dos objetivos das UCs no país, e que justifica parte deste trabalho, que será mais bem trabalhado no objetivo um do capítulo 2.

Entretanto, pode-se adiantar que, no documento *Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação* (MMA, 2006), há uma diretriz que indica a promoção e o fortalecimento da participação, além da corresponsabilidade dos atores interessados no planejamento e gestão da visitação. Ademais, outra diretriz promove a parceria da UC com os três setores da sociedade civil (MMA, 2006, p. 16), e outra para "envolver a sociedade local no processo de elaboração dos instrumentos interpretativos", o qual deve ser elaborado por uma equipe multidisciplinar (MMA, 2006 p. 17). Isto é, teoricamente, há no arcabouço institucional um foco nas comunidades locais, e o PI deve ser mais uma das políticas públicas que dá acesso a essas diretrizes.

Além do mais, diante de uma situação na qual a visitação em APs está aumentando, e com ela os impactos ambientais, a IA aparece nas diretrizes para o manejo dos impactos da visitação estabelecidas no *Roteiro Metodológico Para Manejo de Impactos da Visitação* (ICMBIO, 2011), no intuito de melhores práticas para UCs. Para tal, são necessários o monitoramento e a avaliação das condições ambientais; uma das diretrizes deste documento foi considerar a EA e a IA "de forma interativa e envolvente, como elementos fundamentais para diminuição dos impactos à UC" (ICMBIO, 2011, p.13). Além disso, considera a IA como um dos elementos norteadores das diretrizes para o manejo dos impactos da visitação.

Reforçando a importância da atividade de IA no cenário nacional, no ano de 2016, o ICMBIO[7] estabeleceu uma equipe específica para trabalhar e desenvolver a IA nas UCs do país, chamada de "equipe técnica ampliada de intepretação ambiental". Esta equipe é vinculada à Coordenação Geral de Uso Público e Negócios (CGEUP) e é composta por dez pessoas, "com o objetivo de fortalecer e institucionalizar a interpretação do patrimônio protegido pelas unidades de conservação federais como ferramenta de comunicação e sensibilização da sociedade" (ICMBIO, 2018a, p. 66).

Adiante, financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional e pelo ICMBIO, através de parceria com o serviço florestal norte-americano, e no

[6] É o instrumento básico a fornecer diretrizes para a conservação dos recursos naturais contidos na Unidade.
[7] O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) é uma autarquia em regime especial vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e integrada ao Sistema Nacional do Meio Ambiente.

intuito de reduzir a grande lacuna de publicações básicas sobre IA para o território brasileiro, foi lançado, em 2018, uma publicação sobre a IA nas UCs Federais (ICMBIO, 2018a). Essa foi uma abordagem inicial sobre a IA, buscando inserir e desenvolver a temática em UCs federais. Foi definido, portanto, que os objetivos interpretativos seriam divididos em três âmbitos: intelectual – oferecer o saber; emocional – oferecer a crença e o sentimento; e comportamental – estimular o fazer (ICMBIO, 2018a, p. 42).

Nesse documento, foram estabelecidos conceitos institucionais para a IA, definida como "um conjunto de estratégias de comunicação destinadas a revelar os significados dos recursos ambientais, históricos e culturais, a fim de provocar conexões pessoais entre o público e o patrimônio protegido" (ICMBIO, 2018a, p. 66). A fim de esclarecimentos, o plano interpretativo para o ICMBio é um documento que serve para orientar "o desenvolvimento de meios e serviços de interpretação ambiental e que considera a missão da instituição, os objetivos de criação da unidade de conservação, os significados e características dos recursos protegidos e os interesses dos diferentes públicos" (ICMBIO, 2018a, p. 45).

Nesse contexto, apesar de ainda serem poucas as UCs que têm PIs, a IA vem ganhando certo destaque institucional ligado ao cumprimento da missão do ICMBio de proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental. Então, como um dos resultados dessa movimentação, o PARNAMAR dos Abrolhos teve seu PI desenvolvido em 2018 (ICMBIO, 2018b), e foi moldado nos avanços e experiências de outros dois PIs realizados na Amazônia – o PI da Floresta Nacional do Tapajós e o PI do PARNA de Anavilhanas – e contou com a participação da equipe técnica ampliada de IA. Enquanto os processos nas UCs da Amazônia foram coordenados pela equipe do Serviço Florestal dos Estados Unidos (ICMBIO, 2018a, p. 46), o PI do PARNAMAR dos Abrolhos foi realizado exclusivamente por uma equipe do ICMBIO, com a participação da comunidade local, a qual foi representada por atores colaboradores dos três setores da sociedade civil. Assim, esse parque tornou-se a primeira Unidade de Conservação federal a elaborar seu próprio plano interpretativo.

O processo de elaboração do PI dos Abrolhos se iniciou em junho de 2017 e seus produtos foram implementados em julho de 2018, tendo o processo participativo acontecido por meio de duas oficinas, nos dias 12 e 13 de setembro de 2017 (ICMBIO, 2018b, p. 8). A lista dos envolvidos na elaboração do plano possui uma gama heterogênea de parceiros e, sobre isso, teremos um capítulo à parte (capítulo 2).

Desse modo, diante do caráter participativo do PI do PARNAMAR dos Abrolhos, e por este ser o primeiro produto desse tipo elaborado de forma autônoma pelo órgão responsável, uma análise da percepção dos envolvidos sobre o cunho participativo da elaboração deste PI é de suma importância para gerar mais compreensão sobre o tema no Brasil e no mundo. Ademais, isso torna-se ainda mais importante diante da problemática socioambiental e cultural exposta até aqui, à luz da importância da consolidação das UCs, das atividades de IA, da EA e

do ecoturismo. Essas atividades são potenciais estimuladores na construção de uma consciência crítica das pessoas; na necessidade de melhoria nas políticas públicas que visam o relacionamento das UCs com as comunidades do entorno, visando a inclusão social em todos as esferas; e no intuito de estimular processos democráticos. Entender o contexto dessa temática é essencial para que se possa avançar em programas e políticas públicas de fato sustentadas na transformação de valores da sociedade.

OBJETIVOS E APRESENTAÇÃO DA DIVISÃO DO TRABALHO

Como objetivo geral, este trabalho visa contribuir com a reflexão sobre a pertinência dos planos de interpretação ambiental nas UCs de proteção integral no Brasil, tendo em vista a transição para Sociedades Sustentáveis.

Diante disso, na primeira parte do trabalho, o foco é recorrer a pesquisas que trazem discussões teóricas de diversos autores, sobre os conceitos-chave de IA, ecoturismo e EA. Entretanto, o componente da participação social nos processos foi determinante nas escolhas dos trabalhos pesquisados. Neste caso, considerando que a IA vem se materializando no Brasil por meio dos PIs elaborados pelo ICMBio, entendemos que, se houve participação de atores locais nos processos de elaboração dos PIs, suas vozes precisariam ser ouvidas e grafadas na versão final desses planos. Então, o desafio aqui é discutir conceitos para definição de critérios que permitirão maior clareza dos pressupostos teóricos de análise dos PIs. Isso considerando a participação da comunidade na elaboração de tais documentos como algo fundamental, pois essa participação, se não for *ad referendum*, pode propiciar à população local o empoderamento e a conscientização nesses processos.

Então, no primeiro capítulo do trabalho, que será o artigo 1, o objetivo foi investigar a importância da IA enquanto um instrumento da EA crítica no ecoturismo em UCs, destacando o papel da elaboração de PIs. Isso tendo em vista o papel transformador que tais atividades podem ter, especialmente na população do entorno das UCs, e na nossa busca por uma sociedade mais sustentável. Para alcançar esse desafio, foi necessário (1) clarificar as noções de ecoturismo, de EA e de IA; (2) entender o que é um PI e qual seu papel e importância para a IA; além de (3) discutir a relação entre a IA e a EA na elaboração de PIs em UCs.

Em complemento, na segunda parte do trabalho, fizemos um estudo de caso do PARNAMAR dos Abrolhos, entrevistando participantes sobre a elaboração do PI do Parque, no intuito de melhorar a compreensão sobre a temática de IA no ecoturismo em UCs federais ao abordar esta política pública recentemente adotada pelo ICMBio. Aqui, consideramos que, apesar de algumas das categorias de UCs incluírem educação, visitação e lazer, a única que prevê formalmente a IA dentro de seus limites, no documento oficial do SNUC (BRASIL, 2000), é o PARNA. Por isso, também a relevância de se estudar a atividade de IA nesse tipo de UC.

Nesse sentido, o que se buscou foi entender a proximidade desse processo em relação a uma democracia ativa, representativa na ideia de um corpo social forte e atuante, e aparecendo em um primeiro plano assentado na coletividade. Isso, pois o processo de elaboração de PIs

pode ser enquadrado e entendido como uma ótima oportunidade para se colocar em prática a participação e inclusão social nas tomadas de decisão e nos processos que envolvem as UCs.

Assim sendo, para o segundo capítulo – artigo 2 –, considerou-se que entender o contexto dessa temática seria essencial para que se possa avançar em programas e políticas públicas participativas e, de fato, sustentadas na transformação de valores da sociedade. Essa importância fica mais evidente ainda diante da consolidação das UCs e da IA como ferramentas para a conservação socioambiental; do potencial de formação de consciência crítica das pessoas frente aos problemas contemporâneos da nossa sociedade; e da necessidade de melhoria do relacionamento das UCs com as comunidades do entorno e parceiros por meio de processos democráticos. Com isso, o objetivo foi realizar um diagnóstico qualitativo do caráter participativo do processo de elaboração do PI PARNAMAR dos Abrolhos, realizado entre os anos de 2017 e 2018, a partir da percepção dos envolvidos. Para isso, o artigo foi dividido em três partes: (1) contexto histórico e institucional da IA no Brasil, até a elaboração do PI do PARNAMAR dos Abrolhos; (2) percepção dos participantes a respeito do processo participativo da elaboração do PI do PARNAMAR dos Abrolhos; e (3) oportunidade de aprendizagem e de desenvolvimento de consciência crítica.

Em atendimento a esses objetivos, e conforme padronização estabelecida pelo PRODEMA-UFRN, esta dissertação é composta pelas seguintes seções: esta *Introdução Geral*; *Objetivos; Caracterização Geral da Área de Estudo*; *Metodologia Geral*, empregada para o conjunto da obra e subdividida em *Metodologia do Capítulo 1* (artigo 1) e *Metodologia do Capítulo 2* (artigo 2); dois capítulos que correspondem a artigos científicos, sendo o primeiro já aceito para publicação, e o outro a ser submetido; *Considerações Finais; e, Referências Gerais*.

O capítulo 1, intitulado *Interpretação Ambiental e Educação Ambiental Crítica no Ecoturismo: Definindo Critérios para Analisar o Plano Interpretativo do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos*, foi submetido e aceito para publicação na edição de agosto de 2022 do periódico Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA). Portanto, ele está formatado conforme as exigências deste periódico[8].

Por sua vez, o capítulo 2, intitulado *Interpretação Ambiental e Participação Comunitária: o caso do Plano Interpretativo do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos*, será submetido ao periódico da Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur). Logo, está formatado conforme determina este periódico[9].

[8] Verificar exigências de formatação do periódico RevBEA em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/about/submissions.
[9] Verificar exigências de formatação do periódico RBECOtur em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/about/submissions.

CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ÁREA DE ESTUDO

Localizado no Extremo Sul da Bahia, Nordeste do Brasil, e na zona turística denominada Costa das Baleias, a 900 quilômetros da capital Salvador, o PARNAMAR dos Abrolhos é uma UC federal de proteção integral. Toda a região ao redor do Parque é formada por um mosaico de ambientes marinhos, costeiros e terrestres, imersos em diferentes UCs.

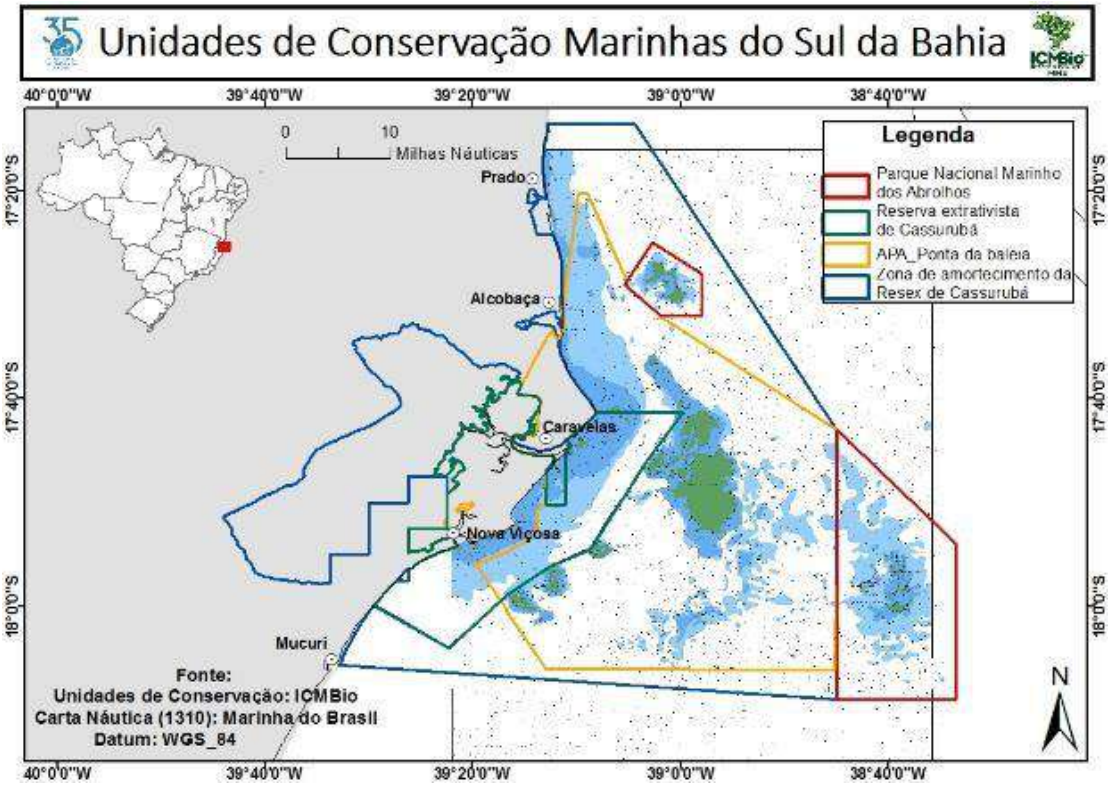

Figura 1. Mapa das Unidades de Conservação Marinhas do Sul da Bahia, contendo o PARNAMAR dos Abrolhos e a RESEX do Cassurubá. Fonte: acervo ICMBIO.

Conforme visto na figura acima, o PARNAMAR dos Abrolhos faz fronteira com uma UC estadual, a APA Ponta da Baleia, e situa-se muito próxima à Reserva Extrativista (RESEX) do Cassurubá, uma UC federal de uso sustentável. Desde fevereiro de 2020, as duas UCs federais do território – PARNAMAR dos Abrolhos e RESEX do Cassurubá – passaram a ser geridas pelo NGI Abrolhos (BRASIL, 2020) e tem uma relação muito próxima.

> Resex de Cassurubá, de 100.462 hectares, localizada na parte da região costeiro-marinha dos municípios de Caravelas, Nova Viçosa e Alcobaça, no extremo sul do Estado da Bahia começou a ser criada em abril de 2007, por solicitação da Associação dos Marisqueiros de Ponta de Areia e Caravelas (Ampac), que queria criar uma UC de uso sustentável que protegesse os manguezais da região. Após vistoria na área, feita pelos analistas ambientais do Instituto Chico Mendes, constatou-se a importância de se proteger por lei o ecossistema, bem como os meios de vida de aproximadamente 300 famílias de pescadores artesanais e marisqueiras, garantindo a utilização e a

> conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista distribuídas em 15 localidades. (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2021).

Como apresentado na introdução deste trabalho, a categoria "Parque" – grupo de Unidades de Proteção Integral – apresenta regras mais severas quanto à presença humana, e não há permissão para uso e exploração dos recursos naturais. Enquanto isso, "RESEX" – grupo de Unidades de Uso Sustentável – permite que os beneficiários possam extrair, de forma sustentável e regulada, os recursos da UC, conforme previsto no SNUC (BRASIL, 2000). Dessa forma, uma parcela significativa da população da RESEX trabalha com a pesca, tendo a cidade um histórico e cultura muito voltados para esta atividade.

> Dados de monitoramento pesqueiro mostram que a pesca nas regiões vizinhas à Unidade de Conservação (UC) movimenta mais de R$ 100 milhões por ano, o que representa 10% da receita da atividade no Brasil. O Parque assegura a procriação das espécies contribuindo para a manutenção da pesca nas regiões vizinhas, que é o meio de subsistência para cerca de 20 mil pessoas na região (ICMBIO, 2022).

Sobre o nome do Parque, a hipótese mais aceita é que "Abrolhos" é uma expressão referente aos mares e aos navegantes, associada aos perigos da navegação na região: "é tradição, nos meios náuticos, considerar a origem do nome Abrolhos como sendo uma advertência que traziam as antigas cartas náuticas aos navegantes desta região, 'Abra os Olhos', relativa aos perigos que a mesma oferece, pela existência de recifes submersos" (IBAMA, 1991).

No *website* da instituição Conservação Internacional (2020)[10], é informado que o Parque dos Abrolhos é reconhecido por abrigar a maior biodiversidade marinha da porção sul do Oceano Atlântico, cerca de 1.300 espécies. Isso demonstra a importância ecológica dessa região e inclui diversas espécies que atraem turistas. Nesse sentido, as baleias jubarte (*Megaptera novaeangliae*) são as que mais atraem visitantes, que estão em busca da atividade de ecoturismo de avistamento de fauna. Além delas, o Parque atrai muitos interessados na avifauna local, que inclui, por exemplo, o atobá-branco (*Sula dactylatra),* e em outros animais da fauna marinha, como a tartaruga-verde *(Chelonia mydas)* ou a arraia-chita *(Aetobatus narinari).*

[10] A Conservação Internacional (CI-Brasil) é uma organização brasileira sem fins lucrativos, criada em 1990, que trabalha para garantir um planeta saudável e produtivo para todos.

Figura 2. Salto de uma baleia jubarte (*Megaptera novaeangliae*) no Parque Nacional Marinho dosAbrolhos. Fonte: acervo ICMBIO.

Figura 3. Adulto (à frente) e juvenil (ao fundo) de atobá-branco (*Sula dactylatra*) na ilha da Siriba, coma ilha Redonda ao fundo. Fonte: Cardume.

Figura 4. Tartaruga-verde (*Chelonia mydas*) no Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. Fonte: Cardume.

Figura 5. Arraia-chita (*Aetobatus narinari*) Fonte: Cardume.

Quanto à importância histórica, o PARNAMAR dos Abrolhos, criado em 1983, foi o primeiro PARNAMAR do Brasil. Essa UC teve seu Plano de Manejo elaborado em 1991 (MMA, 2003, p. 7), e objetiva conciliar a proteção integral da fauna, da flora e das belezas naturais, com sua utilização para objetivos educacionais, de recreação e científicos. Esse parque ainda possui o título de área úmida de relevância internacional, e é um Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, situado na região do Patrimônio Mundial da Humanidade da Costa do Descobrimento (ICMBIO, 2018b, p 5).

Os atributos que melhor definem este Parque são sua biodiversidade marinha, suas ilhas, paisagens e os aspectos histórico-culturais associados. O arquipélago dos Abrolhos é formado por cinco ilhas: Santa Bárbara, Redonda, Siriba, Sueste e Guarita. Dentre essas, apenas a Ilha Santa Bárbara não faz parte do PARNAMAR dos Abrolhos, estando sob jurisdição da Marinha do Brasil desde 1861, quando o Farol dos Abrolhos foi construído, ainda no reinado de D. Pedro II. O Parque é formado por dois polígonos: um localizado a 70 km a leste da cidade de Caravelas, englobando o Arquipélago e Parcel dos Abrolhos, e o outro mais próximo à costa, na região do Recife de Timbebas, situados cerca de 14km, em frente à praia de Guaratiraba,entre Prado e Alcobaça. (ICMBIO, 2018a, p. 5).

Figura 6. Farol da ilha de Santa Bárbara, uma das cinco ilhas do Arquipélago do Abrolhos, e que está sob jurisdição da Marinha do Brasil. Fonte: acervo ICMBIO.

De acordo com o ICMBIO, o Parque atrai visitantes locais, regionais, nacionais e internacionais com diferentes motivações, e os principais segmentos turísticos do Parque são: ecoturismo, turismo de aventura, náutico, cultural, científico e de estudos, e intercâmbio. A sede desse parque está localizada na cidade de Caravelas – BA, e os turistas podem chegar de avião até as cidades de Porto Seguro – BA ou Vitória – ES, e de carro ou ônibus até Caravelas, local de onde partem as embarcações de turismo em direção Parque (ICMBIO, 2018a, p. 14).

Junto à sede, tem-se também o Centro de Visitantes (CV) do Parque, localizado na cidade de Caravelas e construído em 2004; este é uma importante ferramenta de sensibilização ambiental da UC. Ele recebe visitas de alunos de escolas, universidades, turistas e pessoas da própria cidade de Caravelas e região da Costa das Baleias; frequentemente também são realizados eventos em datas comemorativas, cursos, entre outras atividades, junto a parceiros, empresas locais, entre outros (ICMBIO, 2019, p. 8).

. Figura 7. Centro de Visitante (CV) do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, localizado na praia do Kitongo,Caravelas -BA. Fonte: acervo ICMBIO

Em relação ao Uso Público, a visitação comercial em Abrolhos é realizada por empresas de turismo autorizadas, e se encaixa em duas modalidades: viagens diárias, conhecidas como bate-e-volta, e viagens de pernoite (*live aboard*), onde o visitante fica embarcado, podendo passar dois, três ou quatro dias no Parque (ICMBIO, 2019, p. 5). Enquanto as embarcações turísticas partem de Caravelas, as embarcações particulares podem partir de outras cidades.

Devido às águas rasas e claras no entorno do Arquipélago, as principais atividades do Parque estão voltadas para o mergulho livre (*snorkeling*), ideal para contemplar a maior biodiversidade marinha do Atlântico Sul e observar espécies de corais, peixes, tartarugas marinhas, entre outras. O mergulho autônomo, por sua vez, também é bastante procurado pelos visitantes, pela possibilidade de conhecer os "chapeirões" – estruturas recifais com morfologia única no mundo, em formato de cogumelo; de mergulhar em naufrágios históricos e também em pontos interessantes ao redor das ilhas, como nos recifes em franja, cavernas, costões, entre outros. Há também o turismo de observação de baleias, que se concentra entre os meses de junho a novembro, a temporada reprodutiva dessa espécie. Elas podem ser observadas ao longo do caminho para o Parque, e também durante a estadia no Arquipélago (ICMBIO, 2019, p. 6).

A importância do turismo no Parque para a economia na região é considerável. Seus atributos naturais, logicamente, são os maiores atrativos.

> O fluxo turístico gerado pelo Parque garante centenas de empregos em hotéis, pousadas, restaurantes e demais atividades ligadas ao setor. turismo representa 20% do PIB dos municípios da Costa das Baleias onde mais de 90% dos turistas que visitam a região tem como motivação principal os atrativos naturais. As águas claras de temperatura amena, naufrágios e a rica fauna marinha, fazem do Parque dos Abrolhos o atrativo natural mais importante da Costa das Baleias (ICMBIO, 2022).

Figura 8. Turistas em caminhada monitorada na Ilha da Siriba, com ilha Redonda ao fundo.
Fonte: acervoICMBIO.

Figura 9. Mergulho livre no portinho sul, com o Farol da ilha de Santa Bárbara atrás.
Fonte: acervo ICMBIO.

Figura 10. Visitante observa uma baleia jubarte (*Megaptera novaeangliae*)
no Parque Nacional Marinho dosAbrolhos. Fonte: Cardume.

Visando controlar os impactos dos visitantes em seu território, o Parque dos Abrolhos elabora relatórios de visitação, entendendo que o monitoramento da visitação é uma das importantes ferramentas de apoio à gestão da UC. São eles que permitem acompanhar, ao longo dos anos, a dinâmica da visitação dentro do Parque, juntamente ao monitoramento dos indicadores da qualidade ambiental ou da biodiversidade. Estes auxiliam na avaliação da efetividade da UC em proteger suas espécies-alvo de conservação e em fomentar estudos de capacidade de carga (ICMBIO, 2019, p. 5). Segundo um dos relatórios de visitação, no ano de 2019 (pré-pandemia do COVID-19), o Parque recebeu 8.044 visitas, tendo sido o mês de julho com o maior número de turistas (1298 pessoas) e o mês de maio com a menor quantidade (16 pessoas) (ICMBIO, 2019, p. 11).

Apesar de tudo isso, o território arredor do Parque também sofre ameaças judiciais a seus propósitos. Há um histórico no contexto do Parque, liderado por movimentos contrários às organizações ambientalistas, que objetiva a exploração de petróleo no território. No ano de 2019, inclusive, “foram ofertados blocos de petróleo na região de Abrolhos” (OECO, 2022), mas, graças à repercussão das discussões sobre os altos riscos socioambientais que esse tipo de

atividade econômica pode representar em áreas de grande importância socioambiental, o leilão não despertou interesse de empresas do setor (OECO, 2022).

Contudo, esse movimento ainda ecoa no território e há ameaças constantes, como o cancelamento da sua Zona de Amortecimento (ZA) do Parque, confirmado pelo IBAMA em março de 2022. Segundo Eduardo Camargo, coordenador-geral do Projeto Baleia Jubarte, com o fim definitivo da ZA, toda a região do Parque e entorno perdem uma importante ferramenta de proteção e gestão, deixando o meio ambiente desprotegido e trazendo vulnerabilidade para as principais atividades econômicas da região: ecoturismo e a pesca artesanal (OECO, 2022). Reforçando essa crítica, Felipe Buloto, integrante do Conselho Gestor, afirma que o fim da ZA representa a insegurança jurídica e tende a estimular projetos de exploração de petróleo na região, por exemplo (OECO, 2022).

Finalmente, essa caracterização da área de estudo será retomada, com mais detalhes, no capítulo dois desta dissertação, visando uma melhor compreensão do trabalho.

METODOLOGIA GERAL

Seguindo as normas gerais do PRODEMA-UFRN, este trabalho está subdivido em dois capítulos, que se configuram como dois artigos distintos e complementares. Uma versão preliminar do artigo primeiro capítulo, que é essencialmente uma discussão teórica e conceitual, foi apreciada no exame de qualificação e sua versão corrigida foi aceita para publicação na edição de agosto de 2022 da Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA), Qualis-CAPES B2 na área Interdisciplinar. Já no segundo capítulo, encontra-se um estudo de caso para melhor compreender como se dão, na prática, algumas questões discutidas no primeiro artigo. Este será submetido para a Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur), Qualis-CAPES B1 no tema de Ciências Ambientais, no prazo de até um mês após a defesa desta dissertação, considerando as correções e críticas dos avaliadores.

Os procedimentos metodológicos adotados para este estudo referem-se a esses dois capítulos, tendo a metodologia geral da dissertação uma abordagem de pesquisa qualitativa, mais especificamente o estudo de caso. A pesquisa qualitativa adequa-se aos objetivos e metas desta dissertação porque, segundo Longo e Narita (2014, p. 44), é uma forma de pesquisa mais crítica e potencialmente emancipatória, pois possibilita a compreensão mais aprofundada e holística sobre as pessoas; sobre como os sentidos que são atribuídos às suas experiências ou como elas concebem seu mundo. Assim, ela direciona caminhos para que a mudança de atitudes e valores da sociedade seja trabalhada. Segundo Creswell (2014, p. 50), numa abordagem qualitativa de investigação "o relatório final ou apresentação incluem as vozes dos participantes, a reflexão do pesquisador, uma descrição complexa e interpretação do problema e a sua contribuição para a literatura ou chamado à mudança".

Já um estudo de caso, por seu turno, foi escolhido como metodologia porque "permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real" (YIN, 2001, p. 21), tal como processos organizacionais, e "investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real" (YIN, 2001, p. 32). Logo, essa é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente, não podendo haver generalizações dos resultados (TRIVINOS, 1987, p. 111). Contudo, ela pode "fornecer o conhecimento aprofundado de uma realidade delimitada que os resultados atingidos podem permitir e formular hipóteses para o encaminhamento de outras pesquisas" (TRIVINOS, 1987, p. 111), se tornando de grande valor, pois fornece conhecimento aprofundado de uma realidade delimitada, como é o caso do PI estudado. Então, um dos motivos de escolha deste tipo de pesquisa é que ela é utilizada de forma extensiva em pesquisas nas ciências sociais, incluindo aquelas voltadas para a educação (YIN, 2001, p. 10), se tornando essencial para este trabalho.

Nesse sentido, a revisão de literatura instrumentalizou a discussão desenvolvida no artigo 1, no qual buscou-se o diálogo interdisciplinar entre diversas perspectivas discursivas (autores e organizações nacionais e internacionais) para compreender o paradigma da IA no

âmbito do ecoturismo em UC.

Por isso que, como base conceitual, foram utilizados autores críticos ao processo desenvolvimentista, algo consolidado na última década do século XX, bem como diversos teóricos sobre os conceitos chave do trabalho, que nos levaram a refletir sobre a possibilidade de um caráter transformador e sustentável, necessário para a mudança planetária que necessitamos: Acosta (2019), Diegues (1992), Foladori (2002); Gonçalves (1989); Lima (1997) e Milton Santos (ENCONTRO, 2006) foram usados para sustentar a crítica ao desenvolvimento e fortalecer a concepção caótica do sistema socioeconômico planetário atual.

Algo em comum, que conecta os autores da base conceitual crítica desse trabalho, que os coloca na mesma categoria, é que são teóricos de países economicamente desfavoráveis – pobres economicamente, pouco industrializados e ex – colônias. São teóricos, em sua grande maioria, do gênero masculino. Isto significa dizer que este, é sim, um trabalho enviesado, produzido no hemisfério sul e por uma pessoa com a visão de mundo do eixo sul global, onde se concentra os países mais afetados pelas questões de desigualdades sociais planetárias, que também desencadeiam crises ecológicas e sanitárias. Certamente que trabalhos científicos precisam estar embasados de imparcialidades, utilizando-se de métodos científicos rigorosos e eficázes, que estejam comprovados e aceitos dentro da academia científica. Entretanto, as autorias dos trabalhos são providas de valores e ideologias, que direcionam as pesquisas e as buscas por respostas. Uma das evidências, além das já citadas acima, foi a falta de representatividade de olhares femininos dentro do contexto de autores utilizados. E isto apenas foi reparado no final do trabalho, comprovando que a ordem global ainda está muito padronizada dentro de um contexto patriarcal, mesmo quando se trabalha para quebrar essas padronizações sociais. Afinal, quando se faz ciência reproduz-se o discurso de quem? Quem faz ciência? Quais países oferecem maior incentivo para que a ciência esteja em evolução?

Por sua vez, o SNUC (BRASIL, 2000) foi um documento importante para nos direcionar sobre as leis em vigor; os conceitos de Tilden (2007) para IA; as ideias de Mello-Affonso *et al*. (2022) ao relacionarem IA, ecoturismo e UCs (submetido e aprovado para publicação); e a abordagem de Limont & Fisher (2012) para tratarem da participatividade em UCs. Estas foram algumas referências que nos inspiraram. Além disso, utilizamos o *Tratado de Educação Globalpara Sociedades Sustentáveis* (BRASIL, 2012), pois este se apoia em uma educação que afirma valores e ações contribuidoras para a transformação humana e social, e para a preservação ecológica. Ademais, ele estimula a formação de sociedades justas socialmente e equilibradas ecologicamente, mantendo entre si relação de interdependência e diversidade, e requerendo responsabilidade individual e coletiva em nível local, nacional e planetário (BRASIL, 2012, p.1).

Metodologia Do Capítulo 1 (artigo 1)

No primeiro artigo, intitulado *Interpretação Ambiental e Educação Ambiental Crítica no Ecoturismo: Definindo Critérios para Analisar o Plano Interpretativo do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos*, realizou-se uma pesquisa teórico-bibliográfica, com análise qualitativa de dados, envolvendo conceitos chave de ecoturismo, educação ambiental e interpretação ambiental. Isto possibilitou maior familiaridade com a questão da IA em atividades de ecoturismo em territórios de APs.

O intuito é colocar esses conceitos-chave em evidência, e possibilitar algumas ponderações sobre o objeto proposto de problematizar como a IA é concebida nas estratégias conservacionistas. Este método tem como objetivo principal aprimorar ideias e descobrir intuições (GIL, 2002, p. 41), envolvendo diversas posições e concepções acerca de conceitos. Trata-se, portanto, de um estudo teórico que traz uma revisão de literatura; um meio para se atingir uma finalidade (YIN, 2001, p. 28).

Esta fase foi resultado de um processo que envolveu diversas etapas: a escolha do tema, que se deu por conta da proximidade e vivência do autor com a temática, enxergando falhas, entendimentos diversos e potencialidades a serem trabalhadas; o levantamento de bibliografia; a formulação do problema; o acesso a novas fontes e a consolidação da bibliografia preliminar, de acordo com o aprofundamento e confirmação dos materiais levantados; as leituras e os fichamentos; a organização lógica do assunto e a redação final do texto. Uma das vantagens deste tipo de método é que ele permite ampla cobertura dos fenômenos, não havendo limites teóricos para a pesquisa, inclusive pelo fato de muitas das informações virem de autores de diversos países.

Portanto, foi feito um levantamento bibliográfico específico dos conceitos-chave com a finalidade de proporcionar a familiaridade com a área de estudo e sua delimitação. Além da bibliografia acadêmica, também utilizou-se documentos oficiais e governamentais de acesso livre através da internet.

Para análise da revisão da literatura, foram definidas duas categorias distintas que refletem duas dimensões da EA, as quais dividem as principais correntes e práticas da EA propostas pelos vários autores analisados. A categorização das diversas correntes e práticas de EA tem sido proposta por vários autores; percebe-se, de uma forma geral, que essas categorizações partem de uma concepção mais ligada aos aspectos naturais, até chegar a uma concepção relacionada a uma visão mais integrada do meio ambiente, incluindo questões culturais, sociais, históricas, políticas, entre outras (SILVA, 2007, p. 2). As duas categorias definidas são:

(I) EA crítica: revolucionária, transformadora e construtora de novos valores sociais;

(II) EA conservadora e EA pragmática: englobando as duas vertentes da EA que não estão compromissadas com mudanças estruturais da sociedade.

O objetivo desta classificação foi identificar as dimensões que permitem observar semelhanças e diferenças entre os conceitos de IA e EA no ecoturismo. O infográfico detalha um pouco mais sobre a metodologia utilizada neste 1º capítulo:

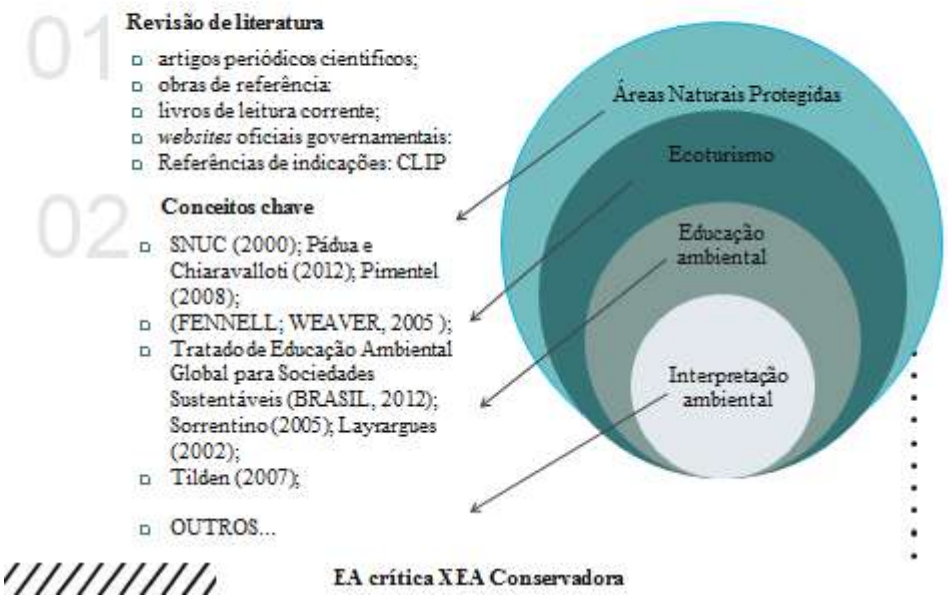

Figura 11. Procedimentos Metodológicos - Capítulo 1

Metodologia do Capítulo 2 (artigo 2)

O artigo 2, intitulado *Interpretação Ambiental e Participação Comunitária: o Caso do Plano Interpretativo do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos***,** buscou permitir que a investigação do estudo aumentasse a experiência da autoria da pesquisa em torno de determinado problema, partindo de uma hipótese e aprofundando o estudo nos limites de uma realidade específica, conforme Trivinos (1987, p. 109). Ele teve caráter qualitativo, mais especificamente um estudo de caso do Plano Interpretativo do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos; foram utilizadas três fontes de evidência para análise qualitativa dos dados: documentação, observação assistemática, e entrevistas semiestruturadas abertas.

Sobre a documentação, buscou-se documentos institucionais relacionados tanto à IA quanto ao PARNAMAR dos Abrolhos; decretos; Plano de Manejo do Parque; Plano de Uso Público do Parque (PUP); diretrizes para visitação em UCs, documento do ICMBio com conteúdo e conceitos básicos sobre IA; documento do plano interpretativo do Parque; relatoria da oficina do PI do Parque; estudos científicos sobre o mesmo território de estudo, artigos publicados, entre outros.

Quanto à observação assistemática, este tipo de técnica de observação não estruturada, também conhecida como espontânea, informal, ordinária, simples, livre, ocasional e acidental, consiste em coletar e registrar os fatos da realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos

específicos, e sem precisar fazer perguntas diretas. É mais utilizada em estudos exploratórios e não tem planejamento e controle elaborados de forma antecipada (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 192). Este processo se iniciou no começo do ano de 2021 e aconteceu no território de ocorrência do Parque, a cidade Caravelas - BA, onde se situa o Centro de Visitantes da UC e o local de moradia dos servidores do ICMBIO, e também de onde ocorrem as saídas de barco com turistas para o Parque. O objetivo aqui é obter conhecimento através de experiências casuais, sem determinar aspectos relevantes a serem observados e os meios para isso.

Por fim, as entrevistas semiestruturadas abertas foram divididas entre presencial e via chamada de vídeo. Elas tiveram cerca de 45 minutos de duração cada, e foram gravadas e armazenadas para o tratamento do material pós coleta, por meio de um gravador e anotações. Além da equipe técnica ampliada de IA do ICMBio e a equipe do ICMBio local, participaram do PI representantes de treze instituições parceiras do Parque: Instituto Baleia Jubarte – IBJ; Conservação Internacional – CI; Movimento Cultural Arte Manha; Câmara Técnica de Turismo da Costa das Baleias; Secretaria de Turismo de Caravelas; Secretaria de Cultura de Caravelas; Empresas Autorizadas para Visitação Comercial no Parque; Condutores de Visitantes do Parque; Conselheiros do Parque; RESEX Cassurubá; Natura Ecoturismo; Rede Abrolhos; e Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB. O infográfico abixo clareia sobre os atores:

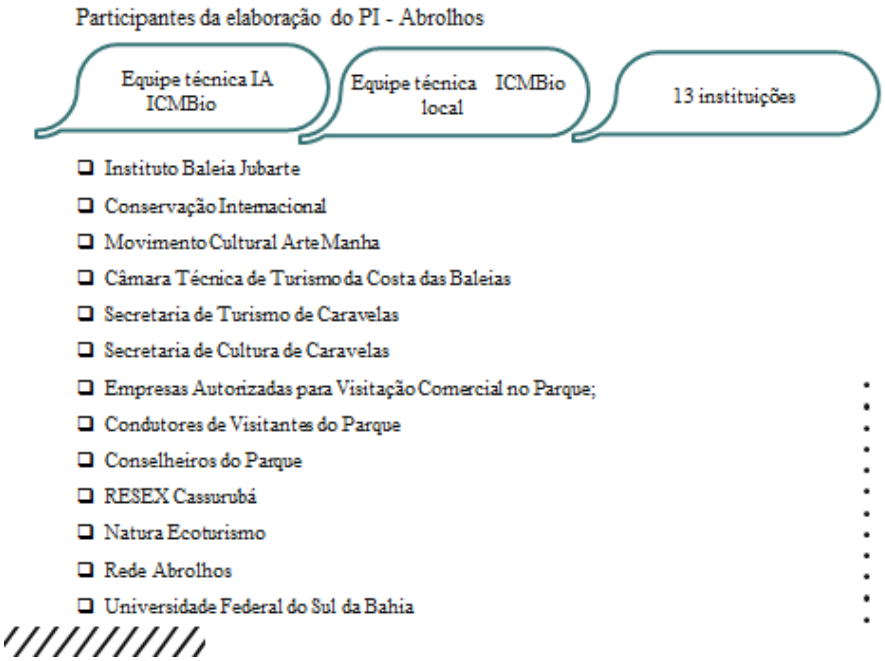

Figura 12. Participantes da elaboração do Parque dos Abrolhos

As entrevistas ocorreram no mês de abril de 2022, utilizando-se uma amostragem intencional[11] dos envolvidos, e optou-se por dividir as instituições que participaram da oficina, e que ajudaram na elaboração do PI, entre os três setores da sociedade civil, como demonstrado abaixo:

[11] Amostra intencional é quando os indivíduos são selecionados com base em certas características tidas como relevantes pelos pesquisadores e participantes (GIL, 2002, p. 145).

ABRIL																			
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
ICMBio				1o setor				2o setor				3o setor							

Figura 13. Organização das entrevistas

Essa seleção dos interlocutores se deu pelo critério de participação direta e pela relevância deles na elaboração e na participação do PI, dentro do indicado na literatura (BAUER; GASKELL, 2002). A inclusão dos três setores da sociedade ocorreu da seguinte forma: foram escolhidos dois representantes do primeiro setor, dois do segundo, e três do terceiro; considerando ainda que pelo menos um dos atores de cada setor teria que ser uma pessoa nativa do local. Ademais, escolheram-se dois representantes institucionais do ICMBio: o gestor do Parque na época da oficina do PI e um representante institucional da equipe técnica ampliada de IA do ICMBio, que atuou na facilitação das oficinas. Portanto, foram nove entrevistas realizadas no total. Vale ressaltar que, quando tratarmos de "ICMBio", significa dizer que os dados vieram dos dois entrevistados da instituição. As perguntas foram feitas verbalmente em uma ordem prevista, mas acrescida de perguntas de esclarecimento, conforme Laville e Dione (1999, p. 188).

Para maior detalhamento e informação, os roteiros para os questionários utilizados para as entrevistas estão anexadas, no final do trabalho. Para adiantar foram divididas em duas partes: "Roteiro para entrevista com os servidores do ICMBio"; e "Roteiro para entrevista com os colaboradores do PI". E, para melhor organização pessoal ambos os roteiros foram subdivididos em quatro partes, a saber: informações gerais; sobre a participação; sobre a sensibilização; e, para o futuro.

Após as entrevistas, iniciou-se a fase de análise de dados do *corpus*, criado e organizado pelas produções textuais e informações onde, nesta etapa, foi constituída através da análise textual discursiva (ATD). Esta, ao ficar entre a análise de conteúdo e a análise de discurso, nos permitiu, ao mesmo tempo, ser objetivo, mas também trabalhar com elementos da subjetividade e da parte crítica e interpretativa. Isto é importante para o trabalho, pois a técnica de ATD nos levou a criar tanto categorias prévias a coleta de dados quanto categorias que emergiram dos dados coletados.

> A análise textual discursiva é uma abordagem de análise de dados que transita entre duas formas consagradas de análise na pesquisa qualitativa que são a análise de conteúdo e a análise de discurso. Existem inúmeras abordagens entre estes dois pólos, que se apoiam de um lado na interpretação do significado atribuído pelo autor e de outro nas condições de produção de um determinado texto (MORAES; GALIAZZI, 2006, p. 2)

CAPÍTULO 1

INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA NO ECOTURISMO: DEFININDO CRITÉRIOS PARA ANALISAR O PLANO INTERPRETATIVO DO PARQUE NACIONAL MARINHO DOS ABROLHOS

INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA NO ECOTURISMO: DEFININDO CRITÉRIOS PARA ANALISAR O PLANO INTERPRETATIVO DO PARQUE NACIONAL MARINHO DOS ABROLHOS[12]

Gustavo Uchôa de Mello Affonso[13]
Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto[14]
Daniel Durante Pereira Alves[15]

ESTE ARTIGO FOI SUBMETIDO E ACEITO PARA PUBLICAÇÃO NA EDIÇÃO DE AGOSTO DE 2022 DO PERIÓDICO REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (REVBEA). E, PORTANTO, ESTÁ FORMATADO DE ACORDO COM AS RECOMENDAÇÕES DESTA REVISTA [https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/about/submissions]

Resumo: Em busca de estratégias de solução para a crise socioambiental planetária, este é um trabalho teórico com objetivo de se aprofundar no entendimento sobre a interpretação ambiental no ecoturismo. Sendo ela um instrumento da educação ambiental crítica em unidades de conservação, visa-se contribuir para a edificação de sociedades sustentáveis e, assim, definir critérios para analisar o plano interpretativo do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. Através de uma análise qualitativa de dados, percebe-se que, para os planos interpretativos potencializarem o ecoturismo como uma atividade de impacto socioambiental positivo, refletindo em contribuições para transformações socioculturais profundas, eles precisam estar alinhados a princípios educadores ambientalistas, ou seja, à educação ambiental crítica.

Palavras-chave: Ecoturismo; Interpretação Ambiental; Educação Ambiental Crítica; Unidades de Conservação; Sociedades Sustentáveis.

---

[12] Formatação do capítulo no padrão da revista de publicação.

[13] Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: gustavo.uma@gmail.com. http://lattes.cnpq.br/7810208846384218
[14] Universidade Federal do Sul da Bahia. E-mail: alessandra.nupeea@csc.ufsb.edu.br. http://lattes.cnpq.br/2365706051026225
[15] Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: durante10@gmail.com. http://lattes.cnpq.br/0105245515649663

Abstract: In search of solution strategies for the planetary socio-environmental crisis, this is a theoretical paper that aims to deepen in the understanding of the environmental interpretation in ecotourism. As it is a critical environmental education tool in protected natural areas, it aims to contribute to the building of sustainable societies and, so, defining criteria to analyze the Interpretative Plan of Abrolhos Marine National Park. Through a qualitative data analysis, it is clear that, for the interpretative plans to enhance ecotourism as an activity with a positive socio-environmental impact, reflecting in contributions to deep sociocultural transformations, they need to be aligned with environmental educators principles, that is, with critical environmental education.

Keywords: Ecotourism; Environmental Interpretation; Critical Environmental Education; Protected Natural Areas; Sustainable Societies.

Introdução

Diante de um padrão de cultura sustentado em um modelo de produção e consumo socialmente e ambientalmente desequilibrado, como apresentado por Gonçalves (2006), é fundamental pensar em estratégias para salvaguardar as funcionalidades ecológicas, os aspectos socioculturais e obter ferramentas para contribuir com a construção de uma consciência crítica das pessoas. Ademais, é essencial fortalecer novas maneiras de se pensar a nossa relação com a natureza, bem como novos modelos de sociedade, cujos impactos sociobiodiversos sejam mais positivos.

Nesse contexto, as Unidades de Conservação (UCs) aparecem como territórios cujo papel social e ecológico tem potencial para desenvolver mecanismos sensibilizadores dos visitantes; estimular processos educativos com as comunidades do entorno; e transformar valores sociais. São espaços estratégicos para ações que, além de lazer, bem-estar, pesquisa científica e demais atividades no SNUC[16] (BRASIL, 2000), devem visar a promoção de impactos socioambientais positivos. Isso por meio da sensibilização e/ou ampliação da consciência crítica dos seus frequentadores e das pessoas que estão relacionadas ao território em questão. Além disso, as UCs abrigam a maioria dos fragmentos florestais restantes e dos fragmentos importantes de ecossistemas costeiros e marinhos.

A necessidade dessas estratégias, em especial as que envolvem o estabelecimento de UCs de uso indireto[17], tem relação direta com o desequilíbrio dos valores sociais atrelados ao sistema capitalista. Este tem, como base, o crescimento ilimitado da produção de bens e serviços e a exacerbada acumulação de capital, restrita a poucos. Isto é, parte da importância das Áreas Protegidas (APs)[18] se deve a essa cultura, há muito arraigada em nós, de utilização dos recursos naturais como se os mesmos fossem inesgotáveis (GONÇALVES, 2006).

Segundo Pádua e Chiaravalloti (2012, p. 142), as UCs existem por causa da grande pressão e ameaça à conservação da biodiversidade e dos recursos naturais e culturais. O que é preciso, no entanto, é que um novo e mais equilibrado relacionamento das pessoas e da sociedade com a natureza ocorra também fora dos espaços naturais protegidos. Pimentel (2008, p. 96) faz uma provocação para que se pense como utilizar estes espaços para construir uma nova ética social, visando a conservação social e ecológica. Para o autor, é claro que um novo papel desses territórios encontra-se no estimulo à formação de cidadãos ecologicamente conscientes e com um novo modo de se comportar perante as questões

[16] Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC - LEI 9.985/2000).
[17] Nominadas no SNUC como Unidades de Proteção Integral, cujo objetivo principal é preservar natureza.
[18] O termo Áreas Protegidas é a convenção internacional referente às unidades de conservação, no caso brasileiro.

socioambientais.

Caminhando nessa direção, parte dos ativistas ambientais considera que a promoção de atividades de ecoturismo em UCs tem eficácia dupla. Elas tanto podem colaborar para transformar a mentalidade dos visitantes turistas, quanto também têm potencialidade para fortalecer as comunidades locais por meio de processos participativos e inclusivos; isso de modo a estimular a conservação ecológica e trazer benefícios socioeconômicos. Segundo Bartholo *et al*. (2010, p. 174), é possível criarmos inúmeras possibilidades de inclusão social por meio da educação ambiental (EA). Por exemplo, fomentando a participação da população nos processos de decisão; na gestão do turismo; na capacitação de pessoas para questões ligadas à restauração ecológica, à conservação ambiental e a diversas atividades associadas ao setor do turismo e ao patrimônio cultural. Ainda segundo esses autores, dessa forma,criaremos alternativas de uma nova dinâmica socioespacial para os territórios das UCs.

Cabe destacar que o termo “patrimônio” será utilizado inúmeras vezes neste estudo, pois muitos autores referem-se à interpretação ambiental (IA)[19] como interpretação do patrimônio. Partiremos da noção de que existe um patrimônio ambiental resultante de uma combinação entre natureza e cultura, pois, segundo Gerhardt e Nodari (2016, p. 67), elas “são duas faces da mesma realidade”.

Voltando à questão do turismo, neste trabalho ele será abordado a partir das características do ecoturismo, o qual teve diretrizes próprias estabelecidas (BRASIL, 1994) no final do século XX. É importante notar que, paralelamente às práticas que classificamos como EA, essencial à prática do ecoturismo, há também um conjunto de atividades, práticas e métodos convencionalmente rotulados de Interpretação Ambiental. Estes também ajudam a promover oportunidades de aprendizagem e de transformação pessoal (FENNELL; WEAVER, 2005, p. 374). Tanto a EA quanto a IA são instrumentos que podem promover um processo de sensibilização ecológica e oportunidades de aprendizagem, como demonstrado por Neiman e Rabinovish (2008,p. 98) ao apontarem a importância da EA no ecoturismo, possibilitando assim a expansão de uma consciência socioambientalista.

Diante do processo de sensibilização, a EA tem muito a contribuir, pois ajuda na formação de uma atitude ética e política em um mundo em crise (CARVALHO, 1998, p. 24). Os objetivos das UCs, nessa direção, aliados a estratégias sensibilizadoras, podem ultrapassar seus limites físicos, ajudando a promover uma mentalidade conservacionista e conectando as pessoas envolvidas com estes espaços. No entanto, o componente educativo é, muitas vezes, deixado de lado ou minimizado nos contextos de ecoturismo e de visitação. Raros são os casos em que se dá relevância ao papel educativo na visitação de AP. Para que haja uma real transformação na nossa sociedade, é preciso um olhar crítico; para que possamos assumir um novo modelo de desenvolvimento ao invés de copiar os modelos vigentes elitizados e baseados em desigualdades sociais e desequilíbrios ecológicos, insustentáveis do ponto de vista social, ecológico e econômico, como demonstrado no texto de Lima (1997).

Um dos pressupostos principais deste artigo é que a EA crítica – a qual, segundo Layrargues (2002, p. 189), busca desenvolver, nos educandos, uma consciência crítica dos riscos e respectivos conflitos ambientais ligados aos fatos mundanos e seus atores – pode ser um instrumento importante para essa transformação de mentalidade e de comportamentos que a crise ambiental global exige de nós.

No contexto da EA em áreas marinhas no Brasil, Berchez *et al.* (2016) demonstram a importância de se estimulá-la, bem como a comunicação científica

[19] Alguns autores dispensam o adjetivo "ambiental" se referem à interpretação ambiental simplesmente como"interpretação".

sobre pesquisa ecológica marinha, para o público como um todo. Interessante notar que um dos principais critérios do grupo de trabalho “ReBentos” se baliza, justamente, nos princípios da EA crítica, implicando uma concepção holística sobre as coisas. Cabe também citar a existência do Projeto Político Pedagógico das Zonas Costeira e Marinha do Brasil (PPPZCM)[20], balizado pela Educação Ambiental Crítica, e que possui uma rede de facilitadores ao longo de todo o litoral brasileiro, além de uma plataforma[21] online para consulta e cadastramento de experiências de EA nas zonas costeiras e marinhas do país.

Um dado que pode impulsionar o movimento educativo ambiental é o aumento crescente de visitantes em UCs. Segundo o ICMBIO (2020), desde 2007, a visitação nesses territórios aumentou 471%. Tal crescimento “vem levando governos, empresários e comunidades locais a gerenciar e promover seu patrimônio como recurso educacional e como recurso de desenvolvimento turístico” (MURTA *et al*., 2002, p. 13).

E a IA, como sendo uma ferramenta da EA, tem sido uma estratégia que vem ganhando destaque nesse contexto. Essa atividade, que é oferecida aos visitantes em áreas naturais e sítios históricos, teve sua primeira definição formulada por Tilden, em 1977: IA é “uma atividade educacional que visa revelar significados e relações por meio do uso de objetos originais, de experiências de primeira mão e de materiais ilustrativos, ao invés de simplesmente comunicar fatos” (TILDEN, 2007, p. 30). Partiremos deste conceito, com enfoque no componente educativo, para, mais à frente, discutirmos outros conceitos de IA, facilitando seu entendimento e potencial.

Uma das pesquisas empíricas que abrangeu os elementos teóricos que estão sendo discutidos neste artigo foi a de Rhormens *et al*. (2017), na ilha de Boipeba-BA. Assim como o PARNAMAR dos Abrolhos, a UC em questão era uma UC marinha; nesse estudo, fica claro que a IA é possível de ser aplicada como EA crítica através da emancipação financeira da população local em atividades de ecoturismo.

Além disso, é por meio do PI que a IA ganha forma: para sua elaboração, precisa-se esclarecer o modo como a UC deve se aproximar dos seus visitantes, tendo em vista as suas características. Como objetivo, deve-se ter também a comunicação de temas, estórias e conceitos específicos, que sejam capazes de transmitir a essência do seu significado e provocar o visitante. Ainda, segundo Gonçalves (2012, p. 17), deve ser claramente definido o modo de interpretação das características de um local para produzir experiências ricas e memoráveis para os visitantes.

No Brasil, a IA vem se materializando através dos Planos Interpretativos (PIs) em UCs, o que, para o ICMBio, serve para orientar

> o desenvolvimento de meios e serviços de interpretação ambiental e que considera a missão da instituição, os objetivos de criação da unidade de conservação, os significados e características dos recursos protegidos e os interesses dos diferentes públicos (ICMBIO, 2018a, p. 45).

Como resultado, três PIs foram elaborados para UCs federais distintas nos últimos anos, no Brasil. Dentre eles, destaca-se o PI do PARNAMAR dos Abrolhos (ICMBIO, 2018b), pois ele teve como um dos seus diferenciais seu processo de realização. Afinal, ele foi realizado exclusivamente por uma equipe do ICMBio, contando com a participação da comunidade local, representada por atores dos três setores da sociedade civil. Isso pode ser considerado um marco histórico para o cenário interpretativo em UCs Federais por esses motivos.

No entanto, o foco do presente trabalho é recorrer a pesquisas que trazem discussões teóricas, de diversos autores, sobre IA, ecoturismo e EA. Entretanto, o componente da participação social nos processos foi determinante nas escolhas dos

[20] Para saber sobre o PPPZCM consultar: https://cooperacaobrasil-alemanha.com/TerraMar/Projeto_Pedagogico_PPPZCM.pdf.
[21] Para saber mais consultar: https://pppzcm.monitoraea.org.br/facilitador/236/projetos.

trabalhos pesquisados. Neste caso, considerando que a IA vem se materializando no Brasil por meio dos PIs elaborados pelo ICMBio, entendemos que, se houve participação de atores locais nos processos de elaboração dos PIs, suas vozes precisariam ser ouvidas e grafadas na versão final dos PIs. Então, o desafio aqui é discutir conceitos para definição de critérios que permitirão maior clareza dos pressupostos teóricos de análise dos PIs. Isso considerando a participação da comunidade na elaboração de tais documentos como algo fundamental, pois essa participação, se não for *ad referendum*, pode propiciar à população local o empoderamento e a conscientização nestes processos.

Dito isso, o objetivo geral deste artigo é investigar a importância da IA, enquanto um instrumento da EA crítica, no ecoturismo em UCs, destacando o papel da elaboração de PIs. Isso tendo em vista o papel transformador que tais atividades podem ter, especialmente na população do entorno das UCs, na nossa busca por uma sociedade mais sustentável. Para alcançar esse desafio, será necessário clarificar as noções de ecoturismo, de EA e de IA; entender o que é um PI e qual seu papel e importância para a IA; além de discutir a relação entre a IA e a EA na elaboração de PIs, e como tudo isso pode ser utilizado proficuamente em atividades de ecoturismo em UCs.

Por consequência, este artigo está dividido em sete seções: introdução; clarificando noções de ecoturismo; clarificando noções de EA; clarificando noções de IA e criando dimensões; relação entre IA e EA crítica na elaboração de PIs em UC; discussão; e considerações finais. Vale ressaltar que os resultados deste trabalho não estão restritos à seção de discussão, mas espalhados em todas as sete seções; para facilitar a leitura, cada uma delas termina com uma síntese do que ali foi tratado. Destaca-se, ainda, que este artigo é fruto de um estudo de mestrado em andamento no PRODEMA/RN.

A realização desta pesquisa teórico-bibliográfica envolveu uma análise de conceitos chave de ecoturismo, educação ambiental e interpretação ambiental. Segundo Gil (2002, p. 44), esse tipo de pesquisa, que se propõe a analisar diversas posições acerca de um problema, costuma ser desenvolvida quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas. A abordagem aqui desenvolvida é qualitativa, levemente inspirada pela análise do discurso. Foram, por isso, definidas duas categorias distintas que refletem duas dimensões da EA, as quais dividem as principais correntes e práticas da EA propostas pelos vários autores analisados. De forma geral, as abordagens das duas categorias partem de uma concepção mais ligada aos aspectos naturais, chegando a uma concepção relacionada a uma visão mais integrada/sistêmica do meio ambiente, incluindo questões sociais, culturais, históricas, políticas, entre outras (SILVA, 2007, p. 02). As duas categorias definidas são:

- EA crítica: revolucionária, transformadora e construtora de novos valores sociais;
- EA conservadora: englobando as vertentes da EA que não estão compromissadas com mudanças estruturais da sociedade.

Clarificando Noções de Ecoturismo

Nesta seção, haverá uma breve apresentação das definições sobre o ecoturismo, com a finalidade de deixar claro suas principais características. Na primeira parte, serão abordadas agências e, na segunda, alguns autores relevantes. Ao final, buscaremos apontar a importância que as atividades de IA e a EA têm para o ecoturismo, evidenciando o papel que essa atividade possui para a sensibilização de turistas e dos demais envolvidos, bem como para a construção de uma sociedade com valores pautados na sustentabilidade socioambiental.

Contextualizando, foi na década de 90, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – ECO 92, no Rio de Janeiro-RJ –, que o

ecoturismo ganhou notoriedade; desde então, o termo se difundiu; todavia, os caminhos insustentáveis do setor são uma realidade. Segundo Pires (1998), um dos motivos disso é que o conceito varia de acordo com o tipo de ator que a está usando: trade turístico, poder público, ONGs, populações residentes, meio acadêmico e turistas. Nesse sentido, a complexidade das diversas definições do termo ecoturismo, de acordo com o interesse de cada um dos envolvidos, é um problema. O maior desafio, segundo Pires (1998), é nivelar e padronizar a linguagem, para que possa proporcionar um entendimento quanto o significado e conteúdo. Consequentemente, contribuindo com políticas públicas e estratégias de desenvolvimento da atividade, que possam evoluir em conjunto com as tomadas de decisão. Neiman e Mendonça (2000, p. 108) sugerem a criação de uma rede com identidade própria – formada por ONGs, agências, grupos de estudos e interessados – para que se discuta sobre o ecoturismo, com o intuito de diminuir sua fragilidade.

No Brasil o ecoturismo surge a partir do movimento ambientalista; para o MMA, é:

> um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (BRASIL, 1994, p. 19).

De forma muito parecida, o Ministério de Turismo do Brasil (Mtur) também enfatiza a questão da IA, mas aponta para o seu caráter educativo, além dos pilares sustentáveis da atividade, da sua preocupação com a preservação dos recursos naturais e da participação das populações tradicionais locais (BRASIL, 2010, p. 17). Assim, confirma que a IA faz parte da própria conceituação de ecoturismo, sendo, portanto, inseparável deste.

Incorporar o componente interpretativo no ecoturismo também é comum à TIES[22] (2021): para a instituição, o tripé “conservação, comunidades e interpretação” é fundamental para a atividade. Para a TIES, o ecoturismo consiste em viagens responsáveis para áreas naturais que preservam o meio ambiente, promovem o bem estar da população local e envolvem IA e EA. Na IA, o foco é no enriquecimento de experiências pessoais e de conscientização ambiental, objetivando promover uma maior compreensão e valorização da natureza, da sociedade local e da cultura.

Nesse sentido, o papel e o objetivo do ecoturismo são entendidos de forma muito parecida por alguns autores. Para Wearing e Neil (1999, p. 07), o ecoturismo abarca quatro elementos fundamentais: noção de viagem de um local para outro; foco em AP; viagens com experiências no ambiente natural das áreas visitadas; estímulo à conservação ambiental (consciência cultural e ambiental, e apoio às populações locais); e o papel educativo. Pires (1998) complementa essa visão destacando a ênfase na história natural e nas culturas autóctones dos destinos; a preocupação com os impactos socioambientais da atividade e com a sustentabilidade dos recursos utilizados; o lazer e o conhecimento sobre os ambientes visitados. Fennel (2014) agrega a ideia da importância da questão ética na atividade, por meio do “planejamento ético” (p.17).

Em consonância, Neiman e Mendonça (2000, p. 110) propõem que haja maior proximidade entre a teoria e a prática no ecoturismo, sendo necessário criar um fluxo permanente entre as ideias e as ações para promover o desenvolvimento construtivo da atividade no Brasil. Para eles, o ecoturismo sendo trabalhado na ótica da afetividade e do amor, teria capacidade de transformar valores e atitudes das pessoas.

Diante dos entendimentos apresentados, entendemos que o ecoturismo é uma atividade que acontece em áreas naturais, em APs e áreas conservadas,

---

[22] *The International Ecotourism Society* (TIES): organização sem fins lucrativos: Sociedade Internacional deEcoturismo.

almejando promover a conservação ambiental; trazer benefícios socioambientais locais; além de sensibilizar e estimular a conscientização das pessoas por meio da EA, mais especificamente através da Interpretação Ambiental. Ademais, essa atividade envolve a questão ética e, se trabalhado com afetividade, é um agente transformador.

É possível perceber a preocupação das agências e dos autores no fator humano e social da atividade do ecoturismo. Isto é, o cuidado com os impactos socioambientais, a relevância com o bem estar das comunidades, a geração de renda local e os benefícios sociais são elementos essencialmente presentes nas definições. Mais além, a importância do seu papel de sensibilização e educação, sendo a atividade de IA um importante instrumento de Educação Ambiental a ser utilizada na prática da atividade, especialmente dentro de APs. Aqui, percebemos o lugar teórico onde as atividades de IA e da EA se encaixarão.

Corroborando com isso, Morais (2017, p. 175) afirma que a inclusão do componente educativo no turismo de natureza o aproxima cada vez mais do ecoturismo, especialmente por induzir, no visitante, uma responsabilidade enquanto agente de mudança ao conectar-se com ecossistemas e adquirir conhecimentos. Então, se entendermos o ecoturismo a partir dessa perspectiva e de seu papel transformador – por meio de processos que envolvem a sensibilização das pessoas, o envolvimento e o fortalecimento das comunidades locais, a atividade se torna parte importante das estratégias que visam causar um impacto socioambiental positivo.

Clarificando Noções de Educação Ambiental

Nesta parte do trabalho, vamos discutir sobre a EA, além de definir e separar melhor as categorias anteriormente mencionadas, as quais refletem diferentes visões sobre o tema. Também apresentaremos as contribuições que a EA crítica, a categoria que mais nos interessa aqui, tem para promover processos socioculturais transformadores.

Sobre as origens da EA, esta surge em meados do século XX, no contexto de emergência de uma crise ambiental, e no meio do debate político e cultural sobre o meio ambiente. Ela “estruturou-se como fruto de uma demanda para que o ser humano adotasse uma visão de mundo e uma prática social capazes de minimizar os impactos ambientais então prevalecentes” (LAYRARGUES; LIMA, 2011, p. 5). Para além, a EA “está intimamente associada à formação de valores e atitudes sensíveis à diversidade, à complexidade do mundo da vida e, sobretudo, a um sentimento de solidariedade diante dos outros e da natureza” (CARVALHO, 1998, p. 23).

Em adição, Carvalho (1998, p. 23) indica que a EA se posicionou contrária à educação “tradicional”, disciplinar, na qual os conteúdos são fragmentados e não se conectam com a vida das pessoas. Freire (1997, p. 62) denominava essa educação tradicional e disciplinar de “educação bancária”, porque ela se configura através de um professor que sabe e “deposita” (transmite) conteúdos na cabeça de um aluno que não sabe. Este acumula informações sem nem as conectar umas com as outras e, muito menos, com sua própria existência, experiência e a vida de sua comunidade.

Em continuidade, como já mencionado na introdução, diversas correntes da EA têm sido identificadas. Por um lado, a vertente conservadora dá ênfase na proteção ao mundo natural. “São apresentados os problemas ambientais mais aparentes, desprezando-se as causas mais profundas. Ocorre uma relação dicotômica entre o ser humano e o ambiente, onde o primeiro é apresentado como destruidor” (SILVA, 2007, p. 2); além disso, questões sociais e políticas não são abordadas.

Não muito distante, a vertente pragmática está bem conectada com as correntes de Educação para o Desenvolvimento Sustentável e para o Consumo

Sustentável. Essa vertente apresenta foco na busca por soluções para os problemas ambientais e na proposição de normas a serem seguidas (SILVA, 2007, p. 3), enfatizando a mudança de comportamento individual, através da quantidade de informações e de normas que são ditadas por leis e por projetos governamentais. Há uma crença de que a tecnologia é capaz de resolver qualquer problema; assim, a busca é por soluções técnicas. É uma vertente alinhada e que "decorre da hegemonia neoliberal instituída mundialmente desde a década de 80" (LAYRARGUES; LIMA, 2011, p. 9). Ela representa um tipo de ajuste ao contexto neoliberal de diminuição do Estado a sua dimensão mínima (LAYRARGUES; LIMA, 2011, p. 10). Ainda, segundo Layrargues e Lima (2011, p. 10), essa dimensão traz duas características: a ausência de reflexões que permitam a compreensão acurada das causas, consequências e especificidades dos problemas ambientais, o que resulta em uma percepção superficial e não politizada das relações sociais e de suas interações com o meio ambiente; e, a busca por soluções factíveis que tragam resultados direcionados para um futuro mais sustentável, mesmo que isso signifique o não enfrentamento do *status quo*, e não ultrapassando as fronteiras políticas e econômicas. Isto, segundo os autores, reduz bruscamente as possibilidades de enfrentamento político da crise.

As duas vertentes citadas serão generalizadas neste trabalho como conservadoras e constituirão uma única categoria de EA, que poderíamos dizer não-crítica. Conforme Layrargues e Lima (2011, p. 7), nelas predominam as práticas educativas que investem em ações individuais e comportamentais de forma a-histórica, apolítica, conteudista, instrumental e normativa; não cogitam ou vislumbram a possibilidade de superar o paradigma hegemônico, que aborda o ser humano de um modo genérico e abstrato, desconsiderando qualquer recorte social. Além disso, elas adotam uma perspectiva estritamente ecológica da crise e dos problemas ambientais, e perdem de vista as dimensões sociais, políticas e culturais. Logo, a EA conservadora tem um "limitado potencial de se somar às forças que lutam pela transformação social, por estarem distanciadas das dinâmicas sociais e políticas e seus respectivos conflitos de interesses e de poder" (LAYRARGUES; LIMA, 2011, p. 8). Elas até apontam para mudanças culturais, mas que dificilmente serão concretizadas sem que também se transformem as bases econômicas e políticas da sociedade.

Por outo lado, a vertente da EA crítica inclui, ao debate ambiental, a compreensão político-ideológica dos mecanismos de reprodução social em que a relação entre o ser humano e a natureza é medida por relações socioculturais e de classes historicamente construídas (LAYRARGUES; LIMA, 2011, p. 8). Ligadas a ela, estão adjetivos como: crítica, emancipatória, transformadora e popular. Sua proposta pedagógica é concebida por meio de uma "consciência crítica do sujeito (individual e/ou coletivo) via processo continuado de sensibilização, construção de valores, descoberta e fortalecimento de habilidades, competências e capacidades" (COSTA-PINTO, 2019, p. 16). Dessa forma, seguindo orientações do filósofo Espinosa, o processo educativo se realiza na junção dos aspectos cognitivos e afetivos, que visam um "conhecimento crítico reflexivo gerador de alegrias" (COSTA-PINTO, 2019, p. 17).

A EA crítica problematiza, portanto, os contextos societários em sua interface com a natureza. Ainda segundo Layrargues e Lima (2011, p. 11), "são introduzidos no debate desses campos alguns conceitos-chave como os de Cidadania, Democracia, Participação, Emancipação, Conflito, Justiça Ambiental e Transformação Social". Para esses autores, a EA crítica tem força para ocupar um lugar central no campo da EA e pode, segundo Sorrentino *et al*. (2005, p. 285), configurar-se como uma das possibilidades estratégicas de enfrentamento da crise civilizatória sociocultural que atualmente enfrentamos.

Nesse contexto, na *live Educação Ambiental tem que ser Revolucionária* (CUMULUS TV, 2020), o professor diz que a urgência do momento que vivemos atualmente exige uma ação educadora ambientalista revolucionária, comprometida com mudanças culturais profundas. A humanidade precisa mudar seu

comportamento, e isso só acontece com uma revolução cultural; uma revolução no modo de ser, no modo de estar, e nos valores humanos; uma transformação que exige processos educadores profundos.

Sendo assim, o primeiro papel da EA, nessa perspectiva de transformação cultural e de promoção de uma verdadeira revolução nas nossas sociedades é incentivar as pessoas a pensarem; a se questionarem; a desnaturalizarem coisas que parecem óbvias; e a se indignarem com aquilo que é contra a vida e que leva à extinção da nossa espécie. Para isso, é essencial que se estimule a compreensão dos nexos de causalidade, ou seja, devemos proporcionar estímulos para que as pessoas pensem; esses estímulos, por sua vez, precisam provocar entendimentos sobre relações entre causas e efeitos.

Contudo, o processo que envolve a EA em UCs está muito aquém de suas possibilidades. Um estudo sobre o Parque Municipal da Serra do Periperi (CARVALHO *et al*., 2021), por exemplo, apontou para o grande distanciamento entre o conhecimento científico obtido sobre o Parque e os alunos de três escolas e de uma unidade de ensino superior no município de Vitória da Conquista - BA. Apesar de haver muitos estudos e materiais sobre diversos assuntos ligados à UC e do interesse, por parte dos alunos, em participar de algum projeto de proteção ao Parque, 30% dos entrevistados nunca ouviu falar da UC, enquanto 80% nunca sequer visitou o Parque. Os dados desse estudo apontam para o desafio que é sensibilizar a sociedade e a falta de proximidade da UC com a população local, a qual deveria utilizar estes espaços, dando-lhe um papel social, além de ecológico.

Quanto à concepção da EA crítica, ela tem como base o *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global* (BRASIL, 2012). Construído em 1992, durante o Fórum Global paralelo à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio 92, o referido Tratado defende uma educação emancipadora, que contribua para os seres humanos perceberem e agirem como produtos e produtores do meio ambiente e da sociedade. Ele reconhece o papel central da educação na formação de valores e na ação social, através de processo educativo transformador, por meio do envolvimento de pessoas, comunidades e nações em busca de sociedades sustentáveis e equitativas. Também considera a EA um processo de aprendizagem permanente, com respeito a todas as formas de vida; afirma valores e ações para transformação humana e social, e para a preservação ecológica; estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas; e requer responsabilidade individual e coletiva em todos os níveis para isso.

Portanto, percebemos, nesta seção, as diferenças básicas entre as vertentes da EA, separando-as em três tipos: EA conservadora, limitada por, entre outras coisas, adotar uma perspectiva estritamente ecológica, sendo incapaz de superar o paradigma hegemônico; EA pragmática, limitada por não promover consciência crítica de causas e efeitos e por focar na busca por soluções factíveis imediatistas, mantendo o atendimento às políticas de mercado e aos interesses do capital e adotando uma abordagem tecnicista; e a EA crítica, que trabalha as realidades numa perspectiva holística e sistêmica, comprometida com mudanças culturais profundas. Nessa categorização, entendemos que a EA crítica é o tipo de EA capaz de ser libertária, revolucionária e com caráter de transformação social, visando a transição paradigmática; isto é, apta para lidar com os problemas socioambientais complexos contemporâneos. Ainda, essa distinção entre EA crítica e EA conservadora envolve a ideia de participação; ao comparar as abordagens, o critério da participação popular parece estar presente naquela mais promissora, a EA crítica. Esses aspectos nos levam a acreditar que ela é a única abordagem capaz de lidar com os problemas apontados nos questionamentos deste trabalho.

Clarificando noções de IA e criando dimensões

Diante da necessidade de fortalecer estratégias que auxiliem processos de enfrentamento da crise planetária, a ideia, nesta seção, é entender de que forma a IA pretende dar valor às experiências. Ademais, será discutido se ela está preparada para fazer mudanças na forma das pessoas enxergarem a realidade envolvente, de educar, de fazer refletir sobre diversos aspectos da vida e do planeta, e de levar a adoção de novos pensamentos, posicionamentos e comportamentos. A proposta aqui é apresentar o conceito, entendimentos, potencialidades e limitações da Interpretação Ambiental.

Tal entendimento nos ajudará a ter uma noção mais clara sobre os pilares fundamentais que autores e agências envolvidos na temática sustentam, dando base para entender as potencialidades e desafios da atividade em ação conjunta com o ecoturismo. Trataremos as ideias de Tilden, as definições de outros autores, mas também de agências internacionais e órgãos nacionais. Além disso, serão utilizadas as categorias de EA, definidas na seção anterior, para interpretar os entendimentos da atividade a partir das definições de IA que trouxemos. Isto é, de um lado, a vertente da EA conservadora, unindo as vertentes da EA conservadora e pragmática, considerando que “a vertente pragmática representa uma derivação da vertente conservadora, na medida em que é sua adaptação ao novo contexto social, econômico e tecnológico, ainda sem considerar a articulação com a questão da desigualdade social” (LAYRARGUES; LIMA, 2011, p. 11); do outro lado, a EA crítica.

O conceito de "interpretação", em geral, e, particularmente a IA, refere-se, de um modo geral, a um componente essencial das experiências do visitante nas atrações turísticas. Ele tem sido elemento central de parques nacionais, museus, sítios arqueológicos, galerias de arte, casas históricas, entre outros. “É importante notar que a interpretação é às vezes também chamada de educação ou animação para visitantes” (MOSCARDO; BALLANTYNE, 2009, p. 238). Na maioria desses locais, o visitante é exposto a um tipo de atividade educativa que pode ser mais proveitoso, até mesmo, que a sala de aula. Afinal, em campo, é possível se deparar fisicamente com o próprio fenômeno (TILDEN, 2007, p. 37). Grande parte das atividades e dos serviços oferecidos em atrações turísticas, como centros de visitantes, palestras e apresentações audiovisuais, placas informativas, visitas guiadas, caminhadas, e livros-guia são formulários de interpretação (MOSCARDO; BALLANTYNE, 2009, p. 238).

Apesar da IA ser um campo ainda em aberto, recente e sem limitações, para Tilden (2007, p. 47) “estamos claramente engajados numa nova forma de educação em grupo, baseada num tipo sistemático de preservação e uso dos recursos culturais nacionais”. O autor apresenta princípios relevantes para a atividade, dentre eles: sentidos humanos, informações, artes e ciência, provocação, visão ampla das coisas e ser acessível. Ainda segundo o autor (TILDEN, 2007), a diferença entre informação e interpretação, ou seja, o que faz com que as informações sejam interpretativas, “é a revelação de uma verdade maior que está por trás de qualquer declaração de fatos” e “deve tirar proveito da curiosidade para o enriquecimento da mente e espírito humanos” (TILDEN, 2007, p. 29). Dessa forma, para ele, a IA possui um propósito mais amplo, de revelação; de estimular o interesse, por parte do visitante, em ampliar o horizonte de possibilidades, de questionamentos e de conhecimentos.

Segundo os princípios da IA na ótica de Tilden, ela quer provocar as pessoas para que as mesmas explorem, de forma profunda, o que está sendo interpretado, com base em informações científicas e históricas. Isso permitiria que elas se aproximem do que a atividade propõe revelar, como as questões mais importantes de um determinado contexto. Essa visão nos permite entender que a IA também pode ter um caráter mais amplo, no sentido de fazer ligações entre o que se pode visualizar dentro das AP e relacioná-las com acontecimentos históricos externos ao Parque, por exemplo, interpretando e fazendo conexões que vão além do óbvio. Ainda, é

importante notar que nesta lista de Tilden há um agente intencional (educador) por trás da IA, e esse agente se esforça para vincular certa experiência formativa (educativa), associada à visita, à experiência dos visitantes (ecoturistas). Apesar de ser um conceito antigo, é muito claro o componente educativo no entendimento de Tilden. Logo, é possível entendê-la como conectada à EA crítica.

Após o entendimento das ideias de Tilden, vamos tratar de duas grandes influenciadoras da IA no mundo: o Serviço de Parques Norte Americano (NPS)[23] e a Agência Nacional de Interpretação (NAI)[24]. Perceberemos que, diferentemente do proposto por Tilden (2007), as agências não enfocam tanto nos aspectos educativos da IA.

Em relação ao NPS, sua intenção com a IA é apoiar diretamente a missão de preservação; para a instituição, a IA é uma ponte entre os significados dos recursos e os interesses dos visitantes. Ela conecta artefatos tangíveis, coleções ou recursos naturais de um local – como uma montanha – ao intangível, ou seja, os conceitos que eles podem representar incluindo ideias, valores, crenças, sentimentos e relacionamentos – como democracia, liberdade, saúde etc. (NATIONAL PARK SERVICE, 2007, p. 6). Por sua vez, a NAI aponta para a questão das experiências, a qual pode ser bem válida para problemáticas ligadas ao turismo (NAI, 2021). Ela passa também uma ideia de que todo o trabalho da interpretação deve assumir um compromisso maior com o mundo que está à nossa volta. Assim, em seu *website,* a NAI propõe que a IA é uma abordagem proposital de comunicação que facilita experiências significativas, relevantes e inclusivas; que aprofundam a compreensão, ampliam as perspectivas e inspiram um compromisso com o mundo a nossa volta (NAI, 2021).

Dessa forma as definições de IA, tanto da NPS quanto da NAI, comportam a ideia de que a IA facilita as conexões entre os interesses dos visitantes e os significados dos objetos ou recursos naturais de um local. Apesar da visão da NPS não ser, aparentemente, apoiada em aspectos educativos, ela também se direciona a trabalhar correlações entre os recursos internos do parque com os aspectos externos, como política. A NAI, por exemplo, valoriza a biodiversidade e a diversidade cultural, e está preocupada em conectar as pessoas com seu patrimônio cultural e natural; em promover o desenvolvimento de lideranças e oportunidades; além de acreditar que a IA tem compromisso com o mundo ao redor. Contudo, fica a dúvida se essas perspectivas são adequadas como instrumento para ajudar a lidar com os desafios das comunidades locais e das populações tradicionais ao redor das UCs e no seu interior, no caso das UCs de uso sustentável.

Será que a IA estaria apta para sensibilizar os visitantes de forma mais profunda? Isto é, apesar das agências enxergarem a IA como um elemento fundamental para a visitação em APs, como torna-la uma ferramenta de real transformação no mundo em que vivemos? Como podemos utilizar a IA através do ecoturismo para almejar essa mudança? As definições da NAI e da NPS não parecem apontar para um direcionamento de real transformação no mundo e, por isso, as classificamos no campo da educação conservadora.

Estudioso das técnicas de implementação da IA, Ham (1993) apresenta a importância dos aspectos comunicativos da IA, demonstrando que ela é um processo e que consiste em vários estágios. É também um tipo de comunicação estratégica, porque persegue alguns propósitos muito concretos: por um lado, como obter maior valorização e prazer dos visitantes; por outro, a preservação do patrimônio graças às atitudes desses mesmos visitantes. Sobre isso, vale atentar que transmitir informação não tem o mesmo potencial que construir informação. O autor Ham (2007),

[23] O Serviço Nacional de Parques (National Park Service - NPS) é uma agência do Governo Federal dos EstadosUnidos.

[24] A National Association for Interpretation (NAI) é uma organização sem fins lucrativos do Colorado – EUA.Atualmente, atende a cerca de 5.000 membros no mundo todo.

pesquisando se a IA pode fazer diferença ao aumentar o conhecimento dos visitantes sobre algo, influenciando suas atitudes, entende que algumas coisas influenciam; por exemplo, estimulá-los a pensar muito ou pouco. Entretanto, o mais importante é que os resultados mostraram que os impactos atitudinais e comportamentais de curto prazo dos visitantes são possíveis de qualquer maneira. Já os impactos duradouros não são tão óbvios assim.

Ham (2007) tem uma contribuição importante para a IA, pois, na interpretação, as pessoas não são obrigadas a estarem ali; elas precisam ser atraídas, e as estratégias da IA são focadas neste aspecto. Contudo, apesar de incorporar elementos comunicativos capazes de prender a atenção das pessoas, através de uma forma eficaz de comunicação e que estimula mudanças de comportamentos e atitudes dos visitantes, a visão de Ham é considerada como conservadora. Sua essência não chega a se preocupar em trabalhar mudanças de paradigmas e processos educativos profundos, mas mudanças de comportamentos e atitudes mais pontuais.

No Brasil, a IA vem marcando presença nas discussões em UCs na última década, especialmente após a aproximação do ICMBio com o Serviço Florestal dos Estados Unidos (ICMBIO, 2018a). Contudo, apesar de o SNUC trazer, como um dos seus objetivos, condicionar e promover a EA, a IA e a recreação em contato com o meio natural e o turismo ecológico (BRASIL, 2000, p. 10), não há definição clara do que seriam as diferenças entre essas ações.

Assim, a concepção de IA[25] adotada pelo ICMBio é a de que a IA "é um conjunto de estratégias de comunicação destinadas a revelar os significados dos recursos ambientais, históricos e culturais, a fim de provocar conexões pessoais entre o público e o patrimônio protegido" (ICMBIO, 2018a, p. 16). Para o ICMBio, ainda que parte dos princípios que orientam o desenvolvimento das ações de EA relacionadas às UCs seja parte dos princípios que orientam as atividades de IA – como a transdisciplinaridade, a ética, o diálogo, a interatividade, o pertencimento e a valorização cultural e do conhecimento tradicional –, algo que difere a IA da EA é que a última é um processo continuado e de maior complexidade. Este visa promover a participação social nos processos de gestão das UCs e tem um caráter político, com princípios, como a justiça ambiental, o pensamento crítico e a emancipação (ICMBIO, 2018a, p. 16 e 18).

Por outro lado, a IA tem o objetivo de sensibilizar os visitantes por meio de conexões entre as pessoas e o recurso protegido na UC. Portanto, para o ICMBio, a IA e a EA têm um papel distinto, porém complementar na proteção e conservação do patrimônio protegido nas UCs (16). Fica claro, então, que a concepção de IA adotada pelo ICMBio, claramente não se enquadra dentro do contexto da EA crítica. Aliás, tampouco se enquadra no contexto da própria EA, pois há nítida intenção de separação das estratégias.

Sob a ótica da perspectiva crítica, Ximenes (2015) entendeu que a IA pode ser trabalhada de maneira ampla. Para a autora (XIMENES, 2015, p. 84), "a interpretação ambiental é considerada uma ferramenta educativa muito importante em relação ao uso público das UCs e, sendo assim, discutir a visitação de forma ampla é essencial". Ainda segundo ela, a avaliação crítica de um projeto de IA deve ser compreendida enquanto um processo complexo e heterogêneo. Este necessita de variados instrumentos avaliativos centrados em objetivos, em tomada de decisão e em participação, além de incluir aspectos objetivos e subjetivos, e instrumentos qualitativos e quantitativos adequados à realidade e a contextos específicos.

Ximenes (2015, p. 84), inclusive, propôs que essas iniciativas podem se constituir em experiências potencializadoras e capazes de estimular o engajamento e a intervenção na realidade. A IA foi analisada por ela como um instrumento no âmbito

[25] Este conceito foi definido durante a Oficina da Equipe Técnica Ampliada de IA, realizada no Parque Nacionalda Chapada dos Veadeiros, em junho de 2017. (citador por ICMBIO, 2018a).

das práticas de EA, desenvolvidas junto às UCs, sob a ótica da perspectiva crítica. Portanto, ela pode ser trabalhada de maneira ampla, considerando todo o processo de comunicação e aproximação entre a UC e a sociedade, como um ato educativo dialógico, participativo; um processo coletivo comprometido com a problematização e a intervenção na realidade.

Ainda sob um viés mais educativo, Morais (2017, p. 169) afirma que a IA "é a forma de educar mais adequada ao contexto de visitação de objetivos não formais e para os destinatários que encontramos nas áreas protegidas". A perspectiva de Morais (2017) também fortalece os objetivos aqui, pois é uma visão que estimula a expansão da IA ao aproximá-la da EA, propondo induzir ao visitante uma responsabilidade enquanto agente de mudança ao conectar-se com ecossistemas e adquirir conhecimentos. Por isso, essa perspectiva também pertence à EA crítica.

Para finalizar esta seção, diante do que vimos até aqui e considerando as limitações do estudo, entendemos que a atividade de IA tem distintas possibilidades de alcance. Conseguimos ligar os conceitos das agências e dos autores no que caracterizamos como EA conservadora e EA crítica, com o intuito de separar visões de IA que nos aproximam ou nos afastam de uma transformação de mundo e mentalidade que a crise ambiental indica ser necessária. Essa transformação não se faz meramente através de passagem de informação, mas exige o estímulo ao pensamento crítico, à mudança de hábitos e valores que levem as pessoas a enxergar diferentemente o que está sendo visto; ou seja, percebemos que a IA, sozinha, não vai mudar o mundo. Apesar de não ser vista e trabalhada por todos assim, alguns conceitos estão mais próximos de estratégias educativas; outros nem tanto.

Relação entre IA e EA crítica na elaboração de PIs em UCs

Nesta seção, fortaleceremos alguns aspectos contributivos da EA crítica para os PIs em UCs; para efeito de maior esclarecimento, o PI é um documento estratégico para o ICMBIO que visa, além de identificar os públicos prioritários e de informar algo que seja de interesse da gestão, definir "estratégias voltadas para o desenvolvimento de produtos e serviços com o propósito de provocar conexões através da revelação dos diferentes significados que um recurso pode ter" (ICMBIO, 2018a, p. 44). Para tal, o PI define objetivos, ou seja, o que o público deve saber, sentir, acreditar e fazer, além de estabelecer temas prioritários, públicos-alvo e meios de abordagem (ICMBIO, 2018a, p.44). Por isso, o PI é um documento considerado estratégico para o IMCBIO, com a finalidade de planejamento da IA considerando a missão de cada UC. Ele "define objetivos, organiza os tópicos mais relevantes para a respectiva unidade de conservação ou centro especializado e apresenta seus temas interpretativos, assim como os meios que devem ser utilizados para cada público" (ICMBIO, 2018a, p.43).

Fortalecendo a ideia de que o momento em que vivemos exige urgência para uma ação educadora revolucionária e comprometida com mudanças culturais profundas – como dito por Sorrentino (CUMULUS TV, 2020) –, e ao entendermos as UCs como espaços potencialmente educadores, cabe a reflexão sobre os métodos e atores utilizados para estabelecer esse processo. Campelo Junior *et al*. (2020, p. 101) defendem os fundamentos da EA crítica nos parques, devido ao seu caráter emancipatório, via ato político, em que se estimula a consciência crítica dos sujeitos em aprendizagem. Para eles, esses territórios podem ser espaços educativos sustentáveis, por meio de adoção de gestão democrática e participativa e de aprendizagem colaborativa.

Contudo, num contexto geral, ainda há uma longa distância entre a realidade atual e o que se propõe neste trabalho. Por exemplo, Morais (2017, p. 171) apontou a falta de um trabalho de especialistas em IA em centros interpretativos em Portugal. Muitas vezes se privilegiam os resultados do ponto de vista arquitetônico, tecnológico, mas não se protegem os objetivos de atração do público e, em especial, de obtenção

de um resultado educativo final. Nesse estudo, Morais percebeu que, em Portugal, há certa dificuldade em notar a aplicação da educação em contextos de visitação. Para ele, existe um vazio legal na obrigatoriedade de uma qualificação específica nas áreas de EA para os guias de turismo de natureza, notando a ausência de formação nesta área. Esse contexto nos permite crer que há barreiras para a formação adequada de guias, no intuito de sensibilizar os visitantes. Assim, o autor concluiu que existem muitas lacunas na educação de visitantes nas APs em Portugal, incorporando pouca reflexão teórica e reduzido o interesse político e técnico. Ele sugere, então, um novo modelo de ação nas APs, no qual o componente educativo se sobressaia, e que integre princípios teóricos de conceitos como ecoturismo, turismo de natureza, EA e IA, mudando assim a realidade da AP e a percepção da população.

Nesses territórios, para se desenvolver “bons atrativos”, segundo Murta *et al*. (2002, p. 45), é preciso que sejam em torno de um conceito construído a partir da interpretação das histórias, lendas e segredos do lugar. Segundo os autores, um PI deve buscar responder a duas perguntas essenciais ao desenvolvimento de uma atração: qual o sentido do lugar e de suas práticas culturais? Como transmiti-lo aos visitantes? Para eles, as respostas estão, em grande parte, com a comunidade, que precisa ser estimulada a buscá-las na memória coletiva, em sua história oral e documentada. Assim, uma tarefa obrigatória conjunta para os órgãos públicos é envolver os moradores, desde o início, no levantamento do inventário cultural e turístico de suas localidades, proporcionando-lhes um canal de expressão para os vários sentidos que atribuem ao seu patrimônio. É assim que a IA vai exercer seu papel social e potencial de sensibilização das pessoas. Para Murta *et al*. (2002, p. 19), os PIs com a participação da comunidade vêm se tornando uma praxe pela necessidade do planejamento municipal de proteger e desenvolver um sentido de lugar, de transmitir seus valores, sua ecologia e sua história às novas gerações.

Algumas experiências, inclusive, já demonstram a potência das estratégias de IA realizadas de forma participativa, no intuito de promover a aproximação e a inclusão das comunidades do entorno, em busca de uma gestão territorial mais democrática, como preconiza a EA crítica e seus documentos oficiais. Logo, esse é mais um argumento que demonstra a importância de entendermos a IA como uma ferramenta da educação ambiental. Um estudo sobre o Centro de Visitantes Strahan, na Tasmânia, identificou que essas estratégias precisam ser elaboradas para que os centros de visitantes sejam construídos a partir de uma visão regional, ou seja, a partir das comunidades locais, pois as características são únicas em cada lugar (FALLON; KRIWOKEN, 2003). Sem essas estratégias há um risco muito grande dessa função se concentrar em uma agência governamental ou em um interesse específico de uma operadora, em vez das necessidades de todas as partes interessadas.

Nesse viés de maior envolvimento comunitário e de processos inclusivos em territórios adjacentes às APs, parte do esforço para se alcançar resultados eficazes, segundo Delgado-Mendez *et al*. (2018, p. 42), está na importância das atividades de IA, tendo-se a EA como instrumento político capaz de angariar os empenhos da sociedade para a proteção desses ambientes. Segundo os autores, enquanto a EA é definida como um processo, a IA é apresentada como instrumento de gestão da visitação em UCs, apoiando sempre as ações de conscientização presentes nas atividades educativas. É desta maneira que vamos entender a diferença e a complementariedade das atividades: a EA demanda tempo e continuidade das ações, enquanto as visitas em UCs são curtas e esporádicas. Por isso, a IA, como ferramenta da EA e de gestão, representa uma possibilidade para sensibilizar os visitantes, no intuito de aproximá-los desse meio e torná-los mais sensíveis às questões socioambientais relevantes para a conservação e para a qualidade de vida humana (DELGADO-MENDEZ *et al*., 2018, p. 42).

Para Delgado e Pazos (2013, p. 303), a IA tem um papel determinante na gestão das APs, pois “colabora com a promoção e democratização do patrimônio junto

às comunidades e representa um importante instrumento de desenvolvimento local". Além disso, a contribuição desses conceitos na elaboração participativa de PIs pode ajudar na gestão de territórios compostos por UCs. Nesse contexto, a visão de Dallabrida (2007, p. 06) pode indicar uma direção. Ele entendeu que, para haver um acordo no intuito de harmonizar os interesses sociais, é necessária a assunção da prática de gestão territorial de forma descentralizada, implicando uma relação horizontal entre os atores, o que pode ser realizado através das oficinas para elaboração de PIs.

Ao serem utilizados métodos participativos inclusivos e o diálogo, propicia-se a criação de disposições democráticas que estimulam a emergência de novos hábitos de participação, como apresentado no livro "Educação 'bancária' e educação libertadora", de Freire (1997). Isto é, se estivesse apontada para esse sentido, e com esses princípios, a IA auxiliaria nos procedimentos de construção de uma globalização de baixo para cima, colocada por Milton Santos (ENCONTRO, 2006) como fundamental na construção de uma nova configuração social planetária. Dessa forma, sustentados numa ideologia de transformação e balizados na EA crítica, os PIs poderiam gerar resultados socioambientais significativos, estimulando, para além da mudança de comportamentos e atitudes pontuais, uma mudança cultural das pessoas que têm contato com as atividades de IA no ecoturismo em UCs.

No intuito de dar voz e voto aos moradores locais e demais atores em todos os passos de um projeto, o DRP (Diagnóstico Rural Participativo) é uma estratégia participativa que pode ser indicada como referência. Ele é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite às comunidades fazerem o seu próprio diagnóstico e, a partir daí, começarem a auto gerenciar o seu planejamento e desenvolvimento, em vez de serem confrontados com uma lista de perguntas previamente formuladas. Isto é, "por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria de qualidade de vida da sociedade" (VERDEJO, 2010, p. 03). Pretende-se, nesse sentido, que os atores locais iniciem um processo de autorreflexão sobre os seus próprios problemas e as possibilidades para solucioná-los. "Além do objetivo de impulsionar a autoanálise e a autodeterminação de grupos comunitários, o propósito do DRP é a obtenção direta de informação primária ou de "campo" na comunidade" (VERDEJO, 2010, p. 13).

Temos observado que é essencial envolver a comunidade local no processo de elaboração dos PIs. Afinal, esse processo permite que haja mais engajamento da população nas causas e objetivos das UCs. Ainda há certo distanciamento dos atores locais e as instituições ambientais governamentais; logo, a IA, como um dos instrumentos da EA crítica, pode ser vista como uma ótima oportunidade para estreitar estes laços. Os órgãos públicos têm em mãos a possibilidade de abrir escuta para que a comunidade se expresse, criando espaço para um diálogo democrático. Essa oportunidade pode gerar sentimento de pertencimento da sociedade, fortalecendo seus vínculos com o local e tornando-os agentes multiplicadores da conservação cultural e ecológica. De que adianta o foco na sensibilização dos visitantes sem que haja engajamento da população local?

Nesse sentido, ao entendermos que a EA crítica considera a grave crise socioambiental planetária como resultado do modelo de civilização dominante, e que as mudanças dependem da compreensão coletiva da natureza sistêmica das crises que nos ameaçam, tornam-se fundamentais as ferramentas que promovam a consciência crítica nas pessoas, bem como a maior participação popular nas políticas públicas vigentes. Essa visão está de acordo com o *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global* (BRASIL, 2012) e com os objetivos da EA: incentivar as pessoas a pensarem, a se questionarem, a desnaturalizar coisas que parecem óbvias e a se indignarem com aquilo que é contra a vida e que leva à extinção de nossa espécie (CUMULUS TV, 2020).

Diante disso, consideramos que a EA deve gerar, urgentemente, mudanças na qualidade de vida das pessoas e maior consciência de conduta pessoal e coletiva, como também harmonia entre os seres viventes, sejam eles humanos e não-humanos. É assim que o tratado em questão tornou-se referência para a EA e propõe sociedades sustentáveis e equitativas com respeito a todas as formas de vida. Então, devemos nos balizar nisso para utilizar todos os mecanismos que tivermos ao nosso alcance em busca de transformações socioculturais profundas. Nesse sentido, os PIs para o ecoturismo em UCs são uma das formas potentes no contexto de áreas protegidas.

Nesse contexto, entendemos que a potencialidade da interpretação ambiental depende do seu vínculo com a educação ambiental crítica, tornando-se assim, uma ferramenta apropriada na elaboração e promoção dos planos interpretativos; isso tendo em vista estimular mudanças reais no mundo. É dessa forma que os aspectos teóricos trazidos neste trabalho nos guiarão, e é como a IA pode trazer resultados interessantes: no contexto do turismo, propiciando aprendizagens significativas aos visitantes e possibilitando que, ao saírem das UCs, eles possam fazer relações entre diferentes contextos de vida; e no contexto da comunidade local, desenvolvendo a IA através de PIs elaborados participativa e democraticamente, se constituindo como o instrumento transformador que a EA crítica exige. Por isso que, ao entender a IA como o início do processo da EA, e através de um processo contínuo de sensibilização, é possível concebê-la como uma atividade sensibilizadora e/ou conscientizadora, com potencial de transformação socioambiental.

Discussão

Parte do esforço aqui dedicado é para que a discussão seja incorporada de forma interdisciplinar, como o tema exige, pois tem uma perspectiva sistêmica no sentido de provocar mudanças estruturantes. Diante disso, ao tentar entender melhor as concepções sobre interpretação ambiental, educação ambiental e ecoturismo em Unidades de Conservação, os resultados deste artigo indicaram que os conceitos estão imersos numa ideologia de impactos socioambientais positivos; isto é, se preocupam com o legado socioambiental benéfico das atividades. Além do mais, as UCs são territórios que têm sido cada vez mais visitados e que possibilitam a prática dessas atividades; logo, elas devem ser vistas como uma frente para as mudanças e as transformações que precisamos.

Contudo, nem todos os entendimentos estão orientados para o mesmo lado. Enquanto a educação ambiental crítica está posicionada para enfrentar o *status quo* em busca da quebra de paradigmas, a interpretação ambiental é vista por alguns contendo certo componente educativo e de sensibilização das pessoas; porém, isso não é consenso, pois há quem a enxergue com papel acrítico e sem o caráter transformador de valores pessoais. Ademais, o ecoturismo, apesar de ser apropriado pelo discurso do mercado, tem potencial educativo e de sensibilização das pessoas, e de apoio às comunidades locais.

Para que o processo de IA contribua com o movimento de mudança no mundo, ela deve incitar as pessoas a fazerem críticas e a buscarem soluções para os problemas enfrentados, as desigualdades sociais e as causas da devastação florestal, da perda de biodiversidade e afins. Todavia, uma das variáveis da atividade interpretativa que pode distanciá-la das práticas educativas e deste movimento é a intenção da atividade, ou seja, a possibilidade de ela provocar e reflexões sistêmicas.

Foi constatado que a IA, apesar de conter um foco educativo em sua origem, não comporta, necessariamente, um desejo de transformação paradigmática, como é o caso da EA crítica. Melhor dizendo, para que seja possível trazer a IA como ferramenta da EA crítica, ela precisa partir do entendimento da necessidade de uma transformação estruturante para mudar a relação dos seres humanos com a natureza.

Além disso, para que a IA atue como um fator de transformação de valores sociais, o alcance dela precisa se sustentar por meio de um processo que envolva intimamente a educação ambiental crítica, no intuito de construir sociedades sustentáveis.

Portanto, é dessa forma que a IA se tornaria um instrumento da EA crítica, ou seja, para chegarmos à interpretação ambiental que buscamos, é preciso proporcionar um olhar crítico sobre as coisas mundanas e sobre a possibilidade de correlações entre aspectos internos das UC com fatores externos. Assim, seria possível que as próprias pessoas tirassem conclusões diante de temas complexos e conflituosos, bem como incluir efetivamente as comunidades locais no processo de elaboração de planos interpretativos. Isto é, se faz preciso dar voz às pessoas e aos grupos sociais em relação a aspectos que normalmente eles não têm participação ativa, como o patrimônio natural e cultural, traduzindo a linguagem científica para o público geral, mas também considerando o conhecimento popular e local. Um dos métodos para isso é utilizar o DRP como referência, adaptando-o para os PIs, mas mantendo seus princípios; a utilização de atividades-chave, como o ecoturismo, também é fundamental. Tudo isso nos leva a uma interpretação ambiental pronta para ajudar na crise socioambiental da atualidade, o que certamente ajuda a aumentar o entendimento da importância das áreas naturais protegidas. Consequentemente, aumenta também o nosso respeito à natureza, aos povos tradicionais e às diferentes culturas minoritárias e marginalizadas, as quais vêm sendo pressionadas e perseguidas ao longo da história.

No contexto nacional, as concepções do ICMBIO em relação a IA podem derivar de visões de órgãos estadunidenses, diante da proximidade institucional. No entanto, é preciso olhar para nossa história e lembrar que um dos graves problemas na política de implementação das UCs no Brasil foi a importação de um modelo e de soluções ambientais que não se enquadram com a realidade brasileira, como abordado por Diegues (2000). Sabe-se que um aspecto importante em relação a isso é ter um olhar atento para a importação de modelos externos, com outra realidade, como é apontado na crítica feita por Milton Santos (ENCONTRO, 2006) e Gonçalves (2006).

Afinal, neste ensaio teórico, ao definir critérios para analisar a elaboração do PI do PARNAMAR dos Abrolhos, entendemos a importância da inclusão das comunidades do entorno nos processos. Isto é, somente por meio de metodologias participativas e dialógicas, é possível construir o sentimento de pertencimento e de empoderamento dos participantes do PI. Assim, esse se torna um tema gerador para sensibilização e educação, se aproximando dos princípios da EA crítica.

Considerações finais

Por si só, as principais concepções tratadas aqui, uma vez que são polissêmicas, podem gerar inúmeras outras discussões. Por isso, abordar ecoturismo, UCs, IA, EA e sociedades sustentáveis, de forma que dialoguem entre si e em busca de um mundo melhor, não é simples. Um dos principais elementos que orientou a escolha pelas melhores abordagens foi o espaço que as teorias têm para abraçar a participação popular. Assim, acredita-se que os objetivos do trabalho foram alcançados; além disso, surgiram novos problemas e estudos a serem realizados.

Por exemplo, algumas dúvidas ascenderam indicando a necessidade de um estudo específico no Brasil, para entender como os órgãos competentes evoluem neste processo. O ICMBio acredita que: “participar da elaboração de um plano interpretativo pode ser como um abrir de olhos” (ICMBIO, 2018a, p. 47). No entanto, saber como se dá essa participação na prática – se está de acordo com as mudanças que precisamos, ou seja, se estimula a construção de uma consciência crítica nas pessoas e maior participação popular – é essencial. Como explicitado no texto, este trabalho servirá como base teórica para o estudo sobre o PI do Parque Nacional

Marinho dos Abrolhos, primeira UC brasileira que teve seu PI desenvolvido exclusivamente por uma equipe do ICMBio e com participação de atores locais, o que representa um marco na estruturação da IA institucional (ICMBIO, 2018b).

Portanto, esta investigação é de suma importância para a melhor compreensão do caso do PARNAMAR Abrolhos. Afinal, apesar do conflituoso histórico entre órgãos ambientais e comunidades locais na implementação e gestão de UCs, estudar resultados práticos de PIs, bem como a percepção dos atores locais, pode contribuir com melhorias metodológicas e de princípios para futuras elaborações de PIs, visando uma gestão territorial democrática e inclusiva. Isso pode contribuir para que as UCs sejam espaços de construção de sujeitos éticos e políticos, além de cumprirem o papel de proteger a biodiversidade e as culturas locais. Assim, estimulando ações e políticas públicas voltadas para a promoção de sociedades sustentáveis na elaboração de futuros PIs.

Nesse sentido, é preciso que nos questionemos sobre a importância de fortalecer processos e visões a partir de uma perspectiva de países periféricos como o Brasil, tanto da problemática ambiental como da possibilidade de solução. Em relação a isso, qual a contribuição das experiências brasileiras, enquanto sul global, de implementação de IA a partir da construção de PIs para o mundo e para o universo do turismo?

Daí em diante, é possível pensarmos que participar de um PI no sul global é algo – experiência – que pode ser completamente distinto de outros locais; aí, o ecoturismo dessas localidades se tornaria uma atividade excêntrica e engajada em processos socioambientais transformadores. Nessa perspectiva, é importante que os países periféricos criem seu próprio jeito de enxergar a IA, partindo dos próprios problemas e desafios. Afinal, como consequência de serem ex-colônias, eles enfrentam problemas socioambientais e políticos de forma mais severa que países centrais. Desenvolver princípios que partam dessa perspectiva pode ajudar os países do eixo sul global, dotados de grande diversidade biológica e cultural, a desenvolver autonomia e a deter um modelo próprio de desenvolvimento como sociedade, baseado nas suas características culturais, naturais e potencialidades.

Referências

BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2010.501p.

BERCHEZ, F.A.S. *et al*. Marine and coastal environmental education in the context of globalclimate changes – synthesis and subsidies for ReBentos (Coastal Benthic Habitats Monitoring Network). **Brazilian Journal of Oceanography**, São Paulo, v. 64, p. 137-156, 2016.

BRASIL, MICT. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Brasília: Ministérioda Ind. Com. E Turismo, 1994. 49p.

BRASIL. **Lei Federal Nº 9.985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisosI, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília – DF: Casa Civil, 2000.
Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em: 07 jun.2022.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Ecoturismo:** orientações básicas. Brasília: Ministério doTurismo, 2010. 96p.

BRASIL. **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis eResponsabilidade Globa**l, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado .pdf>. Acesso em:10 jul. 2021.

CAMPELO JUNIOR, M.V. *et al*. Unidades de conservação como espaços de diálogos para aeducação ambiental crítica. **Revista Pantaneira**, v. 18, p.93-103, 2020.

CARVALHO, I.C.M. **Em direção ao mundo da vida**: interdisciplinaridade e educaçãoambiental. Brasília: Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), 1998. 37p.

CARVALHO, J.V.; ALVES, L.; SANTOS, A.K.A. Educação Ambiental e popularização doconhecimento: percepção de estudantes sobre uma Unidade de Conservação na
Bahia. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 16, n. 5, p. 356-376,2021.

COSTA-PINTO, A.B. Educação ambiental, construção de sociedades sustentáveis e os afetos em Espinosa**.** *In*: ALONSO, C.P. *et al*. (ed.) **De Oriente a Ocidente:** Estudos da Associação Internacional de Lusitanas. Vol. 4 – Estudos da AIL no Brasil. 2019. p. 07-29.

CUMULUS TV. **Educação Ambiental tem que ser revolucionária**. Youtube, 21 jul. 2020.Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9k2UmB4Y-WM&ab_channel=CUMULUSTV>. Acesso em: 07 ago. 2020.

DALLABRIDA, V.R. A gestão territorial através do diálogo e da participação. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 11, n. 245, 20p. 2007. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24520.htm>. Acesso em: 07 jun. 2022.

DELGADO, A.B.; PAZOS, A. S. Interpretação do patrimônio, turismo e gestão de áreas protegidas: algumas aproximações. **Turismo e Sociedade**, v. 6, n. 2, p. 300 - 323, 2013.

DELGADO-MENDEZ, J. M. *et al*. A Interpretação Ambiental Como Instrumento de Gestãode Unidades de Conservação. **Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação**, v. 6, n. 10, p. 42-54, 2018.

DIEGUES, A.C.S. **Etnoconservação:** novos rumos para a conservação da natureza. 2ª ed.São Paulo: Hucitec, 2000, 290p.

ENCONTRO com Milton Santos: O mundo global visto do lado de cá. Direção de SilvioTendler. Rio de Janeira: Caliban Produções Cinematográficas, 2006. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-UUB5DW_mnM&ab_channel=crabastos>. Acesso em:05 jun. 2020.

FALLON, L.D.; KRIWOKEN, L.K. Community involvement in tourism infrastructure – the caseof the Strahan Visitor Centre, Tasmania. **Tourism Management**, v. 24, n. 3, p. 289 - 308, 2003.

FENNELL, D.; WEAVER, D. The ecotourism concept and tourism-

conservationsymbiosis. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 13, n. 4, p.373-390, 2005.

FENNELL, D. A. **Ecotourism**. 4ª ed. Nova Iorque: Routledge, 2014. 325p.

FREIRE, P. Educação “bancária” e educação libertadora. Introdução à psicologia escolar. In:PATTO, M.H.S. (org). **Introdução à Psicologia Escola**r. 3ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. p. 61-78.

GERHARDT, M; NODARI, E.S. Patrimônio ambiental, História e Biodiversidade. **Fronteiras:Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 5, n. 3, p. 54-71, 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002, 175p.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 14ª ed. São Paulo:Contexto, 2006. 148p.

GONÇALVES, F.J.B. 2012. 115f. Plano de Interpretação dos Caminhos de Santiago noCentro Histórico de Barcelos. **Dissertação** (Mestrado em Turismo, Inovação e Desenvolvimento) – Departamento de Ciências da Educação e do Património - InstitutoPolitécnico de Viana do Castelo, Viana do Castelo, 2012.

HAM, S**. Can interpretation really make a difference?** Answers to four questions fromcognitive and behavioral psychology. *In*: PROCEEDINGS, INTERPRETING WORLD HERITAGE CONFERENCE, 2007, p. 25 – 29.

HAM, S. **Environmental Interpretation:** A practical guide for people with big ideas andsmall budgets. Colorado: Fulcrum Publishing, 1993 486p.

ICMBIO – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Interpretação Ambiental nas Unidades de Conservação Federais**. Brasília: InstitutoChico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2018a. 94p.

ICMBIO – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Plano Interpretativo do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos**. Brasília: Instituto ChicoMendes de Conservação da Biodiversidade, 2018b. 71p.

ICMBIO – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **UC federais registram mais de 15 milhões de visitas em 2019**. 2020. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/11139-ucs-federais-registram-15-milhoes-de-visitas-em-2019>. Acesso em 01 dez. 2021.

LAYRARGUES, P.P.; LIMA, G.F. da C. Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental contemporânea no Brasil. *In*: **Encontro Pesquisa emEducação Ambiental**, 6., p. 1 - 15, 2011. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao_ambient al/Layrargues_e_Lima_-_Mapeando_as_macro-tend%C3%AAncias_da_EA.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2022.

LAYRARGUES, P.P. A Crise Ambiental e suas Implicações na Educação. *In*: QUINTAS, J.S.(org.). **Pensando e Praticando Educação Ambiental na Gestão do Meio Ambiente**. 2ª ed. Brasília: Edições IBAMA, 2002. 206p.

LIMA, G.F. da. C. O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável. **Revista DeCiências Sociais-Política & Trabalho**, v. 13, p. 201-222, 1997.

MORAIS, J.P.J.F. Contribución para el conocimiento del componente educativo en contextode ecoturismo en Portugal. 2017, 245f. **Tese** (Doutorado em Educação Ambiental) – Departamento de Ecologia, Universidade Autônoma de Madri, Madri, 2017.

MOSCARDO, G.; BALLANTYNE, R. Interpretation and attractions**.** *In*: GARROD, B. *et al*.(ed.). **Managing visitor attractions**. Oxfordshire: Routledge, 2009, p. 257-272.

MURTA, S.M.; ALBANO, C.; GOODEY, B**.** Interpretação do patrimônio para visitantes: umquadro conceitual. In: MURTA, S.M.; ALBANO, C. (org). **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p.13-46

NAI – NATIONAL ASSOCIATION FOR INTERPRETATION. **Mission_Vision_and_Core_Values**, 2021. Disponível em: <https://www.interpnet.com/NAI/interp/About/About_NAI/What_We_Believe/nai/_About/Missi on_Vision_and_Core_Values.aspx?hkey=ef5896dc-53e4-4dbb-929e-96d45bdb1cc1/>.
Acesso em: 09 set. 2021.

NATIONAL PARK SERVICE. **Foundations of Interpretation Curriculum ContentNarrative**. Washington: U.S. Department of the Interior, 2007. 24p.

NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R. Ecoturismo: discurso, desejo e realidade. **Revista Turismoem Análise**, v. 11, n. 2, p. 98 - 110, 2000.

NEIMAN, Z.; RABINOVICH, A. A Educação Ambiental através do Ecoturismo: o diferencial das atividades de contato dirigido com a natureza. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v.3, n. 2, p. 76 - 101, 2008.

PÁDUA, C.V.; CHIARAVALLOTI, R.M. Pesquisa e conhecimento na gestão de unidades deconservação. *In*: CASES, M.O. *et al*. **Gestão de Unidades de Conservação**: compartilhando uma experiência de capacitação. Brasília: WWF - Brasil, 2012. p.139-155.

PIMENTEL, D. de S. Os “parques de papel” e o papel social dos parques. 2008. 254f. **Tese**(Doutorado em Recursos Florestais) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2008.

PIRES, P. dos S. A dimensão conceitual do ecoturismo**. Turismo: Visão e Ação**, v. 1, n. 1.p. 75-91, 1998.

RHORMENS, M.S. *et al*. Implementation feasibility of a marine ecotourism product on thereef environments of the marine protected areas of Tinharé and Boipeba Islands (Cairu, Bahia, Brazil). **Ocean & Coastal Management**, v. 139, p. 1 - 11, 2017.

SILVA, R. L. F. O meio ambiente por trás da tela: concepções de educação ambiental dos filmes da TV escola. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 30., 2007, Caxambú. **Anais [...]**. Caxambú – MG: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2007.17p.

SORRENTINO, M. *et al*. Educação ambiental como política pública. **Educação e pesquisa**,v. 31, p. 285 - 299, 2005.

TIES – THE INTERNATIONAL ECOTOURISM SOCIETY. **What is Ecotourism**? 2021. Disponível em: <https://ecotourism.org/what-is-ecotourism/>. Acesso em: 25 fev. 2021.

TILDEN, F. **Interpreting Our Heritage**. 4ª ed. North Carolina: Chapel Hill, 2007. 224p.

VERDEJO, M.E. **Diagnóstico rural participativo**: guia prático DRP. Brasília: MDA /Secretaria da Agricultura Familiar, 2010. 68p.

WEARING, S.; NEIL, J. **Ecotourism**: Impacts, Potentials and Possibilities. London: ReedEducational and Professional Publishing Ltd., 1999. 163p.

XIMENES, S.S.F. Interpretação ambiental em unidades de conservação e a perspectiva crítica da educação ambiental: possibilidades para o planejamento e monitoramento. 2015.98f. **Dissertação** (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015.

CAPÍTULO 2

INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA: O CASO DO PLANO INTERPRETATIVO DO PARQUE NACIONAL MARINHO DOS ABROLHOS

Interpretação Ambiental e Participação Comunitária: o caso do Plano Interpretativo do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos[26]

Environmental Interpretation and Community Participation: The case of the Interpretative Plan of the Abrolhos Marine National Park

Gustavo Uchôa de Mello Affonso[27],
Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto[28], Daniel Durante Pereira Alves[29]

ESTE ARTIGO SERÁ SUBMETIDO PARA PUBLICAÇÃO NO PERIÓDICO REVISTA BRASILEIRA DE ECOTURISMO (RBECOTUR) E, PORTANTO, ESTÁ FORMATADO DE ACORDO COM AS RECOMENDAÇÕES DESTA REVISTA [https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/about/submissions]

RESUMO: Esta pesquisa é um estudo de caso, cujo objetivo é realizar um diagnóstico qualitativo do caráter participativo do processo de elaboração do Plano Interpretativo (PI) do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, Brasil, o qual foi elaborado entre os anos de 2017 e 2018. Para tanto, foram utilizadas três fontes de evidência: documentação, observação assistemática, e entrevistas semiestruturadas, realizadas no mês de abril de 2022. Dentre os entrevistados, estão servidores do ICMBIO que coordenaram o processo e colaboradores locais representantes das treze instituições participantes da elaboração do PI. A perspectiva teórica escolhida para análise dos dados coletados foi a educação ambiental (EA) crítica, que forneceu a chave avaliativa aqui utilizada: quanto mais uma prática reflete os princípios da EA crítica, mais ela será capaz de transformar valores sociais e de enfrentar os problemas planetários da atualidade. Os resultados mostram que a atividade de interpretação ambiental (IA) tem ganhado destaque dentro do ICMBIO na medida em que há aumento da visitação em Unidades de Conservação (UCs) e há preocupação com os impactos ambientais gerados pelos turistas. Ademais, foi constatado que a gestão da UC em questão tem grande mérito na elaboração deste PI, pois criou a oportunidade e estimulou o engajamento dos participantes. Além disso, foi unanimidade nos relatos que todos os participantes se sentiram ouvidos, com liberdade e espaço para se colocarem nas oficinas. Contudo, notou-se que faltou uma melhor compreensão dos participantes das oficinas de elaboração do PI sobre a IA. Assim, dois dias de oficinas foi pouco e, também, se faria necessário o envolvimento de mais pessoas da comunidade local no processo. Outro ponto constatado foi que houve falha com os colaboradores sobre os resultados do PI, pois grande parte deles não recebeu um retorno final. A equipe do ICMBIO que coordenou as oficinas utilizou uma metodologia direcionada ao envolvimento emocional, focada em “provocações”; ela foi, por isso, bem avaliada pelos participantes. Todavia, constatou-se que a sensibilização obtida como resultado do processo foi pontual e efêmera. Nosso principal diagnóstico do caso é que, ao não vincular o PI a um caráter educativo mais profundo, conforme os princípios da EA crítica, perdeu-se a oportunidade de estimular os participantes a questionar mais direta e profundamente certos valores e princípios da sociedade. Isso de modo a contribuir para um maior esclarecimento e engajamento dos sujeitos em transformações estruturais, exigidas pela busca de soluções para problemas ambientais atuais, na perspectiva da transição para sociedades sustentáveis.

PALAVRAS-CHAVE: Plano Interpretativo; Unidades de Conservação; Processo Participativo; Educação Ambiental crítica; Sociedades Sustentáveis.

ABSTRACT: This research is a case study, whose objective is making a qualitative diagnosis on the participatory character of the elaboration process of the Interpretive Plan (IP) of the Abrolhos National Marine Park, Brazil, which was carried out between 2017 and 2018. Three sources of evidence were used: documentation, unsystematic observation, and open semi-structured interviews, conducted in April 2022. Among the interviewees, there are ICMBIO employees who coordinated the process, and local collaborators representing the thirteen participating institutions. The theoretical perspective chosen for the analysis of the collected data was the Critical Environmental Education (EE), which provided the evaluative key used here: the more a practice reflects the principles of critical EE, the more it will be able to transform social values and face the present planetary problems. The results show that the environmental interpretation (EI) activity has gained prominence within ICMBIO as there is an increase in visitation in Conservation Units (CUs) and in the concern about the environmental impacts generated by tourists. Furthermore, they demonstrate that the UC management has great merits for the realization of this IP, for having created the opportunity to carry it out and engaging the participants. In addition, it was unanimous in the reports that all participants felt heard, with freedom and space to put themselves in the workshops. However, it was noted that there was a lack of a better understanding of the participants in the EI workshops, as well as the comprehension that two days of workshop was not enough, and also that more people from the local community would need to be involved in the process. Another point found was that there was a failure with the collaborators about the results of the IP. The ICMBIO team that coordinated the workshops used a methodology aimed at emotional involvement, focused on "provocations"; therefore, it was well evaluated by the participants. However, it was found that the awareness obtained as a result of the process was punctual and ephemeral. Our main diagnosis of the case is that, by not linking the IP to a deeper educational character, according to the principles of critical EE, the opportunity to encourage participants to question more directly certain values and principles of society was lost. This in a way of contributing to a greater clarification and engagement of the subjects on the structural transformations that our current environmental problems require.

KEYWORDS: Interpretive Plan; Protected Natural Areas; Participatory Process; Environmental education; Sustainable Society.

Introdução

Este artigo é um estudo de caso sobre a participação comunitária na elaboração do Plano Interpretativo[30] (PI) do Parque Nacional Marinho (PARNAMAR) dos Abrolhos, uma Unidade de Conservação (UC) federal brasileira. Assim, esta pesquisa entende a necessidade do fortalecimento de ferramentas que aproximem a sociedade, e a população do entorno das UCs, dos seus processos e gestão, como consta no documento "Diretrizes para Visitação em UC" (MMA, 2006).

O foco deste estudo é, então, o processo de elaboração da ferramenta Interpretação Ambiental (IA), a qual se materializa por meio dos Planos Interpretativos (PIs) em UCs. Uma vez que tomamos como pressuposto que a participação da sociedade nos processos de decisão em geral, e nas UCs em particular, bem como a conscientização de todos os atores, são pontos fundamentais para as mudanças paradigmáticas que a busca por soluções dos atuais problemas ambientais exigem. Logo, nossa ênfase está nos atores locais que participaram do processo de elaboração do PI do Parque Nacional Marinho (PARNAMAR) dos Abrolhos, por meio de oficinas, junto ao órgão gestor da unidade – no caso, o ICMBio[31].

Consideramos, assim como Acosta (2019), que o processo desenvolvimentista global, instituído há quinhentos anos, não foi e nem será capaz de exercer alguma mudança positiva na escala social e ecológica; apenas continuará trazendo transtornos e desequilíbrios socioambientais na busca pela acumulação de capital.

Desse modo, coloca-se como premente a edificação de novos valores para a organização da vida nas sociedades humanas capitalistas, o que só será possível "se for pensado e organizado comunitariamente a partir dos Direitos Humanos – políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais dos indivíduos, das famílias e dos povos – e dos Direitos da Natureza" (ACOSTA, 2019, p. 26), em busca de sociedades sustentáveis.

As UCs no Brasil, em especial os Parque Nacionais (PARNAs), têm por obrigação compatibilizar a conservação da natureza com seu uso público, como estabelecido pelo Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP (BRASIL, 2006) e pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (BRASIL, 2000). Tais obrigações são fundamentais, pois necessitam da elaboração de atividades para a sensibilização dos visitantes em seu território, como a própria IA, mas também a Educação Ambiental (EA) e o ecoturismo.

Uma das referências teóricas sobre a IA mais influente são os trabalhos deseu precursor, Freeman Tilden. Ele a definiu como "uma atividade educacional quevisa revelar significados e relações por meio do uso de objetos originais, de experiências de primeira mão e de materiais ilustrativos, ao invés de simplesmente comunicar fatos" (TILDEN, 2007, p. 30). Como pressuposto da IA, é notável que Tilden tenha incluído o envolvimento do participante na problemática socioambiental da região geográfica a ser trabalhada, como observado por Pedrini (2019, p. 233). É por meiodessa perspectiva, ampliada pelas lentes da EA crítica, que a IA será entendida aqui.

Como discutido por Mello-Affonso *et al*. (2022, p. 20), ao relacionarem atividades de IA e ecoturismo em UCs, os autores constataram que, para que a IA seja um fator de transformação de valores sociais – obrigatórios na atual crise da humanidade –, ela precisa ser sustentada pelos princípios e diretrizes da EA crítica, constituindo-se assim, como um instrumento da Educação Ambiental Crítica (submetido e aprovado para publicação). Isso porque a EA se configura como uma ferramenta estratégica para o enfrentamento da crise civilizatória e dirigida a mudanças de valores, princípios e atitudes, conforme preconiza o Tratado da Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (BRASIL, 2012).

Os autores supracitados, além de entenderem o aspecto comunicativo dos recursos naturais, compreendem que a IA pode possibilitar um olhar crítico das pessoas sobre o mundo, devendo, assim "incluir efetivamente as comunidades locais no processo de elaboração de planos interpretativos" (MELLO-AFFONSO *et al*., 2022, p.20).

Nesse sentido, parte do movimento ambientalista já entendeu que uma estratégia conservacionista eficaz inclui atuar em conjunto com as populações locais. Colchester (2000, p. 237), inclusive, afirma que "os conservacionistas têm começado a perceber que o plano de proteção de espécies e hábitats, mais frequentemente, não dão certo se as dimensões sociais são ignoradas ou se as comunidades locais são marginalizadas".

Quanto à IA no cenário brasileiro, o SNUC prevê que a atividade dentro das UCs, e, por meio do Art. 4º n. XII, determina "favorecer condições e promover a educação ambiental e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico" (BRASIL, 2000, p. 10).

Nesse contexto, os resultados de um estudo com turistas na Antártica sugerem que, por meio de uma combinação de IA, diretrizes operacionais, e esforços voluntários, a Associação Internacional de Operadores de Turismo da Antártica e seus operadores membros podem educar os turistas sobre questões importantes para a conservação da Antártida, bem como influenciar as intenções comportamentais sobre o meio ambiente (POWELL *et al.* 2008, p. 239). Esta conclusão nos permite crer que uma atividade de IA planejada pode desenvolver significativos benefícios conservacionistas e sociambientais.

Nesse ponto de vista, como colocado por Neiman (2007, p. 29), as atividades

de lazer planejadas para despertar o “re-encantamento” do ser humano para com a natureza, podem promover uma mudança no paradigma social hegemônico, para um que critique a ordem econômica, política e cultural estabelecida. Isso é indispensável para a transformação da consciência e dos comportamentos das pessoas, reforçando o caráter educador dessas atividades ao agirem juntas em meio à natureza.

Apesar de escassos, alguns estudos e propostas de atividades de IA e EA no ecoturismo em UCs marinhas vêm sendo realizados. Segundo Berchez *et al*. (2007), a EA marinha precisa de modelos educacionais bem definidos e testados, baseados em um conceito de EA holística, transformadora e multidisciplinar, para gerar um impacto emocional intenso e de grande ganho de conhecimento crítico para a maioria dos praticantes. Já Pedrini *et al.* (2010) apresentaram uma proposta de EA para Sociedades Sustentáveis no Parque Estadual da Ilha de Anchieta, o projeto “EcoTurisMar”. Neste, os resultados provaram ser possível estimular a sensibilização dos visitantes, incluindo aquisição de novos conceitos e posturas para uma percepção adequada das questões propostas através do ecoturismo.

Dessa forma, para que se pense em transmitir informações aos visitantes de UCs e, ao mesmo tempo, promover sensibilização, conscientização e propiciar reflexão crítica às pessoas, é preciso que haja um levantamento prévio dos aspectos importantes da UC, para que os materiais informativos sejam elaborados de modo a provocar a reflexão dos visitantes, tem que ter um caráter investigativo. Assim, pensar este planejamento como uma estratégia de fortalecimento de relações de diversos os setores da sociedade civil é de extrema importância, pois permite uma riqueza de perspectivas e objetivos, às vezes até contraditórios. Isto além das diferenças de valores e culturas, que ao dialogarem podem propiciar o fortalecimento de processos democráticos.

Nessa perspectiva, estudos demonstram a importância do envolvimento da comunidade local, seja através da gestão participativa em UCs (LIMONT & FISCHER, 2012), seja nas estratégias de implementação de IA, como propostas por Fallon e Keiwoken (2003) e Ximenes (2015). Neste último caso, a autora, ao atentar que processos educativos coletivos e dialógicos, fortalecem o pressuposto que os processos participativos devem ocorrer desde o planejamento até o monitoramento e avaliação do programa de IA, garantindo assim, a cidadania.

Considerando a gestão participativa de UC, para Limont & Fisher (2012, p. 45), “participar significa ser parte de, compartilhar com, intervir em, se evolver”. O conceito de participação, para os autores, “está relacionado com assumir responsabilidades, exercer a cidadania, construir ações junto com o outro, se dispor a um diálogo aberto, respeitar a diversidade, exercitar a consciência reflexiva e a capacidade de viver e agir de forma autônoma” (LIMONT; FISHER, 2012, p. 45). Ainda segundo eles, apesar da participatividade ainda ser algo a ser aprendido e melhorado, o surgimento dos espaços participativos em UCs favorece a conservação dos recursos naturais e a melhoria nas condições de vida das pessoas (LIMONT; FISHER, 2012, p. 45).

O que se busca, nesse sentido, é justamente uma democracia ativa; uma democracia representativa na ideia de um corpo social forte e atuante, aparecendo em um primeiro plano assentado na coletividade, ou seja, na condição efetiva de se organizar coletivamente. É nessa perspectiva que este trabalho utiliza, como base conceitual, o Tratado de Educação Global para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (BRASIL, 2012), pois considera que este se inspira numa educação que afirma valores e ações contribuidoras para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Além disso, ele estimula a formação de sociedades justas socialmente e equilibradas ecologicamente, mantendo entre si relação de interdependência e diversidade, e requerendo responsabilidade individual e coletiva em nível local, nacional e planetário (BRASIL, 2012, p. 1).

A participação social no contexto das UCs brasileiras é fortalecida, dentre outros meios, através do PNAP (BRASIL, 2006), que considera a inclusão social e a promoção da cidadania na gestão das UCs, buscando o desenvolvimento social, em especial das populações do interior e dos arredores de UCs (BRASIL, 2006, p. 9).

Apesar de desafiador, o processo de elaboração de PIs pode ser enquadrado e entendido como uma ótima oportunidade para se colocar em prática esta participação e inclusão social nas tomadas de decisão e nos processos que envolvem as UCs.

Nesse contexto, apesar de ainda serem poucas UCs que têm PIs, a IA vem ganhando certo destaque institucional ligado ao cumprimento da missão do ICMBio de proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental. Como um dos resultados dessa movimentação, o PARNAMAR dos Abrolhos teve seu PI finalizado em 2018 (ICMBIO, 2018b), e foi moldado nos avanços e experiências de outros dois PIs na Amazônia. Contudo, um dos diferenciais é que o PI em questão foi desenhado exclusivamente por uma equipe do ICMBio, contando com a participação da comunidade local, a qual foi representada por atores colaboradores dos três setores da sociedade.

Portanto, o objetivo deste estudo é realizar um diagnóstico qualitativo do caráter participativo do processo de elaboração do PI PARNAMAR dos Abrolhos, realizado entre os anos de 2017 e 2018, a partir da percepção dos envolvidos. Para isso, este artigo será dividido em três seções: (1) contextualizar a parte histórica e institucional da interpretação ambiental no Brasil até a elaboração do Plano Interpretativo do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos; (2) analisar a percepção dos envolvidos na elaboração do plano interpretativo do Parque a respeito do seu processo participativo; e (3) analisar se o Plano Interpretativo foi capaz de criar oportunidades de aprendizagem e de desenvolvimento de consciência crítica dos participantes.

Material e Métodos

Caracterização da área de estudo

Localizado no mar territorial brasileiro, sobre a plataforma continental leste, no trecho pertencente ao Estado da Bahia, e em sua porção extrema sul, este Parque está inserido na região geopolítica Nordeste (IBAMA, 1991, p. 13). A área oceânica de conservação do Parque possui 91.300 ha subdivididos em dois polígonos: o maior engloba o Arquipélago do Abrolhos e o Parcel dos Abrolhos, e o menor, os Recifes das Timbebas (MMA, 2003, p. 7). Enquanto o primeiro localiza-se a 70 km ao leste da cidade de Caravelas, o segundo situa-se a cerca de 14km entre Prado e Alcobaça (ICMBIO, 2018b, p. 5). A região ao redor do Parque é formada por um mosaico de ambientes marinhos, costeiros e terrestres, e é reconhecida por abrigar a maior biodiversidade marinha da porção sul do Oceano Atlântico, cerca de 1.300 espécies (CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL, 2022)[32].

O Parque ainda possui o título de área úmida de relevância internacional; é um Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica; e está situado na região do Patrimônio Mundial da Humanidade da Costa do Descobrimento (ICMBIO, 2018b, p. 5). Em termos de atributos, os que melhor o definem são sua biodiversidade marinha, ilhas, paisagens e os aspectos histórico-culturais associados (ICMBIO, 2018b, p 5). Em relação ao arquipélago, ele é formado por cinco ilhas: Santa Bárbara, Redonda, Siriba, Sueste e Guarita. Entretanto, apenas a primeira está excluída dos limites do Parque, por estar sob jurisdição da Marinha do Brasil.

Apesar de toda relevância do ecossistema e da biodiversidade do território do Parque e sua importância, a região sofre disputas judiciais que ameaçam sua conservação. A Zona de Amortecimento[33] (ZA) do PARNAMAR dos Abrolhos teve seu cancelamento confirmado pelo IBAMA em março de 2022, confirmado em uma reportagem do “OECO”, revista ambiental eletrônica. Segundo Eduardo Camargo, coordenador-geral do Projeto Baleia Jubarte, com o fim definitivo da ZA, toda a região do Parque e entorno perdem uma importante ferramenta de proteção e gestão, deixando o meio ambiente desprotegido e trazendo vulnerabilidade para as principais atividades econômicas da região: ecoturismo e a pesca artesanal (OECO, 2022).

É importante considerar que, apesar do PI ter sido direcionado para o PARNAMAR dos Abrolhos, desde fevereiro de 2020 as duas UCs federais do território

- PARNAMAR dos Abrolhos e RESEX do Cassurubá - passaram a ser geridas pelo Núcleo de Gestão Integrada Abrolhos (BRASIL, 2020). Isto é, a gestão administrativa tornou-se integrada para ambas UCs, como também os conselheiros muitas das vezes podem ser os mesmosdentro das duas estruturas.

Conceituação e procedimentos

Este estudo de caso, que utiliza métodos qualitativos de coleta e análise de dados, e utilizou três fontes de evidência: documentação, observação assistemática, e entrevistas semiestruturadas. Um diferencial deste tipo de pesquisa é incluir vozes dos participantes, reflexão dos pesquisadores e a contribuição para mudanças (CRESWELL, 2014, p. 50). Ademais, permite investigação para fortalecer as características holísticas e significativas dos eventos reais (YIN, 2001, p. 21).

Em relação às documentações utilizadas, foram considerados documentos institucionais relacionados tanto à IA quanto ao PARNAMAR dos Abrolhos: decretos; Plano de Manejo do Parque; Plano de Uso Público do Parque (PUP); diretrizes para visitação em UCs, documento do ICMBio com conteúdo e conceitos básicos sobre IA; documento do plano interpretativo do Parque; relatoria da oficina do PI do Parque, entre outros.

Quanto ao período de observação assistemática, este se iniciou em janeiro de ano de 2021 e se estendeu até janeiro de 2022, e aconteceu no território de inserção do Parque, Caravelas - BA, onde se situa o Centro de Visitantes da UC. Esse município é o local de moradia dos servidores do ICMBio e de grande parte de seus parceiros institucionais, bem como onde ocorrem as saídas embarcadas com turistas para o Parque. Esse tipo de metodologia é mais utilizado em estudos exploratórios e não tem planejamento e controle elaborados de forma antecipada (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 192). Destaca-se que este foi apenas um dos métodos de aquisição de dados utilizados, cujo objetivo foi aproveitar e sistematizar o conhecimento obtido através de experiências casuais dos pesquisadores na área, sem determinar aspectos relevantes a serem observados e os meios para isso.

Para atingir o principal objetivo do trabalho, as entrevistas foram essenciais para compreender a percepção dos envolvidos e, a partir disso, para emergir o diagnóstico qualitativo. Para esclarecimento, as oficinas de elaboração do PI contaram com a presença institucional do ICMBio e de colaboradores locais que representaram instituições parceiras do Parque. Participaram dos encontros a equipe técnica ampliada de IA, vinculada à CGEUP do ICMBio, contendo três servidores públicos; o gestor do Parque na época; além de diversos colaboradores representando treze instituições parceiras do Parque.

Dentre elas, Instituto Baleia Jubarte; Conservação Internacional; Movimento Cultural Arte Manha; Câmara Técnica de Turismo da Costa das Baleias; Secretaria de Turismo de Caravelas; Secretaria de Cultura de Caravelas; Empresas Autorizadas para Visitação Comercial no Parque; Condutores de Visitantes do Parque; Conselheiros do Parque; RESEX Cassurubá; Natura Ecoturismo; Rede Abrolhos; e Universidade Federal do Sul da Bahia.

Foi utilizada, então, uma amostragem intencional dos envolvidos e optou-se por dividir as instituições/organizações que participaram da oficina e que ajudaram na elaboração do PI, entre os três setores da sociedade, apenas como meio de organização de coleta de dados, não tendo nenhuma intenção de separar os resultados por esses setores. Esta seleção dos interlocutores se deu pelo critério de participação direta e pela relevância deles na elaboração e na participação no processo, segundo critérios indicados na literatura (BAUER; GASKELL, 2002), juntamente com a indicação destes atores pelo gestor do Parque na época do PI.

A inclusão dos três setores da sociedade ocorreu da seguinte forma: foram escolhidos dois representantes do primeiro setor, dois do segundo, e três do terceiro; considerando ainda que pelo menos um dos atores de cada setor teria que ser uma pessoa nativa do local. Ademais, escolheram-se dois representantes institucionais do ICMBio: o gestor do Parque na época da oficina do PI e um representante institucional

da equipe técnica ampliada de IA do ICMBio, que atuou na facilitação das oficinas. No total foram nove entrevistas. Neste artigo, quando tratarmos de “ICMBio”, significa dizer que os dados vieram dos dois entrevistados dessa instituição.

As entrevistas ocorrerem no mês de abril do ano de 2022 e tiveram duração de cerca de 45 minutos cada; os dados coletados foram armazenados em um gravador e em anotações manuscritas. As perguntas foram feitas verbalmente em uma ordem prevista, mas foram acrescidas de perguntas de esclarecimento (LAVILLE; DIONE, 1999, p. 188). Quanto à realização, as entrevistas se dividiram entre presencial e remotas, respeitando a ausência de alguns entrevistados que se encontravam fora do território de pesquisa, ou que, mesmo estando presente no território, optaram pela entrevista remota e tiveram sua vontade respeitada.

A perspectiva teórica escolhida para análise dos dados coletados foi a educação ambiental (EA) crítica, proveniente da Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis (BRASIL, 2012), que forneceu a chave avaliativa aqui utilizada: quanto mais uma prática reflete os princípios da EA crítica, mais ela será capaz de transformar valores sociais e de enfrentar os problemas da atualidade. Nos balizamos nos princípios da EA crítica, considerando que esta se direciona para a desconstrução de um senso comum de ecologia e EA apolítica, moralista e comportamental, importante no caminho da transformação social (DE LUCA & LAGAZZI, 2016, p. 164).

Assim, o que nos importa mais neste trabalho é a proximidade do PI com os princípios da EA crítica. Isto é, em relação à questão da participatividade, nos interessa saber se o processo de elaboração do PI foi democrático no sentido de contemplar os atores necessários; se houve oportunidades para eles serem ouvidos; se ocorreu participação dos mesmos no processo de decisão; e se foi criado o sentimento de pertencimento ao território.

Quanto à questão da oportunidade de aprendizagem e de desenvolvimento de consciência crítica, buscamos entender se o processo incentivou as pessoas a pensarem, a se questionarem, a desnaturalizarem coisas que parecem óbvias, e a se indignarem com aquilo que é contra a vida. Caso assim tenha sido, finalmente, compreender se o processo foi capaz de expandir a consciência socioambiental e a sensibilização ecológica e social das pessoas participantes.

Para tratar os dados coletados, realizou-se a produção de material de análise que derivou das entrevistas realizadas. Isto possibilitou aprofundar a compreensão da percepção dos entrevistados sobre as oficinas do PI do PARNAMAR dos Abrolhos, no intuito de entender o que foi falado pelos participantes (MORAES, 2003).

Assim, adotou-se a análise textual discursiva (ATD) como método de análise: as entrevistas individuais foram separadas em cinco etapas, conforme Moraes (2003). Foram elas, 1) Unitarização: separar os textos em partes e criar unidades de significados (categorias); 2) Categorização: reunir as unidades de significados semelhantes; 3) Descrição; 4) Interpretação; e 5) argumentação. Inclusive, algumas categorias foram criadas antes das coletas de dados, mas houve maior clareza dessas unidades de significados após as entrevistas, no processo de unitarização dos textos, sendo criadas até mesmo novas categorias.

Como reflexo dessas etapas, os resultados das análises foram divididos em partes para melhor compreensão dos dados coletados, sendo: 1) Contexto histórico e institucional da IA no Brasil até a elaboração do PI do PARNAMAR dos Abrolhos; 2) Percepção dos participantes a respeito do processo participativo da elaboração do PI do PARNAMAR dos Abrolhos, subdividida em a) sobre as motivações para a participação na elaboração do PI, b) representatividade, c) sobre a quantidade de dias, d) engajamento, e) sobre o sentimento de pertencimento; e 3) oportunidade de aprendizagem e de desenvolvimento da consciência crítica, subdividida em a) ICMBio e b) Colaboradores.

Resultados e Discussão

Contexto histórico e institucional da IA no Brasil até a elaboração do PI do PARNAMAR dos Abrolhos

O PARNAMAR dos Abrolhos foi criado em 1983; porém, foi somente oito anos depois de sua criação, em 1991, que o Parque teve seu Plano de Manejo (PM)[34] concluído (IBAMA, 1991). Neste houve aparição da IA, que culminou quase duas décadas depois no desenvolvimento do PI do Parque dos Abrolhos. Esta escala temporal, apesar de longa, tem um contexto institucional que envolve a IA nos anseios dos objetivos das UCs no país. Afinal, as ações voltadas para IA no ICMBio foram fortalecidas nos últimos anos; como resultado, três PIs foram elaborados para UCs federais distintas, dentre eles o PI dos PARNAMAR dos Abrolhos.

No entanto, para que haja uma real noção do contexto do PI do Parque dos Abrolhos, é preciso, antes, fazer um resgate do processo de desenvolvimento institucional da IA no Brasil, no âmbito dos órgãos públicos competentes. Dessa forma, a ideia desta seção é fazer um breve relato histórico sobre a evolução da IA contida nos principais documentos legais que nortearam a atividade no Brasil, e mostrar as circunstâncias que estão ao redor do PI do PARNAMAR dos Abrolhos.

Nesse contexto, a primeira aparição formal da IA relacionada a APs aparece no Regulamento de Parques Nacionais, mais especificamente no decreto 84.017 de 21 de setembro de 1979 (BRASIL, 1979). Naquela época, a nominação ainda não era IA; utilizava-se apenas “interpretação” ou “interpretação da natureza”, sendo esta uma atividade a ser realizada nos Centros de Visitantes dos Parques Nacionais ou mesmo ao ar livre, em trilhas, mirantes etc.

No ano de 1991, foi desenvolvido o PM do Parque dos Abrolhos, cujo propósito geral é de “preservar ambientes naturais e os recursos genéticos” e ao mesmo tempo facilitar pesquisa científica, a EA e proporcionar recreação (IBAMA, 1991, p. 53). Nesse PM, a IA aparece como um dos objetivos específicos para a zona primitiva[35] do Parque: “proporcionar temas de pesquisa científica, monitoramento, educação ambiental, interpretação ambiental e recreação, sem qualquer interferência no meio” (IBAMA, 1991, p. 54). Na divisão dos “Programas de Manejo”, as atividades foram reunidas por grupos de afinidades, cabendo então ao PUP estar responsável pelo “Subprograma de IA”, juntamente com os subprogramas de Recreação e Lazer, EA, e Relações Públicas.

Como objetivos e resultados esperados, o Subprograma de IA ficou responsável por: proporcionar aos visitantes maior compreensão do meio ambiente e suas inter-relações, tornando as visitações mais agradáveis e proveitosas; fazer com que os visitantes compreendam as razões das práticas conservacionistas e pelas quais a área é um PARNA; promover o entendimento das pessoas sobre o papel conservacionista do órgão ambiental; conscientizar o visitante sobre a importância do meio ambiente; e aumentar o respeito dos seres humanos pela natureza (IBAMA, 1991, p. 74). Para além, o Subprograma também anunciou uma série de ações e atividades de IA a serem lançadas na UC, como passeios interpretativos em ilha, organização do CV e exposições, produção de material interpretativo, além de elaborar o Plano de Uso Público (PUP) do Parque.

Criado em 2003, este PUP tem como objetivos preparar o Parque para o uso do público, de forma que fique garantida a conservação de seus recursos naturais e histórico-culturais; haja estratégias de sensibilização; seja proporcionado maior conhecimento da UC e de seus objetivos conservacionistas; e haja retorno de benefícios para as populações locais (MMA, 2003, p. 7). Ele ainda indicava a intenção de aproximar as pessoas locais, que habitam o redor do Parque, com as atividades da UC relacionadas ao uso público, dentre elas a atividade de IA.

Nesse contexto, três anos antes do PUP do Parque ser elaborado, as áreas naturais protegidas brasileiras passavam por uma grande reformulação que

acarretaria mudanças significativas na maneira como o país iria lidar com suas APs a partir de então. No ano de 2000, foi criado o SNUC (BRASIL, 2000); uma de suas características exclusivas foi a divisão das APs em dois grupos, por sua vez subdivididos em doze categorias que distinguem seus objetivos entre si: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável.

Como demonstrado por Creado e Ferreira (2011), o SNUC foi o resultado de um acordo entre o posicionamento de duas bases ideológicas conservacionistas: (1) as centradas na manutenção da biodiversidade, seja no enfoque sobre espécies e/ou sobre ecossistemas; e (2) as centradas na defesa dos direitos de grupos sociais ou povos, afetados, direta ou indiretamente, pelas Unidades de Conservação; sobretudo os categorizados como populações tradicionais.

Aqui é importante mencionar que, apesar de algumas dessas categorias incluírem educação, visitação e lazer, mesmo que dependendo de autorização prévia do órgão responsável pela administração da UC, a única categoria que prevê formalmente a IA dentro de seus limites, no documento oficial do SNUC (BRASIL, 2000), é o PARNA, reforçando a relevância de se estudar a atividade de IA nesse tipo de UC.

Sob um contexto de crescimento elevado em visitação de áreas naturais no mundo, e reconhecendo que o Brasil tem um forte potencial territorial para este tipo de turismo em UC, e ainda no intuito de reforçar os objetivos do SNUC, o MMA[36] lança, em 2006, as "Diretrizes para Visitação em UC" (MMA, 2006, p.10). Esse documento estabeleceu as diretrizes e normas para que as atividades de visitação sejam realizadas de maneira adequada, objetivando orientar ações de planejamento, gestão e implementação da visitação em UCs. Nesse cenário, o MMA finalmente estabeleceu uma definição nacional para IA: "uma maneira de representar a linguagem da natureza, os processos naturais, a inter-relação entre o homem e a natureza, de maneira que os visitantes possam compreender e valorizar o ambiente e a cultura local" (MMA, 2006, p.10).

Dentre as diretrizes gerais desse documento (MMA, 2006), há uma que indica a promoção e fortalecimento da participação, e a corresponsabilidade dos atores interessados no planejamento e gestão da visitação, ou seja, inclui a comunidade local, entidades representativas recreativas, operadoras de turismo e associações locais. Existe também a que promove a parceria da UC com os três setores da sociedade civil (MMA, 2006, p. 16), e outra para "envolver a sociedade local no processo de elaboração dos instrumentos interpretativos", o qual deve ser elaborado por equipe multidisciplinar (MMA, 2006, p. 17). Nesse processo, o ICMBio deve ser a instituição responsável em trazer, para junto de si, a comunidade local, ou seja, incentiva a formação de parceiras entre as UCs e os atores locais, no sentido de participação na tomada de decisões quanto ao que se refere às atividades de visitação.

Ainda considerando as Diretrizes para Visitação em UCs, em 2008[37], o ICMBio passou a reconhecer legalmente profissionais de UCs para desenvolver atividades de IA com os visitantes. O condutor de visitantes passa a ser um profissional que precisa ser cadastrado pelo órgão gestor da UC; ser capacitado e responsável pela condução em segurança dos visitantes. Já em 2016[38], essa normativa foi atualizada, exigindo que o ICMBio estimule a formação continuada dos profissionais de condução, incluindo princípios de IA.

Seguindo a agenda institucional do ICMBio, no intuito de melhores práticas para UCs, a IA aparece nas diretrizes para o manejo dos impactos da visitação estabelecidas no "Roteiro Metodológico Para Manejo de Impactos da Visitação" (ICMBIO, 2011). Esse documento é reflexo de uma conjuntura onde a visitação e os impactos ambientais em APs estão aumentando, e assim, considera a IA como um dos elementos norteadores das diretrizes para o manejo dos impactos da visitação (ICMBIO, 2011, p. 13).

Avançando na história, foi a partir de 2012, através da parceria do ICMBio com

o Serviço Florestal dos Estados Unidos, que foram realizados diversos eventos de capacitação e cursos para servidores no tema da IA (ICMBIO, 2018a). Nesse contexto, o ano de 2016 foi bastante significativo para a IA no Brasil, quando o ICMBio estabeleceu uma equipe específica para trabalhar e desenvolver a IA nas UCs do país, chamada de "equipe técnica ampliada de intepretação ambiental". Essa equipe é vinculada à Coordenação Geral de Uso Público e Negócios (CGEUP) e composta por dez pessoas, "com o objetivo de fortalecer e institucionalizar a interpretação do patrimônio protegido pelas unidades de conservação federais como ferramenta de comunicação e sensibilização da sociedade" (ICMBIO, 2018a, p. 66).

Adiante, financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional e pelo ICMBio, foi publicada, em 2018, uma abordagem inicial sobre IA, buscando inserir e desenvolver a temática em UCs federais. Foi definido que os objetivos interpretativos seriam divididos em três âmbitos: intelectual – oferecer o saber; emocional – oferecer a crença e o sentimento; e comportamental – estimular o fazer (ICMBIO, 2018a, p. 42). Essa divisão se refere à informação, sensibilização e ação dos visitantes, formando a base ideológica dos PIs do ICMBio.

Nesse documento (ICMBIO, 2018a), foram estabelecidos conceitos institucionais para a IA, definida como "um conjunto de estratégias de comunicação destinadas a revelar os significados dos recursos ambientais, históricos e culturais, a fim de provocar conexões pessoais entre o público e o patrimônio protegido" (ICMBIO, 2018a, p. 66). Também se determinaram cinco diretrizes que norteiam o conceito da IA no Brasil, cujo propósito é "sensibilizar a sociedade quanto à importância da conservação da natureza e das áreas protegidas" e "melhorar a qualidade da experiência do visitante e qualificar a visitação com fins educacionais" (ICMBIO, 2018a, p. 69). Assim, segundo o ICMBio, a IA se torna "uma ferramenta poderosa de sensibilização porque fala direto ao indivíduo e procura criar uma empatia e identificação pessoal entre o público e aquilo que queremos proteger" (ICMBIO, 2018a, p. 7)[39].

Nesse cenário, o ICMBio elaborou três PIs para UCs federais no Brasil: o PI da Floresta Nacional do Tapajós e o PI do PARNA de Anavilhanas, as quais foram unidades piloto para a elaboração de PI, com a participação da equipe técnica ampliada de IA dentro do processo de institucionalização da IA no ICMBio. Contudo, esses processos foram coordenados pela equipe do Serviço Florestal dos Estados Unidos (ICMBIO, 2018a, p. 46); enquanto isso, o PI do PARNAMAR dos Abrolhos foi o primeiro PI elaborado exclusivamente pela equipe do ICMBio. Sua finalidade é orientar o desenvolvimento de meios e serviços de IA que possibilitem que a experiência de conhecer o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos vá além do impacto da maravilhosa paisagem local (ICMBIO, 2018b, p. 3).

O processo de elaboração do PI do PARNAMAR Abrolhos ocorreu entre os anos de 2017 e 2018; além ter sido realizado, exclusivamente, pelo ICMBio, ele contou com a presença de colaboradores locais. Segundo um servidor do ICMBio, "o entusiasmo e sentimento de pertencimento em relação ao Parque, despertados por estes processos de discussão, já estão dando frutos e muitos mais virão a partir da implementação deste Plano Interpretativo" (BRASIL, 2018).

Abaixo é apresentado por meio de uma escala tempo todo este processo:

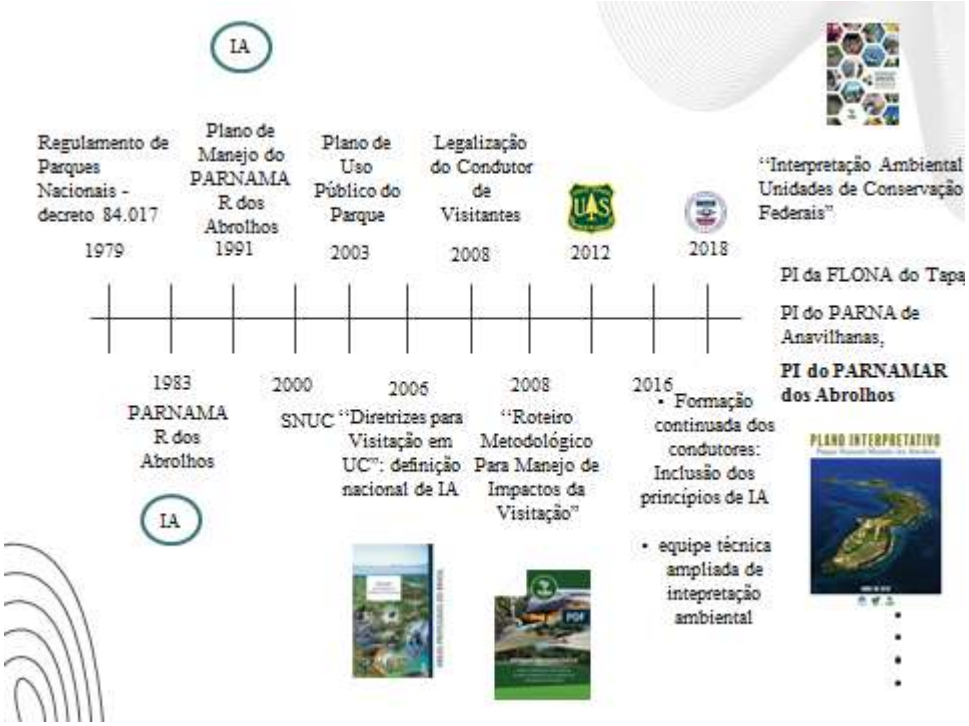

Figura 14. Contexto histórico da IA no Brasil

Esse movimento de elaboração se iniciou em junho de 2017, e seus produtos foram implementados em julho de 2018, tendo o processo participativo acontecido por meio de duas oficinas nos dias 12 e 13 de setembro de 2017 (ICMBIO, 2018b, p. 8). A lista dos envolvidos na elaboração do plano possui uma gama heterogênea de parceiros, explicitados na parte metodológica do trabalho; por isso, entender melhor esse processo é o motivo chave deste trabalho. Para Murta e Gooley (2002), por exemplo, os planos de IA com a participação da comunidade vêm se tornando uma praxe pela necessidade de o planejamento proteger e desenvolver um sentido de lugar, de transmitir seus valores, sua ecologia e sua história às novas gerações.

O conceito de IA considerado no PI do PARNAMAR dos Abrolhos foi o mesmo que a equipe técnica de IA considerou, ou seja, "um conjunto de estratégias de comunicação destinadas a revelar os significados dos recursos ambientais históricos e culturais a fim de provocar conexões pessoais entre o público e o patrimônio protegido" (ICMBIO, 2018a, p. 66). Ademais, esse PI surgiu diante de uma oportunidade enxergada pela gestão local da época do PARNAMAR dos Abrolhos, a partir do curso de IA e Excelência no Atendimento ao Visitante com os condutores do Parque, em 2017, o qual será mais bem esclarecido na próxima seção.

Diante deste resumo histórico, que envolve a IA e a visitação nas UCs do Brasil até o surgimento do PI do PARNAMAR dos Abrolhos, percebe-se a importância da IA para os objetivos das UCs, em especial para os PARNAs. Percebe-se também a intenção e o foco no desenvolvimento institucional da IA, considerando que até uma equipe técnica especializada foi criada para tratar do tema.

Finalmente, os PIs são os produtos mais atuais e desenvolvidos desse processo todo; compreendê-los é a forma mais adequada de seguir evoluindo dentro desse processo. Além disso, escutar os participantes colaboradores dele é o melhor e mais democrático método para estarmos mais próximos de uma visão local e pessoal do objeto estudado; é o que veremos a seguir.

Percepção dos participantes a respeito do processo da elaboração do PI do PARNAMAR dos Abrolhos

O foco do objetivo 2 deste trabalho esteve na participação das pessoas nos processos do PI voltado para UC de proteção integral em questão. Isto é relevante, porque utilizar os conhecimentos das pessoas locais, como fizeram Schumacher e Rodrigues (2020), é uma alternativa para valorização cultural e conservação da biodiversidade, ao mesmo tempo que promove o turismo como uma atividade geradora de impactos positivos e a participação, inclusive.

Reforçando essa ideia, conforme Ximenes (2015), todo o processo do programa de IA tem que ser participativo para que a ação educativa não esteja somente na atividade fim da IA, mas também no planejamento enquanto ação pedagógica. Isso deve ser garantido através da participação de diversos setores da sociedade, de forma a envolvê-los nos processos decisórios, garantindo efetivamente a participação da comunidade local em todo processo.

Essa visão confirma a notoriedade que a população local deve ter na elaboração de PIs, além da mensagem final dos produtos destinadas aos visitantes. Nesse sentido, a importância de "participar", para Limont e Fischer (2012), significa uma constante busca pela emancipação do sujeito; significa ser autor da própria história e exercer o papel de cidadania. Por fim, os autores apontam que esse processo depende de uma série de fatores, sobretudo a questão ideológica: as pessoas envolvidas precisam querer transformar a realidade não participativa que estão acostumados. Afinal, a comunidade normalmente não partilha as responsabilidades e o poder; ainda é preciso muito esforço para alcançarmos esta prática de gestão participativa institucionalizada.

Para melhor ordenar os resultados, esta seção foi dividida em cinco partes: a) sobre as motivações para participar da elaboração do PI; b) representatividade; c) sobre a quantidade de dias; d) engajamento; e) sobre o sentimento de pertencimento. Algo fundamental a ser esclarecido nesta seção é que todas as informações apresentadas nesta etapa (2) e na seguinte (3) foram extraídas das falas das pessoas que participaram do PI: tanto os servidores do ICMBio, representados pela gestão da UC na época e pela equipe técnica ampliada de IA, quanto os representantes de instituições colaboradoras do Parque, como descrito nos métodos do trabalho.

Obviamente que nós, os autores, fizemos seleções, ligações, contextualizações e interpretações próprias das falas dos sujeitos pesquisados, de modo a compor a unidade deste trabalho. Todavia, segundo nosso melhor juízo, procuramos manter a voz e o teor originais dos sujeitos pesquisados, muitos dos quais estão citados literalmente entre aspas, outras no texto corrido.

a) Sobre as motivações para participação na elaboração do PI

Segundo o ICMBio, a participação social é uma premissa da instituição e das UCs, até mesmo para metas de desempenho institucional: números de conselhos formados, reuniões ordinárias, aproximação da sociedade pelo programa de voluntariados etc. Foi por meio dessa perspectiva participativa que a equipe técnica ampliada de IA do ICMBio se motivou para incluir as pessoas no processo. Constatou-se que esse grupo prima pela participação e acredita ela é essencial em todas as frentes e processos de trabalho, para alcançar os diversos objetivos das UCs. Isso porque as pessoas locais conhecem o território, podem se engajar e desenvolver o sentimento de pertencimento neles.

Nessa perspectiva, ainda de acordo com a equipe técnica ampliada de IA, o PI é uma ótima oportunidade para engajar atores locais nas causas da UCs; é uma possibilidade, inclusive, das pessoas enxergarem a UC de outra forma. Contudo, o nível e a efetividade da participação local são muito dependentes da equipe local e de sua mentalidade. Isto é, ainda que as diretrizes gerais do ICMBio sejam homogêneas e estimulem a participação local, o engajamento social só vai mesmo funcionar se os profissionais da equipe técnica estiverem de fato comprometidos nisso.

A partir de 2012, após a formação e capacitação da equipe técnica ampliada

de IA do ICMBio, os próprios servidores passaram a ministrar os cursos de capacitação para condutores em UCs. Nesse contexto, e em um processo habitual de formação de condutores locais para o PARNAMAR dos Abrolhos, a gestão da UC entendeu que um tema pertinente com a realidade local era sobre os princípios da IA. Um dos motivos é que havia uma cultura muito cientifica da maneira como a visitação era tratada no Parque; por isso, houve uma decisão para que ocorresse a qualificação para essa atividade.

Então, dado o fato de que a cultura local e as histórias dos povos tradicionais habitantes dos arredores do Parque serem historicamente pouco ou nunca abordadas, segundo um relato, foi falado que essas pessoas possivelmente criaram receio de expor as verdades de suas histórias afora. Em contrapartida, nesse PI, segundo a equipe técnica ampliada de IA, a ideia era deixá-los à vontade e estimulá-los para que contassem livremente o que queriam. Um dos argumentos da equipe técnica é que: “isso, por si só, já seria capaz de trazer um sentimento de pertencimento de um público que muitas vezes foi colocado de lado nesse processo”. Isso além do estímulo pelo fato de saberem que poderiam influenciar uma política pública, bem como ao entenderem que poderiam interagir com o ICMBio e com outros atores do território: “Outros, pelo simples fato de saberem que podem influenciar uma política pública já pode trazer esse sentimento. Outros que entender que podem interagir com o ICMBio, com atores e tal. Isso por si só já pode criar esse sentimento (de pertencimento)”.

Assim, em 2017, a equipe técnica ampliada de IA do ICMBio foi convidada pelo PARNAMAR dos Abrolhos para promover um curso específico de IA que durou três dias, e que foi bem direcionado à realidade local. Nesse curso, foi percebida pela gestão do Parque uma oportunidade, tanto de disponibilidade de recurso institucional e de abertura do público participante (condutores de visitantes do Parque), quanto do interesse da gestão da UC em consolidar o processo por meio da criação de um PI para a UC. Isso serviria também, segundo a gestão local, como estímulo à transição para uma abordagem mais interpretativa e educativa da UC; foi aí, então, que surgiu o interesse e a oportunidade para a elaboração do PI do Parque.

Após a constatação da possibilidade de realização por parte da gerência do Parque, deu-se início à preparação do PI. De forma geral, parte dos convidados e participantes, indicados pela UC, foram identificados nesse curso prévio de IA, além de membros e instituições que faziam parte do Conselho do Parque. Apesar de não ter sido uma obrigatoriedade, ou seja, fazer parte do Conselho não era pré-requisito para participar, a maioria dos entrevistados soube das oficinas e do PI via Conselho.

Buscando representatividade, houve encontros prévios às oficinas com os participantes, além de um preparo específico da equipe local. As oficinas práticas com os atores duraram dois dias e foram organizadas por área de trabalho (social/ambiental) e afinidade com o que cada um trabalhava. Como resultado formaram-se grupos de trabalho onde o objetivo era coletar subsídios, resultando em um documento que, após análise e aprimoramento por uma equipe específica, teve sua versão final compartilhada com os participantes. Em seguida, eles deram novas sugestões e, finalmente, o documento final foi compartilhado com o conselho da UC para aprovação.

Entretanto, foi detectado que existiam possibilidades de melhorias na parte prévia das oficinas, pois há certo distanciamento entre um convite e, de fato, demonstrar a relevância das pessoas nos processos. Apesar do consenso de que a gestão da UC na época do PI prezava pela informação ampliada e pela participação das pessoas – algo que facilitou a aproximação da comunidade com o Parque –, um dos entrevistados relatou: “parte desses processos não tem uma fase de convencimento tão efetiva, pois uma coisa é convidar, outra é mostrar para as pessoas a importância delas nesses processos, contribuir e ter sua comunidade representada nas informações e coisas assim”. E continuou: “acho q falta mais elaboração nesse diálogo junto das comunidades e tal”.

Considerando o contexto local, a cidade de Caravelas - BA, por ter poucas oportunidades profissionais, torna o ecoturismo uma das possibilidades econômicas

da cidade. Por esse e outros motivos, pode-se dizer que, de forma geral, os atores participantes das oficinas e da elaboração do PI, dos primeiro, segundo e terceiro setores, relataram estarem animados e com boa expectativa em relação à possibilidade de participarem.

No entanto, é verdade que alguns atores que já estão no território há muito tempo sentem-se um pouco desestimulados e, de certa forma, menos empolgados; afinal, eles já presenciaram muitas ações que tiveram início e meio, mas que não tiveram continuidade. Segundo um entrevistado que já está no território há mais de duas décadas "muita coisa passa por Caravelas". Continuando: "Começa uma coisa, acaba o recurso e se desloca para outro local, afetando muito no engajamento das pessoas". A constatação é que não há continuidade nas ações. "Aí depois de um tempo vem outra pessoa que quer fazer, mas aí começa do zero. Então isso desmotiva muito a gente, até de participar".

Desse modo, é consenso a noção coletiva de que a participação popular é primordial para qualquer ação que possa influenciar a sociedade. Entretanto, entende-se que alguns critérios são necessários para que essa participação ocorra, como a representatividade de grupos, coletivos, ou instituições do 3º setor. Conforme um dos entrevistados, "é preciso uma representatividade ali, não dá para escutar cem pessoas".

b) Representatividade

Incluir a representatividade das pessoas é tão importante quanto aproximar a sociedade e as instituições, para que as mesmas compreendam a importância do Parque e seus objetivos. Isso tem que ser uma "via de mão dupla", ou seja, é necessário haver benefícios para todos os lados. Esse aspecto é muito significativo, pois, entre outros motivos, os conflitos no território têm sido diversos. Em relação a esse ponto, o estudo de Marques (2020) compreendeu os inúmeros conflitos ambientais que influenciam na territorialidade dos pescadores artesanais do complexo Caravelas e Nova Viçosa, território fronteiriço com o PARNAMAR dos Abrolhos.

Essas são algumas das razões da resistência da sociedade quanto às ações da UC, que visa a conservação e/ou preservação da natureza; contudo, houve um relato de que a resistência social vem diminuindo. Para um entrevistado, fazer a sociedade e as instituições compreenderem a importância do Parque é muito importante. Entretanto, segundo ele, "sempre houve resistência da sociedade, mas tem diminuído muito. Hoje, acho que tem um entendimento de que o Parque de Abrolhos é um gancho positivo". Logo, parece haver um entendimento de que o Parque pode sim trazer algo de positivo para a comunidade, especialmente quando se trata de um trabalho diferenciado.

Além do exposto no parágrafo anterior, há uma necessidade e preocupação em trazer líderes mais jovens para estes processos, envolvendo e capacitando a juventude para engajarem nesses desafios. Segundo um relato: "Estamos sempre falando para nós mesmos. Talvez, trazer gente mais jovem, talvez investir em outros líderes, e não ficar só naqueles líderes de comunidades que a gente conhece. Tem mais lideres por aí e achando eles a gente atrai mais gente". Corroborando com isso, outra pessoa afirmou que: "por isso que quando faço oficina eu provoco os jovens a falarem do seu lugar, dos sonhos, do que é belo e de como enxerga o mundo. Temos que encher os espaços de boas ações que acontecem nos lugares. Precisamos de mais lideranças jovens nesses processos".

Portanto, ficou claro durante as entrevistas que as pessoas convidadas para participar do PI foram escolhidas porque tinham certo envolvimento com o Parque: atividades ligadas ao turismo, à conservação, à ciência, à marinharia e afins. Nesse sentido, pode-se entender que o PI estava representativo, se considerarmos as pessoas e as instituições que usam o Parque de maneira direta para suas atividades. Entretanto, as pessoas entrevistadas também sentiram falta da representação da comunidade tradicional mais próxima, como associações de moradores, pescadores e marisqueiras. Segundo um relato: "a gente podia envolver mais a comunidade, as

associações, para gente tentar desenvolver um plano mais elaborado e ver o que podíamos fazer para gente agregar eles no plano. E isso ajudaria também a promover o sentimento de pertencimento deles no Parque".

Em relação ao parágrafo anterior, algo que foi ponderado é a importância de que esses representantes sejam legítimos, não os representantes políticos desses grupos, permitindo acreditar que há lideranças dentro desses grupos que não são tão efetivas quanto poderiam ser. Cabe ressaltar que os entrevistados sentiram falta da participação da Marinha do Brasil no processo. Ainda sobre à representação das associações locais, é preciso considerar que há uma Reserva Extrativista (RESEX) no território próximo ao Parque.

Historicamente, essa coexistência é motivo para muitos conflitos socioambientais, uma vez que as duas UCs pertencem a grupos distintos (Proteção Integral *versus* Uso Sustentável), e possuem um histórico de criação conflituoso, conforme demonstra Barros (2017, p. 4). Segundo essa autora, "desta forma, apesar do Parque ser uma área oceânica, seus limites atuam como um cenário de disputa entre ações preservacionistas e atividades pesqueiras de comunidades tradicionais da região de seu entorno". Isto é, o conflito que envolve os pescadores artesanais da região e o PARNAMAR dos Abrolhos é caracterizado pela disputa territorial e pelo uso dos recursos (Barros (2017, p. 8).

Sobre as diferenças entre as UCs em questão, o Parque apresenta regras mais severas quanto à presença humana e não há permissão para uso e exploração dos recursos naturais. Em contraste, a regulamentação da RESEX permite que os beneficiários possam extrair, de forma sustentável e regulada, os recursos da UC, conforme previsto no SNUC (BRASIL, 2000). Assim, uma grande parcela da população da RESEX depende da pesca para extrair seus alimentos e para proporcionar renda para suas famílias.

Logo, a cultura local é bem voltada para a pesca e atividades afins; daí a opinião de alguns entrevistados de que as oficinas eram uma boa oportunidade para promover maior integração com os grupos tradicionais extrativistas. Vale relembrar que atualmente as UCs federais locais: PARNAMAR dos Abrolhos e a RESEX do Cassurubá fazem parte de uma gestão integrada – NGI Abrolhos.

Com base no que foi discutido, a constatação que fazemos aqui é que, mesmo que esse grupo de pessoas – os atores nativos locais compostos por uma comunidade tradicional que guarda na memória a cultura do território – não seja o foco das ações do PI, eles têm um entendimento territorial e regional que pode auxiliar em muitos temas; mesmo uma atividade lúdica que pode ser abordada numa visita. Este é, inclusive, um dos princípios da EA contido no Tratado de Educação Global para Sociedades Sustentáveis (BRASIL, 2012), que considera o dever da EA de recuperar, reconhecer, respeitar, refletir e utilizar a história das culturas locais, bem como promover a diversidade cultural, lingüística e ecológica. Logo, entendemos que poderia haver maior inclusão de pessoas da comunidade nas oficinas, mesmo que não estivessem diretamente ligadas com o turismo no Parque.

No caso em análise, porém, foi constatado nas entrevistas que há uma parcela da comunidade mais resistente e que não participa de reuniões e eventos, mesmo sendo convidados. Muitos desses grupos locais não têm interesse em participar desse tipo de processo e ação, fato que não colabora para uma tentativa real de democracia e difusão do conhecimento. Em suma, não é possível atingir as metas de conservação e de sensibilização das pessoas se "estamos sempre falando com nós mesmos", "porque são sempre as mesmas pessoas", como relatou uma entrevistada.

c) Sobre a quantidade de dias

Houve diversas opiniões em relação ao tempo que foi disponibilizado para elaboração do PI. Apesar de considerar que os dois dias de oficina foram suficientes, a equipe técnica ampliada de IA do ICMBio propõe que o ideal é ter mais dias prévios às oficinas para que os participantes possam entender melhor o que é IA e o que é um PI. Segundo eles, isso ajudaria as oficinas a serem mais bem aproveitadas e

eficazes para todos.

Nessa perspectiva, apesar de concordar com o tempo que foi disponibilizado, um dos entrevistados afirmou que deveria ter tido mais engajamento naquilo que todos se propuseram a fazer. Para ele, “muita coisa ficou parada”. Apesar disso, ele entende que há parcela de responsabilidade sobre eles mesmos em relação a isto: eles propõem uma coisa e, quando não são cobrados, deixam de lado. Muitas vezes, existe até um prazo, mas nem todos se engajam; segundo ele, isso “é algo normal quando se trabalha com muita gente, né?!”.

Para outro entrevistado, no momento das oficinas, ele considerou a quantidade de dias suficiente; porém, hoje ele percebe que faltaram outros encontros após aquele momento. Para ele, são necessários novos momentos para avaliar se o que foi proposto está indo bem e conforme o planejado. Enquanto isso, para um grupo de pessoas ouvidas, dois dias claramente não foram suficientes. Apesar de entenderem que o processo, como um todo, tenha sido bem “provocativo” – no sentido de estimular as pessoas a se engajarem e participarem, bem como de ter “provocado” uma sensação de que era possível fazer diferente do que faziam anteriormente, fazer algo melhor –, eles consideram que dois dias são insuficientes para abarcar tudo. Sobretudo, porque dois dias “é tempo para brotar o desejo, mas não é tempo para gerar aprendizado de verdade”, conforme a fala de uma pessoa que contesta o tempo para se trabalhar o componente educativo.

Algo que também precisa ficar claro é a decepção das pessoas quanto à continuidade do PI após as oficinas. Aqui é importante fazer uma ressalva, pois esta crítica, apesar de incluir o PI, extrapola para outros processos participativos do ICMBio que envolvem a sociedade, de forma geral. Isto é, embora tenha despertado um sentimento nas pessoas “de fazer”, um desejo de contribuir e um engajamento, foi falado que há certa insatisfação pela falta de continuidade. Algumas razões que levam às pessoas a não deixarem de participar são as condições não favoráveis e a falta de tempo para estarem ali contribuindo – muitas não podem largar o trabalho para estarem presente. De qualquer forma uma pessoa, que considerou dois dias muito pouco relatou que: “na época a gente manifestou, como participantes, a necessidade de ter continuidade nesse processo, inclusive convidando parceiros a participarem de uma coisa mais continuada”.

De qualquer modo, os entrevistados não se lembram de outros encontros para tratar do PI, especificamente, depois das oficinas. Um deles chegou a falar que “teve engajamento forte durante a convivência dos dois dias, mas depois disso, infelizmente, esfriou a ponto de ficar esquecido”. Contribuindo com esta expectativa, para outro, “Talvez devessem ter provocado mais os debates e avaliações e revisões”.

Isso evidencia a descontinuidade do PI ou, pelo menos, a falta de interesse por parte dos envolvidos. Então, houve críticas quanto à falta de debates, avaliações e revisões pós-oficinas, pois era preciso uma continuidade devido à complexidade do tema. No entanto, existiu também o entendimento de que os próprios atores, no caso os membros do conselho do Parque, falham muitas vezes, quando se trata de não cobrar e não se movimentar.

d) Engajamento

Um dos critérios de avaliação da participação das pessoas no processo de elaboração do PI foi o engajamento que tiveram nos dois dias de oficinas; porém, esse engajamento foi percebido já antes dessas oficinas. Como já mencionado, o desejo da criação do PI surgiu após o engajamento e a empolgação que os condutores de visitantes manifestaram no curso de IA fornecido pela gestão do Parque.

Nesse sentido, houve certo consenso entre os entrevistados quanto à contribuição positiva em relação à motivação, à “provocação da equipe técnica ampliada de IA no processo do PI e nas oficinas quanto ao engajamento dos colaboradores”. Segundo um relato, “isso foi muito importante e interessante porque, geralmente, os órgãos governamentais precisam ser ‘estigados’ para fazer as coisas, mas foram eles que provocaram esse produto”.

Assim, percebeu-se que houve um grande engajamento da maioria dos participantes, mesmo dos atores que não eram condutores de visitantes do Parque; apesar de alguns terem engajado mais que outros. Um dos entrevistados foi além dizendo que “foi um momento até festivo, de empolgação, de pensar nas oportunidades”; logo, ficam nítidos a vontade e o interesse das pessoas em contribuir.

Em relação às pessoas que não estavam tão engajadas no processo, apesar da inexistência de relatos de não contribuição ou não participação, talvez elas tenham apresentado certas dificuldades com o tema. Outra possibilidade inclui as pessoas que não trabalhavam diretamente com o turismo, como é o caso das pessoas que trabalham com marinharia; esse pode ter sido um dos motivos para certo distanciamento ou pouco engajamento. Ainda, outra opção, que foi abordada na seção anterior, é o histórico de algumas pessoas terem certo receio de se abrir e externalizar o que pensam e sentem.

Por fim, um fator interessante em relação ao engajamento é o sentimento de valorização das pessoas, que pode influenciar à dedicação pessoal de cada um. De forma geral, é evidente que as pessoas se sentiram valorizadas ao fazerem parte desse tipo de processo, por terem a oportunidade de colocar suas experiências “para fora”.

e) Sobre o sentimento de pertencimento

Intimamente conectada ao engajamento, a participação das pessoas nesses processos é importante para que elas conheçam melhor o lugar que habitam, as pessoas e as instituições locais, além de se apropriar desse lugar. Então, uma das características avaliativas do processo que envolveu a elaboração do PI do Parque foi o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento ao Parque e um empoderamento das pessoas com as questões relativas à UC.

É possível que o processo de elaboração do PI, ou mesmo somente as oficinas, tenha colaborado para que os participantes desenvolvessem algum sentimento de pertencimento ao Parque; ao menos ajudado no processo de percepção pessoal de que o Parque é de todos. **“**A participação das pessoas nesse PI pode ter provocado no lado profissional um orgulho maior por também fazer parte disso”: essa é a constatação de um dos entrevistados, que expressou sua percepção quanto à questão do sentir-se pertencente ao Parque dos participantes do PI.

Entretanto, de forma geral, os participantes consideram que tiveram oportunidade e abertura para se expressarem. Segundo eles, se sentiram ouvidos no processo, participando e colaborando com ideias de cunho pessoal e institucional para os objetivos do PI. Ainda segundo o relato de um deles, teve espaço para contribuições das particularidades, ou seja, cada um na sua área de atuação; por exemplo, os mergulhadores contribuindo para as trilhas submersas e os cientistas com seus conhecimentos e pesquisa.

Até mesmo a instituição que cada participante representava tirou proveito; um exemplo fornecido em uma das entrevistas foi uma parceria institucional, na qual um bolsista GEF MAR atuante no Parque foi inserido em um projeto socioambiental de uma ONG que promovia a ciência para alunos do Ensino Médio da cidade de Caravelas. Isso demonstrou a aproximação entre o Parque, as escolas e a comunidade.

Inclusive, algo bastante contado nas entrevistas, foram as técnicas usadas nas oficinas, pois a metodologia aplicada despertou o interesse das pessoas: conforme os relatos, ela era “provocativa”, no sentido de ajudá-las a terem mais oportunidade de expressarem o que “sentiam” em relação aos temas abordados, de participarem do debate e de se sentirem pertencidas na construção do PI. Uma das falas que comprova isto é que “esse grupo de trabalho (equipe técnica ampliada) tinha o cuidado de buscar lá dentro das pessoas essas informações, mesmo que através de dinâmicas que apresentassem diferentes possibilidades”.

Nesse sentido, um condutor de visitantes do Parque relatou que “após esse momento, de uma visão diferenciada da IA, eu mudei meu trabalho, aprimorei, por

motivações coletivas e individuais, e usei parte do conhecimento ou das provocações para melhorar e fazer um serviço mais alinhado, especialmente voltado à parte de sentimento do que a interpretação técnica científica". Tal declaração demonstra o impacto positivo, como profissional, que o trabalho realizado durante as oficinas teve nessa pessoa, em termos de resultados.

Contudo, sob outra perspectiva, um entrevistado afirmou que apenas o PI não foi capaz de mudar a percepção das pessoas quanto ao ICMBio e ao Parque, tampouco de aproximar as relações entre as instituições. De acordo com a mesma, para que isso aconteça, é preciso que seja conduzido um processo mais amplo e continuado, considerando o PI como uma das "engrenagens" desse processo de aproximação entre as pessoas, o Parque e entre instituições locais.

Seguindo essa linha, outra visão crítica de um entrevistado, também não tão positiva, é que, "quando existem muitas pessoas envolvidas, as atividades não fluem, pois o processo fica menos dinâmico e com menos tempo para as pessoas se expressarem". Em concordância com essa afirmação, apesar de entender a importância do evento, um entrevistado mencionou que "um evento desses é muito pouco, quando nada para mudar a concepção das pessoas". O argumento dele é que, para que a comunidade comece a se sentir pertencente ao Parque, e não inimigos, é preciso um trabalho de longo prazo; essa perspectiva corrobora com a ideia de que o PI funciona como uma "engrenagem" do processo de aproximação das pessoas ao Parque e entre as instituições locais.

Oportunidade de aprendizagem e de desenvolvimento de consciência crítica

Um dos pontos importantes desta pesquisa é analisar se o processo de elaboração do PI foi capaz de criar oportunidades de aprendizagens e de desenvolver a consciência crítica dos participantes durante o processo de elaboração do PI. Segundo Quintas (2004, p. 16) "nesta concepção, o esforço da Educação Ambiental deveria ser direcionado para a compreensão e busca de superação das causas estruturais dos problemas ambientais por meio da ação coletiva e organizada".

Assim, uma das metas deste trabalho é contribuir para a avaliação de se e como a EA pode ser um instrumento para a promoção das mudanças sociais que os problemas ambientais exigem. Visando isso, esta seção foi separada em (a) ICMBio, onde estão apresentados os resultados obtidos sob a visão institucional; e (b) Colaboradores, onde encontram-se as opiniões dos colaboradores entrevistados – provenientes dos três setores da sociedade e que participaram do PI – sobre as oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento crítico das pessoas.

a) ICMBio

Inicialmente e de forma breve, será descrita a diferença entre EA e IA na perspectiva do ICMBio, para logo esclarecer este ponto importante do trabalho. Assim, institucionalmente, há duas equipes separadas, segundo a equipe técnica: uma trabalha com a EA e outra com a IA, as quais são estratégias distintas e, formalmente, não estão vinculados entre si. Nesse sentido, segundo relatado, ambas as equipes vêm discutindo fortemente sobre suas temáticas e têm concluído que a EA é um processo, enquanto a IA é algo pontual, um momento; esta não precisa ser considerada um processo, apesar de haver indicação para que a IA seja trabalhada dentro do processo de EA, tornando a ação mais "rica" e "efetiva".

Portanto, uma das motivações iniciais da IA, segundo a equipe técnica, seria: "como eu posso provocar aquele público naquele momento?", configurando a IA como uma ferramenta que pode atingir o seu público. Aqui, o intuito é comunicar algo numa linguagem amena, para despertar a curiosidade das pessoas e sensibilizá-las por algo. Isto é, para o ICMBio, um dos propósitos do PI é fazer com que as pessoas "pensem", "sintam" e "ajam", como definido pela instituição.

Nela, os objetivos interpretativos foram divididos em três âmbitos: intelectual – oferecer o saber; emocional – oferecer a crença e o sentimento; e comportamental – estimular o fazer (ICMBIO, 2018a, p. 42). Conforme a equipe técnica, "muito disto,

sem dúvida, está totalmente alinhado com a EA"; por isso, um dos objetivos é sensibilizar as pessoas nas oficinas para que as mesmas saiam "provocadas" daquele momento: esta é a visão do ICMBio.

Ademais, a equipe técnica ampliada de IA entende que a ideia do PI é uma oportunidade para a sensibilização das pessoas, por causa do reflexo e da importância que isso tem na conservação de toda a região, além dos inúmeros benefícios que o Parque traz, tanto para a sociedade como para a biodiversidade. Isto é, através da IA, a UC revela e "comunica para as pessoas essa importância toda", como relatado.

Todavia, como esperado, esse momento não foi visto pela equipe do ICMBio como um processo de educação profunda ou um momento de grande potencial de transformação das pessoas, apesar das oficinas "mexerem muito" com todos os participantes e terem um importante papel. Isso porque elas são vistas, sim, como um começo do processo de transformação, um início; ou melhor, como muito falado por todos nas entrevistas, "uma provocação".

Ainda segundo o ICMBio, esses dois dias de oficinas ajudaram as pessoas a refletir sobre o todo; até porque, para que a mensagem final do produto interpretativo chegue ao visitante, é preciso que esses atores, participantes das oficinas, sejam sensibilizados também. Contudo, as observações e entrevistas de nossa pesquisa mostraram que os próprios participantes das oficinas reconhecem a necessidade de uma continuidade do processo para que os resultados sejam duradouros e transformadores.

b) Colaboradores

Como abordado anteriormente pela equipe técnica ampliada de IA, o parque tinha uma linguagem focada no aspecto técnico-científico, e os colaboradores entrevistados confirmaram que este trabalho de elaboração do PI trouxe uma visão "mais humanizada de receptivo e IA do Parque", segundo um relato. Nesse ponto, para maior esclarecimento, o termo "receptivo", muito utilizado no setor de turismo, traz a noção de receber os visitantes. Dessa forma, transmitir o conhecimento científico de forma popular é fazer com que ele alcance às pessoas de forma mais oportuna: esse é um dos potenciais que os territórios das UCs possuem nos processos de reflexão, sensibilização e conscientização sobre as crises socioambientais planetárias.

Nesse sentido, Zaú (2014, p. 294), ao refletir sobre a importância de alguns aspectos da biologia da conservação para se pensar o turismo sustentável e o ecoturismo – e ainda fortalecer a conservação das APs –, afirma que "detalhar e difundir conhecimentos ainda restritos a determinadas áreas da Ciência, como a Ecologia e a Biologia da Conservação, é essencial para o adequado manejo e gestão do Turismo ambiental, visto ser essa uma temática multidisciplinar". Essa posição reforça a ideia de comunicar os conhecimentos científicos para as pessoas em geral, e reafirma a importância de uma linguagem menos técnico-científica da IA, no intuito de popularização da ciência.

Parte dos colaboradores entrevistados afirmou que o processo de elaboração do PI, de forma geral, foi capaz de tocar as pessoas, confirmando que as técnicas da equipe do ICMBio foram "provocativas" e voltadas para o âmbito dos sentimentos. Segundo um dos entrevistados, as técnicas "diferentes" do que as pessoas estavam acostumadas tornaram o processo dinâmico, participativo integrado, e bem avaliado pelos participantes, que se sentiram estimulados não só racionalmente, mas emocionalmente também.

Esse estímulo emocional atingiu seu objetivo de incentivar os moradores locais participantes na valorização da UC para os turistas visitantes. Um dos entrevistados, por exemplo, mencionou que os participantes comentaram sobre se sentirem felizes por estarem em uma UC. Ademais, algumas pessoas também foram "tocadas" por isso, querendo até mostrar para os visitantes que eles mesmos, as pessoas locais, são felizes por trabalharem no território do Parque, e gostariam que os turistas

sentissem a mesma satisfação que eles.

Parece claro, a partir de nossas entrevistas, que o processo foi suficiente para sensibilizar as pessoas, mas não avançou muito, além disso. Isto é, ao estimularem os participantes a expressarem seus sentimentos e experiências, e ao escutarem o mesmo dos outros, as oficinas despertaram um senso de importância dos temas abordados. Contudo, as observações e entrevistas de nossa pesquisa mostraram que esta sensibilização é ínfima no sentido de transformações pessoais mais profundas, conforme preconiza na EA crítica.

Segundo um relato: "essa sensibilização é pontual, mas pode provocar uma abertura de processo, e aí sim um processo educativo. Mas o trabalho mesmo ali, no meu entendimento, é pontual, o de sensibilização". Então, algo que pudemos inferir a partir das entrevistas com os colaboradores, é que o processo realizado na elaboração do PI teve um caráter de sensibilização pontual, momentânea; não uma educação mais profunda a ponto de se trabalhar os valores e princípios das pessoas.

Nas oficinas, pouco se trabalhou os princípios da EA, "até pelo pouco tempo que tivemos", segundo um relato. Ainda em relação à questão educativa, segundo esta pessoa, o que foi visto foi um pouco da EA não formal, ou seja, pensaram e trataram os temas de uma maneira não maçante, mas também com a oportunidade dos participantes repassarem o conhecimento e informação das oficinas para os visitantes, para que também se informassem.

Dentro dessa perspectiva, um entrevistado sugeriu que o PI deveria ter vindo do núcleo de EA do ICMBIO. Segundo ele: "é impossível pensar num processo desses sem pensar na multidisciplinaridade e a intercessão dessas polivalências". Isto é, para ele, alguém do núcleo de EA poderia contribuir muito nesse processo, porque eles já conhecem na prática as teorias e as ferramentas de EA. Ele enxerga que a existência da EA no processo de construção do PI foi algo indireto: "de repente foi feito de um jeito que não foi pensado chegar em tal lugar, como a EA faz, o que, talvez, a gente ganharia ao fazer relação de nexos e causas".

Outro aspecto que chamou atenção foi a fala de um entrevistado mencionando que o trabalho de sensibilização nas oficinas estava mais voltado para os visitantes, ao dizer que "esse, sim, que está usufruindo (visitante), levar com ele pra onde for". Esse relato ainda veio seguido de uma constatação de que "parte das pessoas que trabalham explorando o turismo em Abrolhos não se preocupam com processos educativos. Querem ganhar dinheiro com menos trabalho possível".

Nessa linha, um plano de ação que consta no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global é de "garantir que os meios de comunicação se transformem em instrumentos educacionais para preservação e conservação de recursos naturais, apresentando a pluralidade de versões com fidedignidade e contextualizando as informações". Se isso fosse levado em consideração, o PI poderia trazer bons resultados educativos para ferramentas de comunicação, tanto para os colaboradores do PI, mas também a mensagem final para os visitantes.

Então, para concluir esta seção, a impressão de alguns dos colaboradores entrevistados é que o processo de elaboração do PI deveria ter sido promovido pelo núcleo de EA do ICMBio. Segundo um colaborador do PI, "o núcleo de EA poderia contribuir muito (mais) nesse processo porque eles já conhecem na prática as teorias e as ferramentas de EA". O argumento dele é que, se eles utilizassem as teorias e as ferramentas de EA, tanto no processo de elaboração do PI quanto no produto final, o PI estaria preparado para alcançar mudanças mais profundas e significativas nas vidas dos participantes e, consequentemente, da comunidade local. Isso fica nítido no relato seguinte: "De repente foi feito de um jeito que não foi pensado fazer isso para chegar em tal lugar, como a EA faz. Essa visão eu acho muito importante nesse processo e talvez a gente ganharia fazendo relação de nexos e causas".

Considerações Finais

No intuito de alcançar resultados ambientais – sociais e ecológicos –, e crendo

na hipótese de que o ser humano faz parte da natureza e é capaz de influenciar o futuro da crise planetária, este trabalho se atenta a uma escala social. Nesse sentido, estratégias e ferramentas que aproximam a sociedade das áreas protegidas e de seus processos decisórios se torna o foco da pesquisa, pois consideramos que a participação da sociedade nos processos de decisão em UCs e a consciência ambiental desses atores são pontos fundamentais para mudanças paradigmáticas que necessitamos.

Assim, vimos que a IA vem ganhando certo destaque no setor de uso público de UCs federais e se materializando por meio dos PIs. Analisar como esta ferramenta vem sendo elaborada e apontar potencialidades para usos futuros foi uma das motivações para esta pesquisa. Desse modo, este estudo escolheu o caso o PI do PANAMAR dos Abrolhos para análise devido ao seu caráter pioneiro, sendo o primeiro PI realizado de forma autônoma pelo ICMBio e com a participação de colaboradores presentes no território do Parque.

Portanto, o objetivo geral foi fazer um diagnóstico qualitativo do caráter participativo do processo de elaboração do PI do PARNAMAR dos Abrolhos, a partir da percepção dos envolvidos. Com base nas perguntas da pesquisa, as respostas que encontramos foram divididas de acordo com os três objetivos propostos.

Primeiramente, de forma geral, o estudo demonstrou que o aumento da visitação turística em UCs no Brasil, junto com a preocupação do impacto negativo que isso pode causar à área, fez com que diversas medidas institucionais fossem adotadas pelo ICMBio. Essa movimentação institucional ocorreu no intuito de atender essa demanda dentro das áreas naturais protegidas brasileiras. Além disso, observamos que esse processo que envolve a IA no Brasil é relativamente recente: sua aparição foi em 1979, no Regulamento de Parques Nacionais; desde então, vem sendo considerada dentro de documentos legais e normas institucionais que orientam ações dentro das APs.

No ano de 1991, foi elaborado o PM do PARNAMAR dos Abrolhos e, na divisão dos Programas de Manejo, coube ao Plano de Uso Público ficar responsável pelo “Subprograma de Interpretação Ambiental” no Parque, no qual consta que a IA deve atuar como um ato libertador e de descoberta de novos valores. Contudo, apenas em 2006 foi que o MMA estabeleceu uma definição nacional para IA no documento “Diretrizes para Visitação em UC” (MMA, 2006).

Dentre essas e outras diretrizes gerais, há indicação para a promoção e fortalecimento da participação, além da corresponsabilidade dos atores no planejamento e gestão da visitação, que inclui os três setores da sociedade civil, além de envolver a sociedade local no processo de elaboração dos instrumentos interpretativos. Logo, incentiva a formação de parceiras entre as UCs e atores locais, no sentido de participação da tomada de decisões quanto ao que se refere a atividades de visitação.

Percebemos também que o Roteiro Metodológico para o Manejo de Impactos da Visitação, do ano de 2011, foi um importante passo no processo edificação da IA no país. O documento é reflexo de uma conjuntura em que a visitação em APs tem aumentado e os impactos negativos ambientais (sociais e ecológicos) também. Nesse contexto, emerge a necessidade de medidas que promovam maior equilíbrio entre visitação e impactos; assim, a IA se torna um elemento fundamental para a diminuição dos impactos dessa visitação, junto com a EA crítica.

A partir de 2012, através de parceria entre ICMBio e Serviço Florestal dos Estados Unidos, aponta-se que as atividades de IA apareceram no cenário do ICMBio. Como um dos resultados, em 2018, foi publicado um documento com uma abordagem inicial sobre a IA, buscando inserir e desenvolver a temática em UCs federais. Nele, foram estabelecidos conceitos institucionais e diretrizes que norteiam o conceito da IA no Brasil, tendo a IA como uma ferramenta institucional para sensibilização de visitantes das UC, de sensibilização para a instituição.

O conceito de IA ficou bem focado na questão estratégica de comunicação das questões ambientais, históricas e culturais, no intuito de provocar conexões entre o

público e o patrimônio protegido em questão. Além disso, as diretrizes direcionaram o conceito de IA para sensibilização das pessoas e para a conservação da natureza e das APs, bem como foco em melhorar a qualidade da experiência da visitação com fins educacionais. Surgem, então, dois Planos Interpretativos em UCs amazônicas, e o terceiro, referente ao PARNAMAR dos Abrolhos, sendo o primeiro a ser elaborado pela equipe do ICMBio em conjunto com colaboradores locais.

Em segundo lugar, ao analisarmos mais de perto o PI do PARNAMAR dos Abrolhos, no objetivo dois deste trabalho – com foco em olhar e ouvir as pessoas que participaram do processo –, algo que precisa ser reconhecido como um ponto positivo foi o pioneirismo da ação pela gestão local da UC. Como resultado, ela se tornou a primeira UC federal brasileira a realizar, de forma autônoma um PI, e com a participação da sociedade. Organizar uma ação de forma participativa, com colaboradores da UC, instituições, representantes da comunidade e pessoas de todos os setores da sociedade civil, juntas em prol de um objetivo e de uma política pública de uma UC, é algo que precisa ser bem relevado e exaltado.

O cenário para a construção deste PI era muito favorável, e a gestão da UC tem méritos por isso. Pois teve a sensibilidade de trazer um curso de IA para os condutores de visitantes do Parque, mas também de engajar os envolvidos para a realização de outro processo, que foi o PI. Assim, tiveram o que era necessário para a elaboração do PI: aproximação dos atores locais, engajamento e recurso. Com isso, a gestão da UC investiu esforço político para que o Parque pudesse realizar o PI, aproveitando as oportunidades para qualificar a IA na UC, além de contar com os técnicos que vieram e ajudaram a proporcionar as oficinas.

De forma geral, houve bastante engajamento da parte dos colaboradores participantes e foi unanimidade que todos se sentiram ouvidos e com liberdade e espaço para se colocarem nas oficinas. Entretanto, percebemos que houve um sentimento de falta de um melhor entendimento dos colaboradores nas oficinas sobre a IA. Uma sugestão seria um curso de capacitação de IA antes das oficinas e com todos os colaboradores que irão participar delas, para que a proposta do PI em si seja mais bem aproveitada, tanto para as pessoas quanto para o resultado final.

Outro ponto importante foi o entendimento de que, para a realização das oficinas do PI, dois dias oficias foram muito pouco. Apesar de proveitosos, esse período foi considerado insuficiente para se trabalhar algo tão esperado e importante como a IA do Parque. Para isso, pode-se pensar, por exemplo, numa carga horária mais ampla de oficinas, mas também incluir outros momentos.

Foi nítido, também, o entendimento de que seria importante ter envolvido mais pessoas da comunidade de Caravelas nas oficinas do PI, como as associações locais, as pessoas da cultura e os extrativistas da RESEX de Cassurubá. A explicação para isso é que poderia ter tido mais contribuição do conhecimento local e promoção do sentimento de pertencimento das pessoas locais com o Parque. Contudo, ao mesmo tempo, isso é um pouco contraditório, porque também foi falado que processos participativos são complexos e complicados. Portanto, é um consenso que incluir mais as comunidades do entorno do Parque nesses processos é importante; porém, também consideram que esses processos envolvendo muitas pessoas dificultam os resultados.

Apontar essa contradição é importante para o trabalho, porque nos mostra que ainda é preciso que os métodos participativos sejam desenvolvidos de forma a serem mais simples e produtivos, mesmo com muitos indivíduos participando. Sugere-se, então, mais eficiência dentro desses encontros e processos, ou seja, um aprimoramento dos órgãos competentes em metodologias participativas, para que possamos incluir cada vez mais as pessoas nos espaços de decisão desses territórios, mas de forma mais eficiente. Além disso, proporcionarmos mais possibilidades de aprendizagens e experiências para os facilitadores do processo, bem como estimular que sejam elaborados por equipes multidisciplinares, que trabalhem com uma visão holística e por meio da EA crítica.

Como apresentado no texto, há certo distanciamento histórico da comunidade

local com o Parque e vice-versa, mas uma das possibilidades que o PI poderia ter aproveitado é proporcionar este tipo de iniciativa na cidade, promovendo eventos em locais fora de territórios sob gestão do Parque, e organizando encontros e a divulgação nas comunidades.

Teria sido importante informar as pessoas que não participaram do PI da ocorrência das oficinas e do próprio PI, como meio de aproximação de pessoas que não foram convidadas e que, talvez, não tenham nenhuma relação com o Parque. Além do mais, lugares “neutros” podem atrair mais pessoas e fazer com que elas se sintam mais à vontade para se expressarem e participarem. Por isso, é importante que as ações sejam bem divulgadas, pois, como relatou um colaborador, “não podemos permitir que o mal esteja nas redes (mídias) o tempo todo e as boas ações fiquem caladas. Temos que espalhar o bem”, demonstrando a importância do processo, mas a relevância de ele ser melhor comunicado.

Entretanto, também foi notado que há uma parcela da comunidade mais resistente; mesmo tendo sido convidados a participar deste tipo de ação, não comparecem. Isso faz com que, na maioria das vezes, educadores falem com educadores, conservacionistas falem com conservacionistas, e assim sucessivamente. Consequentemente, fazendo com que não haja propagação das ações e das informações multidisciplinares, o que dificulta a sensibilização, a conscientização, a educação e a transformação social.

Logo, isso é reconhecido como um grande desafio, ou seja: como envolver mais a comunidade local e atraí-la para este tipo de evento e política pública? Uma possibilidade é promover a participação de mais jovens nessas ações, pois é preciso encontrar e investir em novas lideranças, com força e potência para ajudar a espalhar os resultados e as provocações desses encontros; são eles que darão continuidade às ações do presente.

Em todo caso, outro fato que afeta as pessoas locais é um histórico de muitas ações e projetos do tipo que ficam sem continuidade no território, seja por falta de recursos, de interesse, ou por outro motivo. Isso afeta consideravelmente o engajamento das pessoas, sendo um fator desmotivador para que elas participem de novas possibilidades. Por isso, focar na continuidade e ações desses projetos pode ser importante para garantir o engajamento dessas pessoas.

Outro ponto constatado nesta análise foi que houve falha na “devolutiva” do PI, ou seja, após as oficinas, muitas pessoas não escutaram mais sobre as ações do PI, tampouco houve um trabalho de avaliação dos produtos após oficinas. Entre os colaboradores, sequer se sabe se houve continuidade do processo, apesar de demonstrarem vontade para isso.

No mais, eles sentiram falta de ver os resultados em campo: para eles, enxergar essa materialização das ações é essencial, pois pode trazer estímulo e sentimento de dever cumprido, além da sensação de que o esforço não foi em vão, mas sim que o esforço coletivo foi primordial para o resultado final da proposta. Dessa forma, concluiu-se que a discussão e a finalização do processo do PI poderiam ser melhoradas.

Por fim, percebe-se que, apesar da participação ser algo que deve aprimorado, o surgimento desses espaços participativos em UCs, como do PARNAMAR dos Abrolhos, pode e deve favorecer o engajamento das pessoas locais com as questões da UC. Assim, estarão agindo tanto para a melhoria nas condições de vida das pessoas quanto para a conservação da natureza.

No terceiro objetivo deste estudo, ao analisar se o PI foi capaz de criar oportunidades de aprendizagem e de desenvolvimento de consciência crítica dos participantes, percebemos que a metodologia utilizada nas oficinas foi bem focada na “provocação”, destacando a atuação das ações na questão emocional. Nesse sentido, a equipe técnica ampliada de IA, juntamente com a gestão da UC local, foram muito bem avaliadas neste sentido, sendo frequentemente elogiadas pelos entrevistados.

Houve um entendimento de que as pessoas precisam se sentir parte do Parque e de seus objetivos; precisam participar de ações como o PI e ser ouvidas. Mesmo

assim, não será uma ou outra atividade que vai sensibilizar e transformar as pessoas em sujeitos com capacidade crítica de reflexão e ecológicos. Apesar das críticas nesse sentido, elaborar o PI do PARNAMAR dos Abrolhos permitiu um acesso de sensibilização, mesmo que pontual e momentâneo, dos participantes.

Isso já era esperado, conforme os relatos da equipe técnica ampliada de IA, que confirmaram que este processo não está vinculado com processos educativos profundos, pois se entendem como estratégias distintas, tendo até equipes distintas para cada uma das atividades, IA e EA. No entanto, o entendimento é que, ao desvincular o PI com o caráter educativo profundo e não estimular a construção de uma consciência crítica, perde-se uma ótima oportunidade para questionar valores e princípios da sociedade e, assim, de construir sujeitos éticos e políticos.

Portanto, esse PI não está de acordo com as mudanças que precisamos, voltadas para a edificação de sociedades sustentáveis. Nessa perspectiva, é preciso pensar um processo longo, contínuo e estável nas ações, participações e momentos democráticos; para isso, o PI deve se alinhar a outras políticas públicas, como a EA. Então, propõe-se a IA como uma ferramenta da EA crítica balizada nos princípios do Tratado de EA (BRASIL, 2012).

Como observado no trabalho de Mello-Affonso *et al*. (2022), para que a IA seja uma ferramenta que auxilie na grave crise socioambiental planetária que enfrentamos, é preciso que ela esteja alinhada aos princípios da EA crítica, ou seja, tenha uma percepção holística das “coisas” mundanas (submetido e aprovado para publicação). Dessa maneira, a IA poderia se configurar como um importante instrumento de formação cidadã, estimulando as pessoas locais e os visitantes a assumirem uma postura política mais ativa na defesa dos espaços naturais; fortalecendo uma transformação paradigmática capaz de melhorar a relação dos seres humanos com a natureza.

Além do mais, por fazer parte do órgão gestor da PNEA, espera-se que o MMA oriente-se pelas diretrizes do Tratado de EA (BRASIL, 2012) para ações e programas institucionais, o que inclui atividades voltadas para o uso público de UCs, como os PIs. Desse modo, uma vez que a IA seja tratada como uma ferramenta da EA crítica e balizada nos princípios do Tratado (2012), ainda, assumindo a busca por mudanças radicais, conforme recomenda Acosta (2019), ela será uma potente ferramenta para auxiliar os objetivos das UCs e a construção de um novo mundo.

Apesar de considerar que houve riqueza de dados e resultados relevantes, no sentido de responder a problemática proposta, a pesquisa teve algumas limitações que precisam ser consideradas. Primeiramente, é preciso ressaltar que tanto o período da pesquisa como parte do período de implementação do PI da UC foram bem complexos, por conta da pandemia da COVID-19. Em segundo lugar, as entrevistas não foram realizadas com todos os atores colaboradores, o que traria maior riqueza de dados. Por ser uma pesquisa qualitativa, que buscou profundidade, optou-se por fazermos divisão dos colaboradores entre os setores da sociedade e definiu-se os entrevistados buscando representatividade, conforme explícito no capítulo 2. Finalmente, algo que nos chamou atenção foi a fraca memória dos entrevistados em relação ao objeto de pesquisa – o processo de elaboração do PI, havendo possível confusão em alguns momentos das entrevistas; isso ocorria quando os entrevistados abordavam ações do Parque e projetos de maneira geral, se desvinculando do objeto específico de estudo e, algumas vezes, confundindo o os processos, práticas e políticas públicas.

Outro ponto importante a destacar é que este estudo, uma vez que teve foco na elaboração do PI, nas oficinas e em todo o contexto que envolveu a comunidade local, não teve como objetivo se aprofundar na etapa de aplicação do PI. Ou seja, como vem sendo implementado este PI?; Como as mensagens finais estão chegando aos visitantes do Parque?; Quais métodos, qual frequência, e qual abordagem que os guias, as empresas e os funcionários do Parque estão utilizando para passar as informações aos visitantes, fazendo com que a IA tenha um início, meio e que chegue aos turistas - que serão (ou não) sensibilizados e responsáveis por passarem as

mensagens e aprendizados adiante? Observou-se, por exemplo, que, atualmente, não há obrigatoriedade de se passar pelo CV do Parque ao visitar o arquipélago. Neste sentido, será que não se perde uma ótima oportunidade de utilizar um espaço para sensibilizar e educar os visitantes e facilitar a imersão nos seus objetivos?; Será que não se perde uma estratégica oportunidade de fazer com que os turistas cheguem, pelo menos, um dia antes da ida para o Parque e conheçam melhor a cidade de Caravelas e sua cultura, trazendo, inclusive, benefícios econômicos para a cidade, por exemplo? Desta forma, este estudo sugere que todas essas questões, e outras, podem e devem ser abordadas em outro trabalho, para que haja uma visão mais ampla e completa do que envolve a IA e o PI do Parque.

Para finalizar, sugere-se que haja o acompanhamento da implementação do PI do PARNAMAR dos Abrolhos, bem como de novos PIs que surgirão. Por ser um tema novo no Brasil e um processo que ainda tem muito potencial para adaptações e melhorias, recomenda-se a realização de estudos voltados para a participação social nestes processos. Além disso, propõe-se o estímulo às posturas individuais e coletivas; a revisão e a coerência entre o que se diz e o que se faz em relação à nossas culturas e tradições históricas; e a sensibilização das populações, para que constituam Conselhos populares de Ação Ecológica, Gestão do Ambiente e qualidade de vida, visando investigar, informar, debater e decidir sobre problemas e políticas ambientais.

Por fim, assegurar que os grupos de ecologistas popularizem suas atividades e que as comunidades incorporem, em seu cotidiano, a questão ecológica. Isto só para citar alguns dos princípios da EA crítica (BRASIL, 2012) que podem nos ajudar na capacidade de formação de pessoas mais críticas e conscientes. Assim, o PI poderá ser considerado uma ferramenta de transformação e que atue nos desafios da conservação social, ecológica e planetária, contribuindo, assim, com a transição para Sociedades Sustentáveis.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Editora Elefante, 2019. 264p.

BARROS, J. G. R. Abr'olhos! As Faces de um Paraíso Sacralizado: A Relação entre o Parque Nacional Marinho Dos Abrolhos e as Comunidades Pesqueiras de Caravelas, BA. In: Simpósio Nacional de História, 29. **Anais** (...) XXIX Simpósio Nacional de História, Brasília, 2017. 9p.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Petrópolis: Ed. **Vozes**, 2002. 516p.

BERCHEZ, F. *et al*. Projeto Trilha Subaquática: sugestão de diretrizes para a criação de modelos de educação ambiental em unidades de conservação ligadas a ecossistemas marinhos. **OLAM Ciência & Tecnologia**, v. 7, n. 3, p. 181-209, 2007.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Parna dos Abrolhos publica Plano Interpretativo**. 2018. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/parna-dos-abrolhos-publica-plano-interpretativo Acesso em: 20 mar. 2022.

BRASIL. **Decreto 5758**, de 13 de abril de 2006. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. Brasília – DF: Diário Oficial da União, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5758.htm. Acesso em: 07 jun. 2022.

BRASIL. **Decreto 84.017**, de 21 de setembro de 1979. Aprova o Regulamento de Parques Nacionais Brasileiros. Brasília – DF: Diário Oficial da União, 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1979/D84017.html. Acesso em: 07 jun. 2022.

BRASIL. **Lei Federal Nº 9.985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília – DF: Casa Civil, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em: 07 jun. 2022.

BRASIL. **Portaria Nº 115**, de 12 de fevereiro de 2020. Institui o Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Abrolhos, um arranjo organizacional para gestão territorial integrada de Unidades de Conservação federais, no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. Brasília – DF: Diário Oficial da União, 2020. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/diarios/283812197/dou-secao-1-14-02-2020-pg-87. Acesso em: 07 jun. 2022.

BRASIL. **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Globa**l, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.

COLCHESTER, M. Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas. In: DIEGUES, A. C. **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 225-256.

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL. **Abrolhos Terra e Mar**. Disponível em: <https://www.conservation.org/brasil/onde-trabalhamos/abrolhos-terra-e-mar> Acesso em: 03 Jul. 2020.

CREADO, E. dos S. J.; FERREIRA, L. da C. O caleidoscópio conservacionista: o SNUC como um acordo temporário no ambientalismo. **Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais-UFES**, v. 1, n. 1, p. 1 – 20, 2011.

CRESWELL, J. W. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa: Escolhendo entre Cinco Abordagens**. 3ª. Edição. Porto Alegre: Penso Editora, 2014. 342p.

DE LUCA, A. Q.; LAGAZZI, S. M. Uma análise de discurso materialista do tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global. **Cadernos De Estudos Lingüísticos**, v. 58, n. 1, p. 153-166, 2016.

FALLON, L. D.; KRIWOKEN, L. K. Community involvement in tourism infrastructure—the case of the Strahan Visitor Centre, Tasmania. **Tourism Management**, v. 24, n. 3, p.289-308, 2003.

IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Plano de Manejo: Parque Nacional Marinho dos Abrolhos** / IBAMA FUNATURA. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 1991. 124p.

ICMBIO – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2011. 85p.

ICMBIO – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA

BIODIVERSIDADE. **Interpretação Ambiental nas Unidades de Conservação Federais**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2018a. 94p.

ICMBIO – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Plano Interpretativo do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2018b. 71p.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber. **Belo Horizonte: UFMG**, v. 340, p. 1990, 1999. 337p.

LIMONT, M.; FISHER, D. **Gestão participativa em unidades de conservação**: uma experiência na Mata Atlântica. 1ª. ed. Rio do Sul: APREMAVI, 2012. 71p.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311p.

MARQUES, P. H. D. **Abra os Olhos para o Banco dos Abrolhos**: Percepção Ambiental, Territorialidade e Conflitos na Ótica da Pesca Artesanal de Caravelas a Nova Viçosa, Bahia, Brasil. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências e Tecnologias Ambientais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. Porto Seguro, 2020. 131p.

MELLO-AFFONSO, G. U. de; COSTA-PINTO, A. B.; ALVES, D. D. P. Interpretação Ambiental e Educação Ambiental Crítica no Ecoturismo: Definindo Critérios para Analisar o Plano Interpretativo do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. Submetido e aceito para publicação na **Revista Brasileira de Educação Ambiental (REVBEA)**, em agosto 2022.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação**. Coleção: Áreas Protegidas do Brasil. Brasília: Secretária de Biodiversidade e Florestas, 2006. 61p.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Plano de uso público para o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2003. 158p.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

MURTA, S.M.; ALBANO, C.; GOODEY, B**.** Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual. In: MURTA, S.M.; ALBANO, C. (org). **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p.13-46.

NEIMAN, Z. A educação ambiental através do contato dirigido com a natureza. 2007. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. 233p.

OECO. **Abrolhos: Em busca da faixa de proteção perdida**. 2022. Disponível em: https://oeco.org.br/reportagens/abrolhos-em-busca-da-faixa-de-protecao-perdida/. Acesso em: 04 jun. 2022.

PEDRINI, A. de G.; MESSAS, T. P.; PEREIRA, E. da S.; GHILARDI-LOPES, N. P.; BERCHEZ, F. A. Educação ambiental pelo ecoturismo numa trilha marinha no Parque Estadual da Ilha Anchieta, Ubatuba (SP). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 3, n. 3, p. 428-459, 2010.

POWELL, R. B.; STEPHEN, R. K.; SAM, H. H. Antarctic tourists: ambassadors or consumers?. **Polar Record**, v. 44, n. 3, p. 233-241, 2008.

Quintas, J. S. Educação no processo de gestão ambiental: Uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória. In: LAYRARGUES, P. P. (ed.). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, 2004. p. 113-140.

SCHUMACHER, L.; RODRIGUES, C. Turismo de Base Comunitária na Área de Proteção Ambiental Guapi–Mirim: Uma Proposta de Guia de Campo para a Interpretação Ambiental. Caderno Virtual de Turismo, v. 20, n. 3, 2020.

TILDEN, F. **Interpreting Our Heritage**. 4ª ed. North Carolina: Chapel Hill, 2007. 224p.

XIMENES, S. S. F. **Interpretação ambiental em unidades de conservação e a perspectiva crítica da educação ambiental**: possibilidades para o planejamento e monitoramento. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica. 2015. 98p.

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: Planejamento e métodos. 2ª. ed Porto Alegre: Bookman, 2001. 199p.

ZAÚ, A. S. A conservação de áreas naturais e o Ecoturismo. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 7, n. 2, p. 290-321, 2014.

Notas:

---

[26] Artigo submetido à Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur) no dia 17/11/2022 - Formatação do capítulo no padrão da revista de publicação

[27]Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: gustavo.uma@gmail.com;

Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/7810208846384218

[28]Universidade Federal do Sul da Bahia. E-mail: alessandra.nupeea@csc.ufsb.edu.br;Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/2365706051026225

[29] Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: durante10@gmail.com; Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/0105245515649663

[30] Plano Interpretativo remete-se a um plano ou projeto de interpretação ambiental.

[31] Instituto Chico Mendes de Conservação para a Biodiversidade.

[32] A Conservação Internacional (CI-Brasil) é uma organização brasileira sem fins lucrativos, criada em 1990, que trabalha para garantir um planeta saudável e produtivopara todos.

[33] Zona de Amortecimento se refere às áreas localizadas no entorno de uma UC, ondeas atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a Unidade, como definida pelo artigo 2º, inciso XVIII da Lei do SNUC (Lei nº 9.985/2000).

[34] É o instrumento básico a fornecer diretrizes para a conservação dos recursos naturais contidos na

Unidade.

[35] É aquela onde tenha ocorrido pequena ou mínima intervenção humana, contendo espécies da flora e da fauna, ou fenômenos naturais de grande valor científico. Deve possuir as características de zona de transição entre a Zona Intangível e a Zona de Uso Extensivo.

[36] Ministério do Meio Ambiente.

[37] Instrução Normativa n° 08/2008.

[38] Instrução Normativa n° 02/2016.

[39] Apresentação de Pedro de Castro da Cunha e Menezes - Coordenador Geral de Uso Público e Negócios – ICMBio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio da abordagem deste trabalho foi enxergar, de forma holística, as complexidades da atual forma de vida da sociedade, e como esta se relaciona diretamente à conservação da sociobiodiversidade. Diversos métodos vêm sendo criados e implementados em busca do sucesso para essa conservação; dentre eles uma das mais importantes estratégias, principalmente em termos de aspectos da biodiversidade, foi a criação de Áreas Naturais Protegidas.

Entendemos que a eficiência desta estratégia depende, para além do incentivo em pesquisas, do fortalecimento dos órgãos competentes; da capacitação dos envolvidos; de métodos que possibilitem acesso à informação para formação de sujeitos entendedores do potencial social e econômico da conservação da biodiversidade. Ademais, necessita também de métodos que promovam esses locais a espaços democráticos e de inclusão social, para que seja mais uma frente preparada para lidar com as mudanças planetárias que necessitamos, e de modo a possibilitar a sensibilização do maior número de pessoas possível em relação à centralidade da questão socioambiental na vida de cada um/a e de todes.

Não esquecendo-se do conflituoso histórico entre órgãos governamentais e pessoas locais no processo de criação e gestão de UCs no Brasil, este trabalho focou na afirmação da relevância destes espaços no atual cenário socioeconômico e político. Destacou também o quão essencial é que as pessoas se envolvam com este território, com o objetivo de construir um trabalho conjunto pelo bem maior, criando oportunidade para imaginar alternativas que sejam pautadas na sustentabilidade e conservação da sociobiodiversidade, Direitos da Natureza e Direitos Humanos.

Entendendo isso, como geógrafo conservacionista que admira, estuda e defende as Áreas Naturais Protegidas, mas que entende que problemas mundanos não podem ser pensados e tratados de formas paralelas, me propus a fazer um trabalho de caráter interdisciplinar. Afinal, apenas com uma perspectiva sistêmica é possível provocar mudanças estruturantes. Nesse sentido, inserir o contexto da Educação Ambiental Crítica foi base fundamental para este estudo, o qual acredita que, para alcançarmos a evolução necessária dentre dos desafios da humanidade, é preciso que a EA crítica esteja de forma transversal em todos os componentes, ainda mais em estratégias de políticas públicas que envolvem as Unidades de Conservação.

Assim, parte do objetivo deste trabalho foi abordar a interpretação ambiental em atividades de ecoturismo que envolve territórios de UCs brasileiras, considerando a EA crítica um tema transversal para lidar com os problemas mundanos em busca de sociedades sustentáveis. Percebemos que as concepções sobre parte dos elementos-chave do trabalho – interpretação ambiental, educação ambiental e ecoturismo em Unidades de Conservação – indicaram que os conceitos estão imersos numa ideologia de impactos socioambientais positivos, pois se preocupam com o legado socioambiental benéfico das atividades. As

UCs, especialmente por serem territórios cada vez mais visitados e que possibilitam a prática dessas atividades, devem ser vistas como uma frente para as mudanças e as transformações que questionamos aqui. Entretando, não há pesquisa longeva o suficiente para saber se o ecoturismo ou a educação ambiental são efetivos numa perpectiva de mudar, de fato, as pessoas no sentido de promover mudanças significativas de hábitos e costumes pessoais, a ponto de haver impactos positivos em larga escala, como na sociedade de forma geral. Espera-se que esse trabalho tenha sido mais um componente desse "quebra-cabeça", chamado conhecimento científico, que é construído aos poucos e com a junção de muitos conhecimentos que precisam se interligar.

Este estudo, por ser um trabalho crítico e com uma perspectiva de ações que confrontam a realidade atual em busca de soluções, procurou trabalhar a IA de forma a torná-la mais um elemento que ajude na transformação de valores das pessoas. Nesse sentido, foi visto que o entendimento da IA não é unânime, pois não há um consenso sobre seu objetivo e, muito menos, sobre seu caráter transformador de valores pessoais e com papel crítico, como está a educação ambiental posicionada para enfrentar o *status quo*.

Dessa forma, na primeira parte do trabalho, constatou-se que, para que a IA seja uma atividade atuante como um fator de transformação de valores sociais, seu alcance precisa se sustentar por meio de um processo que envolva intimamente a educação ambiental crítica. Além disso, que traga uma perspectiva crítica e politizada para as comunidades envolvidas na elaboração do plano interpretativo, e para os visitantes que receberão as mensagens finais dos produtos dos PIs, no intuito de construir sociedades sustentáveis.

Só assim serão criados sujeitos com valores éticos voltados para as sustentabilidades social e ecológica, permitindo reflexões críticas sobre os acontecimentos do mundo e sua própria realidade. Além disso, permitindo também acesso a processos inclusivos e democráticos, tornando-os sujeitos ideologicamente autônomos, e fortalecendo ferramentas sociais que combatem o aculturamento, a desigualdade social, o desleixo sobre problemas do mundo e outros mecanismos de manipulação de massa.

Quanto à questão institucional, nota-se que o ICMBIO, órgão nacional responsável pela gestão das UCs federais no Brasil, vem trilhando um caminho de maior reconhecimento da IA dentro das unidades. A IA está presente nos principais documentos relacionados a Parques Nacionais no Brasil, e isso mostra a importância desta atividade. Espera-se que a notoriedade da mesma ganhe mais força e, assim como os Planos de Manejo das UCs, seja uma política pública mais presente dentro dos PARNAs. Isto pode, inclusive, atrair mais público para esses territórios.

Há um entendimento por parte do ICMBIO no qual a atividade de IA está desvinculada da EA, e isso repercute dentro das equipes no próprio Instituto, existindo uma coordenação para EA e outra para IA. Enxergamos que a atuação das atividades de forma

separada não potencializa nenhuma delas e cria um vazio de difícil entendimento entre as mesmas. A IA não deveria ser vista como uma atividade não educacional, pelo contrário, é preciso coloca-la vinculada à EA crítica para alinhar o entretenimento à sensibilização e educação das pessoas. Nosso entendimento, reforçando, é que deveria se pensar estratégias unificadas e complementares no tocante da IA e da EA. Assim potencializaríamos a atividade de ecoturismo dentro de UCs, com PIs como uma atividade de real impacto positivo para todas as pessoas, desde as comunidades locais até as mensagens que atingiriam os visitantes. Então, o foco das mensagens aos visitantes, inclusive, reforçaria a importância da disponibilização da informação científica e do conhecimento tradicional.

Em relação à percepção dos envolvidos no PI do PARNAMAR dos Abrolhos, nota-se que a equipe técnica ampliada de IA do ICMBIO se engajou para fazer uma diferença positiva no contexto do PI. Inclusive, o engajamento mostrado pelos envolvidos e entrevistados foi visível, e acredita-se que, com mais investimentos por parte do ICMBIO – disponibilização de mais tempo e continuidade para a implementação dos PIs, melhor devolutiva dos produtos e maior envolvimento das comunidades do entorno –, a atividade pode ganhar mais destaque e se tornar peça fundamental para o relacionamento entre ICMBIO, instituições locais e a comunidade. Entretanto, ainda há uma necessidade clara em aproximar o contexto e as estratégias da IA com as da EA crítica, para que a IA esteja preparada para atuar de forma a ajudar nos problemas do mundo, como apontado no trabalho.

Uma vez que os objetivos deste trabalho estiveram focados na etapa de elaboração do PI e oficinas, e como isto afetou os atores participantes, entendemos que outros estudos, para entender como se dá a aplicação do PI na prática, devem ser sugeridos. Isto, pois, a maneira como está havendo a aplicação do PI por meio das empresas de turismo, dos condutores e guias locais, do ICMBIO e afins com o público final - os visitantes, e a possibilidade de sensibilização e de transformação (ou não) de valores e princípios desses turistas, são também de extrema importância para validar o PI e seus propósitos. Assim, entende-se que há necessidade de continuidade deste trabalho para entendermos como que a IA do Parque atinge os visitantes, que por sua vez são enxergados aqui como potenciais para levarem as mensagens conservacionistas e valorização de tudo que os Parques representam adiante.

É curioso imaginar, inclusive, se os turistas se interessariam e valorizariam saber se um determinado PI foi construído de “dentro para fora”, por meio da perspectiva da comunidade. Isso pode ser um ponto favorável para atrair mais pessoas a visitarem os locais naturais e ser um fator de maior contribuição econômica para as populações locais? Além disso, será que a comunicação vai mudar algo na vida dos turistas? Neste sentido, aproveito para apontar para a importância de equipes multidisciplinares aqui, reconhecendo que um trabalho como este é preciso um profissional da área da comunicação para auxiliar o resto de profissionais que, majoritariamente, serão ambientalistas. Em outras palavras, a resposta para

isto tudo não é a ideia de mudar valores, sim em contribuir para mudar valores da sociedade, para uma sociedade mais ecológica e com olhares mais humanizados para a parte social.

Entendemos que estudos como este devem estimular o diálogo, a participação das pessoas em tomadas de decisão, e o sentimento de pertencimento delas com o território, colocando-as como parceiras dos objetivos dos Parques, e não como inimigas. O debate democrático tem esse papel que reflete em medidas conservacionistas, inclusive. Debates assim são importantes no contexto atual, aonde o próprio ICMBIO vem sofrendo um desmonte estrutural no cenário político presente, o que acaba enfraquecendo as ações, os servidores e as UCs.

Vale deixar claro que a crítica deste trabalho em nenhum momento esteve voltada para alguma instituição, servidor ou equipe envolvida, ou direcionada para defender pessoas em detrimento do protecionismo da natureza. Muito pelo contrário, o que foi visto são pessoas éticas profissionalmente, compromissadas com seu trabalho e com os objetivos institucionais, e qualificadas. Todavia, entender que o contexto político do últimos 4 anos de enfraquecer a instituição reflete em políticas públicas e ações locais por diversos motivos, como falta de recurso, de apoio, entre outros, faz parte das ponderações aqui.

Entender toda esta conjuntura é ponto de partida para se pensar em novas estratégias de conservação socioambiental e ecológica. As ciências humanas vêm tendo papel importante e de destaque nesse quesito, pois não alcançaremos os objetivos conservacionistas sem envolver todas as pessoas, e não considerando apenas cientistas focados na conservação da biodiversidade; por isso a importância do olhar sistêmico e da interdisciplinaridade. É preciso, portanto, fazer com que todos e todas sintam-se incomodados com a atual situação planetária, e se aproximem de práticas sustentáveis; apoiar e defender as UCs é uma delas.

Outro ponto é que importar modelos de outras realidades, com conjunturas sócio-econômico-políticas diferentes da nossa, pode causar desconectividade com a realidade local e trazer problemas e conflitos de interesse. A pesquisa de Sinay *et al.* (2019) mostrou que, embora grande parte dos trabalhos científicos relacionados a APs seja produzida por pesquisadores (homens), de países altamente desenvolvidos, e em países de zona temperada e subtropicais, a maior porção da biodiversidade situa-se nos países tropicais e menos desenvolvidos.

Não há argumentação que justifique que a importação de modelos estrangeiros para as políticas ambientais brasileiras sejam suficientes. Muito pelo contrário, são ineficientes do ponto de vista social e ecológico. E pode se tornar um problema na medida em que é aplicada e sobreposta à valores, crenças e práticas tradicionais de povos e culturas que merecem maior atenção por parte do Estado, assim como incentivo e oportunidade à participação nas tomadas de decisão envolvendo políticas públicas locais voltadas para o ecoturismo e UCs. Nosso entendimento é de que, ao não permitir a participação das pessoas, que são diretamente afetadas pela implantação de uma UC, em políticas públicas de uso público de territórios de

APs, como a interpretação e educação ambiental, perde-se uma grande oportunidade de aproximar as pessoas que habitam locais adjacentes às UCs das atividades, objetivos e oportunidades que surgem nas APs, inclusive econômicas. O Brasil tem um histórico conflituoso no que tange a implementação de APs e populações residentes. É justo dizer que isto mudou muito ao longo de vinte, trinta anos, e que há muitas pessoas agindo de modo diferente, inclusive servidores públicos de órgãos ambientais. Faz sentido, também, reconhecer estes fatos para se pensar em novas possibilidades de relacionamento entre a gestão de UCs e as pessoas, permitindo maior mais participação da população nativa nas tomadas de decisão. Sobre isto, reitera-se que é preciso a criação de estratégias próprias, sustentadas na realidade socioecológica e política brasileira, com força e poder dos movimentos socioambientais locais e com respeito à todas as formas de vida para alcançarmos patamares mais elevados de sustentabilidades dentro do contexto dos objetos deste trabalho.

Assim, apontamos para a importância de se propor e fortalecer as visões, metodologias e estratégias que apoiam a gestão de UCs dentro de uma perspectiva que contemple a realidade de ambientes mais biodiversos, como o caso do Brasil, e realidades locais, considerando sermos um país colonizado e periférico. Em contrapartida, é um dos países detentores da maior diversidade ecológica e cultural do planeta. Essa ideia corrobora com Milton Santos (ENCONTRO, 2006) quando propõe que é preciso pensar uma maneira própria (local) de desenvolvimento, baseado nas características e riquezas culturais e naturais dos povos do sul (“terceiro-mundismo”, segundo ele).

Partimos do pressuposto que o ser humano também é natureza, e que o sistema socioeconômico atual – neoliberalismo – corrompeu e corrompe valores e princípios, distanciando as pessoas de sua própria natureza, mais ainda de sua natureza externa. Defendemos que é preciso aproximar novamente as pessoas dessas naturezas, e que possamos criar valores e princípios menos egóicos, pautados no acúmulo de capital e poder. Tão importante quanto, é promover a reflexão crítica das pessoas, de todas elas, principalmente ao redor das UCs. Dessa forma, elas poderão se tornar seres politizados, engajados, conscientes e críticos dos seus direitos, deveres e papel como cidadão. Inserir essas pessoas em Conselhos e em organizações sociais do 3º setor, por exemplo, pode ajudar na busca democrática que necessitamos, e fortalecer o movimento de globalização de “baixo pra cima”,“do local para global”.

Ainda na esfera de moradores locais, considera-se o próprio conhecimento local como ótima oportunidade para criar planos interpretativos. Muitos conhecimentos locais estão com as pessoas, muitas vezes com os “antigos”, pessoas mais velhas, anciãs. Como todos, elas precisam de respeito e admiração para que haja confiança a ponto de compartilharem seus valiosos conhecimentos que, em grande maioria, estão enraizados em saberes naturais e

ancestrais, e com forte ligação espiritual com os elementos da natureza. Tais conhecimentos são entendidos neste trabalho como essenciais para a perpetuação de uma nova consciência baseada em valores da natureza, das pessoas, da ética e da espiritualidade. Enxerga-se, assim, um excelente palco para um movimento necessário de compartilhamento de saberes tradicionais, que conflitam, em parte, com o conhecimento técnico e científico moderno, arraigado numa cultura de valores do ser humano branco europeu. Um resgate desses valores e crenças tradicionais é mais que necessário para que se possa provocar mudança no rumo da atual civilização desenvolvimentista, são esses valores das culturas tradicionais importantes para auxiliar a edificação de propostas revolucionárias, de mudanças estruturantes da sociedade atual. É desta forma que enxergamos a proximidade do tema com a proposta de sociedades sustentáveis.

A reflexão que fazemos aqui é que este movimento todo vai surtir efeito positivo na promoção e no fortalecimento das UCs, e, consequentemente, da conservação da biodiversidade. É por isso que trabalhamos os aspectos da educação ambiental crítica de forma transversal aos temas de IA, ecoturismo e UCs, visando sociedades sustentáveis, no sentido de abrir perspectivas para a pluralidade e diversidade. Isso além de buscar oposição e novas possibilidades de mundo pautadas nas sustentabilidades, não apoiando a manutenção do *status quo*.

É um fato que visitação a APs ao redor do mundo vem crescendo, e as UCs brasileiras têm potencial para serem protagonistas nesse setor. Mesmo pensando no aspecto financeiro, esse movimento é capaz de gerar um montante de dinheiro anual suficiente para sustentar milhares de famílias que habitam esses territórios e que beiram a miséria atualmente, no interior do Brasil. Assim como o ecoturismo, o ecoturismo de base comunitária é um setor turístico que tem um crescimento orgânico, como deve ser, e com potencial para liderar esse movimento, como já estamos assistindo em alguns locais no Brasil. Além de trazer benefícios econômicos para as famílias, essa modalidade de turismo fortalece as culturas e promove as UCs, estimulando um movimento de maior atração de visitantes para elas, colocando-as mais próximas da natureza e possibilitando acesso a informações científicas, a conhecimentos tradicionais e a possibilidade de reconexão espiritual. Todas essas consequências são extremamente benéficas para o aumento da qualidade de vida das pessoas.

Na mesma direção, que a interpretação ambiental ainda é uma área pouco difundida no Brasil parece ter ficado claro no trabalho, assim como que há maior atenção atualmente dos órgãos públicos. Mas enxergamos que para o potencial que o Brasil possui estamos muito aquém de explorá-la de forma satisfatória. Deve-se pensar em entretenimento, além da questão da sensibilização e educação que foram o foco do trabalho. Atrelar a atividade à lazer e diversão para as pessoas é parte fundamental para atrair mais pessoas a se encantarem nesses espaços. Somado a isto, como já abordado, as sociedades tradicionais precisam de

apoio para se organizar e fortalecer politicamente para garantir seus direitos de existência e melhoria de condições de vida.

É momento de reconexão dos seres humanos com a natureza, e as APs são espaços privilegiados para tanto. O mundo pós-pandêmico urge por qualidade de vida e saúde das pessoas e ecossitemas. Devemos criar ambientes atraentes para entreter pessoas de todas as idades e de todos os tipos no intuito de oportunizar contato com o ar de qualidade e águas limpas, com o silêncio, com a contemplação da natureza e atividades físicas ao ar livre. O ecoturismo é um ramo econômico que tende a ter mais procura no mundo, e é uma atividade que precisa resgatar princípios para que atue diretamente na construção de sustentabilidades. Nesta mesma linha a interpretação ambiental tem um papel crucial para ativação e potencialização das UCs brasileiras, seja a partir do desenvolvimento de centros de visitantes interativos modernos ou mais simples, dependendo do contexto, guias locais empoderados, com profundo conhecimento e amor pelo território, placas e mapas educativos, entre tantas outras possiblidades que devem ser pensadas, criadas e manejadas por uma equipe multidisciplinar, que deve trabalhar em busca da interdisciplinaridade. O intuito deve ser proporcionar lazer às pessoas e, ao mesmo tempo, tocá-las de alguma forma a ponto de gerar reflexão sistêmica sobre o que somos e o que podemos ser como seres humanos e nossa relação com os seres não-humanos.

É dessa forma que buscamos entender a IA neste trabalho, e é assim que esperamos que as pessoas possam trilhar seu caminho. Dessa maneira, o ecoturismo será fortalecido como uma atividade sustentável e com benefícios socioeconômicos e ecológicos, e estaremos mais preparados para construir uma sociedade sustentável. A proposta é para que nos inspiremos na representação gráfica abaixo e pensamos as atividades interdependentes, funcionando uma como mola propulsora da outra:

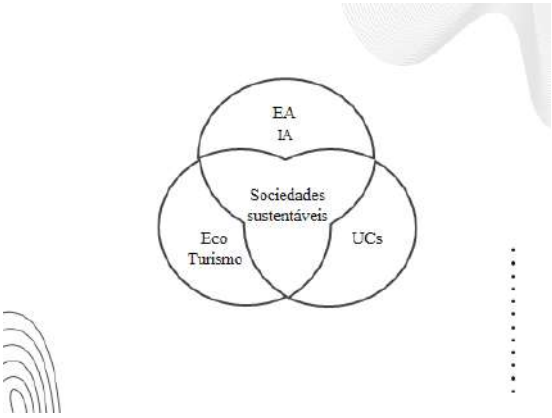

Figura 15. Organograma representando a interdependencia das atividades e conceitos do trabalho para auxiliarem na construção de Sociedades Sustentáveis.

REFERÊNCIAS GERAIS

ACOSTA, A. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Editora Elefante, 2019. 264p.

BAPTISTA, L.; MOREIRA, J. C. A Educação Ambiental e a Interpretação do Patrimônio Natural: Uma oportunidade para o Parque Nacional dos Campos Gerais-PR. **Acta Geográfica**, v. 14, n. 36, p. 1-21, 2020.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002. 516p.

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. 1ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006. 176p.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Diagnóstico da visitação em parques nacionais e estaduais**. Brasília: Secretária da Biodiversidade e Florestas, 2005a. 44p.

BRASIL, Diretoria da Educação Ambiental. **Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA**. 3ª. ed. Brasília: MMA, 2005b.

BRASIL, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Educação ambiental por um Brasil sustentável: ProNEA**, Marcos Legais & Normativos / Ministério do Meio Ambiente. 5ª. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2018.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Ecoturismo:** orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 96p.

BRASIL. **Lei Federal Nº 9.985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília – DF: Casa Civil, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em: 07 jun. 2022.

BRASIL. **Portaria Nº 115**, de 12 de fevereiro de 2020. Institui o Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Abrolhos, um arranjo organizacional para gestão territorial integrada de Unidades de Conservação federais, no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. Brasília – DF: Diário Oficial da União, 2020. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/diarios/283812197/dou-secao-1-14-02-2020-pg-87. Acesso em: 07 jun. 2022.

BRASIL. **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Globa**l, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.

COLMAN, D. A. L; LORENCINI-JUNIOR, A. A interpretação ambiental integrada à educação ambiental: quais as escolhas de um professor ao elaborar um roteiro de aula em uma trilha interpretativa? **Revista Labore em Ensino de Ciências**, v. 1, n. especial, p. 5 – 16, 2016.

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL. **Abrolhos Terra e Mar**. Disponível em: <https://www.conservation.org/brasil/onde-trabalhamos/abrolhos-terra-e-mar> Acesso em: 03 Jul. 2020.

CREADO, E. dos S. J.; FERREIRA, L. da C. O caleidoscópio conservacionista: o SNUC como um acordo temporário no ambientalismo. **Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais-UFES**, v. 1, n. 1, p. 1 – 20, 2011.

CRESWELL, J. W. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa: Escolhendo entre Cinco Abordagens**. 3ª. Edição. Porto Alegre: Penso Editora, 2014. 342p.

DE LUCA, A. Q.; LAGAZZI, S. M. Uma análise de discurso materialista do tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global. **Cadernos De Estudos Lingüísticos**, v. 58, n. 1, p. 153-166, 2016.

DIEGUES, A. C. S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. **São Paulo em perspectiva**, v. 6, n. 1-2, p. 22-29, 1992.

DIEGUES, Antonio Carlos S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2001. 198p.

ENCONTRO com Milton Santos: O mundo global visto do lado de cá. Direção de Silvio Tendler. Rio de Janeira: Caliban Produções Cinematográficas, 2006. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-UUB5DW_mnM&ab_channel=crabastos>. Acesso em: 05 jun. 2020.

FENNELL, D. A. **Ecotourism**. 4a. ed. London: Routledge, 2014.288p.

FENNELL, D. A. Ecoturismo: Uma Introdução. Turismo Contexto, 2002. 282p.

FENNELL, D.; WEAVER, D. The ecotourium concept and tourism-conservation symbiosis. **Journal of sustainable Tourism**, v. 13, n. 4, p. 373-390, 2005.

FENNELL, D.A. Ecotourism: An Introduction. London: Routledge, 1999.

FOLADORI, G. Avanços e limites da sustentabilidade ambiental. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 102 p. 103 – 113, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002, 175p.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989. 152p.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. Contexto, 1989. 152p.

HASSLER, M. L. A importância das Unidades de Conservação no Brasil. **Sociedade & Natureza**, v. 17, n. 33, p. 79 – 89, 2005.

IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Plano de Manejo: Parque Nacional Marinho dos Abrolhos** / IBAMA FUNATURA. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 1991. 124p.

ICMBIO – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2011. 85p.

ICMBIO – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Interpretação Ambiental nas Unidades de Conservação Federais**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2018a. 94p.

ICMBIO – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Plano Interpretativo do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2018b. 71p.

ICMBIO – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Relatório anual do Programa de Monitoramento da Visitação do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos**. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2019. 25p.

ICMBIO – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Parque Nacional Marinho dos Abrolhos** – Guia do Visitante. Disponível em <https://www.icmbio.gov.br/parnaabrolhos/guia-do-visitante.html> Acesso em 05 Jul. 2022.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Reserva Extrativista do Cassurubá. Unidades de Conservação no Brasil. Disponível em <https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/4778> Acesso em 01 Out. 2021.

KOHL, J. Environmental interpretation versus environmental education as an ecotourism conservation strategy. In: STRONZA, A.; DURHAM, W. **Ecotourism and conservation in the Americas**. Ecotourism Series. Cambridge: CABI, 2008. p. 127-140.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber.** Belo Horizonte: UFMG, v. 340, p. 1990, 1999. 337p.

LAYRARGUES, P.P. A Crise Ambiental e suas Implicações na Educação. *In*: QUINTAS, J.S. (org.). **Pensando e Praticando Educação Ambiental na Gestão do Meio Ambiente**. 2ª ed. Brasília: Edições IBAMA, 2002. 161 - 198p.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. da C. Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental contemporânea no Brasil. *In*: **Encontro Pesquisa em Educação Ambiental**, 6., p. 1 - 15, 2011. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao_ambiental/Layrargues_e_Lima_-_Mapeando_as_macro-tend%C3%AAncias_da_EA.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2022.

LIMA, G.F. da. C. O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável. **Revista De Ciências Sociais-Política & Trabalho**, v. 13, p. 201-222, 1997.

LIMONT, M.; FISHER, D. **Gestão participativa em unidades de conservação**: uma experiência na Mata Atlântica. 1ª. ed. Rio do Sul: APREMAVI, 2012. 71p.

LONGO, C. da S.; NARITA, S. "Um Corpus que Fala": Apontamentos para uma Revisão Técnica da Análise de Conteúdo. **Web-Revista SOCIODIALETO**, v. 4, n. 12, p. 42-60, 2014.

LÜCK, M. Education on marine mammal tours as agent for conservation—but do tourists want to be educated? **Ocean & Coastal Management**, v. 46, n. 9-10, p. 943-956, 2003.

MEZA-AGUILAR, L. Educación ambiental¿ Para qué. **Nueva sociedad**, n. 122, p. 176-185, 1992.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação**. Coleção: Áreas Protegidas do Brasil. Brasília: Secretária de Biodiversidade e Florestas, 2006. 61p.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311p.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Plano de uso público para o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2003. 158p.

MELLO-AFFONSO, G. U. de; COSTA-PINTO, A. B.; ALVES, D. D. P. Interpretação Ambiental e Educação Ambiental Crítica no Ecoturismo: Definindo Critérios para Analisar o Plano Interpretativo do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. Submetido e aceito para publicação na **Revista Brasileira de Educação Ambiental (REVBEA)**, em agosto 2022.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. do C. Análise Textual Discursiva: Processo Reconstrutivo de Múltiplas Faces. **Ciência & Educação**, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

OECO. **Abrolhos: Em busca da faixa de proteção perdida**. 2022. Disponível em: https://oeco.org.br/reportagens/abrolhos-em-busca-da-faixa-de-protecao-perdida/. Acesso em: 04 jun. 2022.

ORAMS, M. B. The Effectiveness of Environmental Education: can we turn tourists into 'Greenies'? Progress in Tourism and Hospitality Research, v. 3, p. 295 – 306, 1997.

PADUA, C. V.; CHIARAVALLOTI, R. M. Pesquisa e conhecimento na gestão de unidades de conservação. **ECOS**, v. 2, p. 2, 2012.

PIMENTEL, D. de S. **Os parques de papel e o papel social dos parques**. 2008. Tese (Doutorado em Recursos Florestais) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo. São Paulo, 254p, 2008.

PIRES, P. do S. A dimensão conceitual do ecoturismo. **Turismo-visão e ação**, v. 1, n. 1, p. 75 - 91, 1998.

POWELL, R. B.; HAM, S. H. Can ecotourism interpretation really lead to pro-conservation knowledge, attitudes and behavior? Evidence from the Galapagos Islands. **Journal of sustainable tourism**, v. 16, n. 4, p. 467-489, 2008.

ROMAGNOLI, F. C. Interpretação Ambiental e Envolvimento Comunitário: ecoturismo como ferramenta para a conservação do boto-vermelho, *Inia geoffrensis***. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas.**, v. 4, n. 3, p. 567 -571, 2009.

SANTOS, M. A questão do meio ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar. **GeoTextos**, v. 1, n.1, p. 139 – 151, 2005.

SILVA, R. L. F. O meio ambiente por trás da tela: concepções de educação ambiental dos filmes da TV escola. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 30., 2007, Caxambú. **Anais [...]**. Caxambú – MG: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2007. 17p.

SINAY, L.; SINAY, C. M. F. de; CARTER, R. W.; MARTINS, A de C. Who is writing the science behind the management of protected areas. **Annals of Ecology and Environmental Science**, v. 3, n. 3, p. 18-24, 2019.

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; MENDONÇA, P.; FERRARO-JUNIOR, L. A. Educação ambiental como política pública. **Educação e pesquisa**, v. 31, p. 285 - 299, 2005.

TILDEN, F. **Interpreting Our Heritage**. 4ª ed. North Carolina: Chapel Hill, 2007. 224p.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais:** A Pesquisa Qualitativa em Educação. São Paulo: Editora Atlas S. A., 1987. 175p.

VALLEJO, L. R. Uso público em áreas protegidas: atores, impactos, diretrizes de planejamento e gestão. **Anais do Uso Público em Unidades de Conservação**, v. 1, n. 1, p. 13-26, 2013.

XIMENES, S.S.F. **Interpretação ambiental em unidades de conservação e a perspectiva crítica da educação ambiental: possibilidades para o planejamento e monitoramento**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, p. 96, 2015.

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: Planejamento e métodos. 2ª. ed Porto Alegre: Bookman, 2001. 199p.

YOUNG, C. E. F.; MEDEIROS, R. (org). **Quanto vale o verde**: a importância econômica das unidades de conservação brasileiras. Rio de Janeiro: Conservação Internacional, 2018. 180p.

ANEXO A – COMPROVANTE DE ACEITE DO ARTIGO REFERENTE AO CAPÍTULO 1

Gmail

Gustavo Mello Affonso <gustavo.uma@gmail.com>

[RevBEA] Decisão editorial

9 mensagens

Zysman Neiman <zneiman@gmail.com> 19 de maio de 2022 15:39
Para: Gustavo Uchôa de Mello Affonso <gustavo.uma@gmail.com>, Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto <alessandra.nupeea@csc.ufsb.edu.br>, Daniel Durante Pereira Alves <durante10@gmail.com>

Gustavo Uchôa de Mello Affonso, Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto, Daniel Durante Pereira Alves:

É com satisfação que comunico que o artigo foi aceito para publicação na edição de 01 de agosto de 2022 da Revista Brasileira de Educação Ambiental como ARTIGO.

Recomendo que o presente estudo passe por uma revisão gramatical e ortográfica em toda sua estrutura.

Para agilizar nosso processo editorial, solicitamos a gentileza de formatar o manuscrito conforme o template em anexo, enviando-nos até o dia **10 de junho 2022** para o email zneiman@gmail.com, **JÁ COM AS EVENTUAIS CORREÇÕES NECESSÁRIAS.**

Agradecemos pela confiança em nosso periódico e esperamos poder contar com novas contribuições no futuro.

Antes da publicação, os senhores receberão uma prova final do artigo, para a verificação de possíveis erros de editoração.

A resposta dos senhores servirá como autorização final para publicação.

Recomendamos que arquivem esta mensagem oficial da Revista pois a mesma pode ser utilizada como comprovante do aceite do artigo.

Att.

Zysman Neiman

Universidade Federal de São Paulo, Diadema, SP

Fone (11) 99195-7685

zneiman@gmail.com

Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)

ANEXO B – QUESTIONÁRIO APLICADO NAS ENTREVISTAS

O material abaixo informa os roteiros utilizados para a coleta de dados da pesquisa, e está dividido em duas partes: “Roteiro para entrevista com os servidores do ICMBio” e “Roteiro para entrevista com os colaboradores do PI”. Ocorridas no mês de abril de 2022, basicamente na cidade de Caravelas e via plataforma digital, quando não era possível o encontro físico, as entrevistas semiestruturadas abertas seguiram estes roteiros com flexibilidade para novas perguntas, para alteração entre elas, e mesmo para ignorá-las, dependendo do fluxo da conversa e das informações obtidas. Para melhor organização pessoal, ambos os roteiros foram subdivididos em 4 partes, a saber: informações gerais; sobre a participação; sobre a sensibilização; e para o futuro.

1. Roteiro para entrevista com os servidores do ICMBio:

Informações gerais:

1. Você se lembra quando e como se começou a falar em IA e na implantação de um PI no Parque dos Abrolhos?
2. Lembra de onde veio essa ideia de IA e de fazer um PI?
3. Demorou muito para o processo começar a ocorrer na prática, ou foi rápido?
4. Quais, no seu entender, foram as principais motivações para implantar um tipo de IA no parque?
5. Como você percebe essa relação entre o plano e a comunidade?
6. Você acha que a comunidade local está contemplada neste PI?
7. Acha que a comunidade local se engajou?
8. Por que você acha isso?
9. Enxerga algum problema neste contexto, de forma geral?
10. Pode nos falar aspectos positivos?

Sobre a participação:

11. Como foram os critérios de seleção das instituições participantes da oficina do PI? / Você sabe dizer se os participantes/instituições eram do Conselho Consultivo?
12. Tinha alguma instituição/membro externo deste Conselho Consultivo?
13. Você acha que faltou alguém ou alguma instituição nesse processo?

14. E como foram as etapas do processo de elaboração do PI (oficina)? Quantos foram os encontros e como foram?
15. Como você acha que o ICMBIO enxerga esta participação de parceiros?
16. Há consenso sobre isso?
17. Qual foi o papel que os parceiros tiveram nas oficinas?
18. Como você pensa que esse processo pode atuar na promoção do "sentimento de pertencimento ao Parque"?

Sobre a sensibilização:

19. Você acha que a participação das pessoas nesse processo pode ser importante para elas? / Pode influenciar a vida delas? / De que forma?
20. (Caso a resposta anterior tenha sido afirmativa) Você acha que esta mudança pode chegar às instituições as quais essas pessoas estão envolvidas? Imagina como isso poderia ser, ou seja, como a modificação na vida dos participantes levaria a modificações em instituições?
21. Como você enxerga que esse processo todo pode ter ajudado na sensibilização (ou não) deles em relação a conservação da natureza e da UC?
22. O aspecto educativo, foi trabalhado?
23. Foi suficiente para trabalhar valores e princípios?
24. Como enxerga o desafio e a importância da questão da "multiplicidade de visões" nesses processos?

Para o futuro:

25. Pra você, quais foram os maiores desafios em elaborar um PI de forma conjunta?
26. Quais foram os pontos positivos e negativos da oficina e do processo?
27. Você acha que esse processo pode ser melhorado? Como?
28. Há algo mais que gostaria de dizer?

---

2. Roteiro para entrevista com os colaboradores do PI:

Informações gerais:

1. Como você ficou sabendo do PI do Parque?

2. Como foi chamado para participar?
3. Foi representando alguma instituição?
4. Quais eram suas expectativas pessoais sobre esse processo do PI (oficinas)?
5. Foram atendidas? (por quê?)

Sobre a participação:

6. Como foram as etapas das oficinas do PI: (Quantos foram os encontros e como foram)?
7. A quantidade de encontros foi suficiente?
8. Como foi para você o processo de elaboração do PI do Parque, as oficinas?
9. Sentiu falta de alguém ou de alguma instituição?
10. A instituição que você representa foi representada neste processo? (por quê?)
11. Como foi a sua participação?
12. Como e com o que você contribuiu?
13. Você se sentiu ouvida(o) neste processo? (por quê?)
14. Como acredita que este processo tenha sido para as pessoas que participaram?
15. As pessoas se engajaram?
16. Por que você acha isso?
17. Vê algum problema?
18. Como você pensa que esse processo pode atuar na promoção do "sentimento de pertencimento ao Parque"?
19. Você acha que o ICMBio contribuiu satisfatoriamente para participação dos atores?

Sobre a sensibilização:

20. Você acha que a participação das pessoas nesse processo pode ser importante para elas? Pode influenciar a vida delas? De que forma?
21. (Caso a resposta anterior tenha sido afirmativa) Você acha que esta mudança pode chegar às instituições às quais essas pessoas estão envolvidas? Imagina como isso poderia ser, ou seja, como a modificação na vida dos participantes levaria a modificações em instituições?
22. Com o que você espera que este processo possa ter contribuído?
23. Quanto a uma possível sensibilização dos participantes em relação a conservação da natureza e da UC, poderia falar um pouco sobre isso?
24. Você faz parte de algum grupo ou processo que trate sobre a EA no Parque?
25. Nestas oficinas vocês falaram sobre "educação"? Como foi e por quê?

26. Sente que estimulou, de fato, alguma transformação de valor e princípio ou mais coisas pontuais?
27. Acha que este processo mudou a relação dos parceiros com o ICMBio ou com Parque? (por quê?)
28. Você foi chamada(o) para algum processo relacionado a este PI ou a IA no Parque após essas oficinas?

Para o futuro:

29. Quais foram os pontos positivos e negativos do processo?
30. O que poderia ser melhorado para a construção de um próximo PI?
31. Há algo mais que você gostaria de me dizer?

ANEXO C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Reflexões acerca da Interpretação Ambiental em Unidades de Conservação: umaanálise a partir do Plano Interpretativo do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos

Pesquisador: GUSTAVO UCHÔA DE MELLO AFFONSO

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 51875121.6.0000.5537

Instituição Proponente: Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.185.414

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

NATAL, 23 de Dezembro de 2021

Assinado por:

PAULA FERNANDA BRANDÃO

BATISTA DOS SANTOS

(Coordenador(a)